

Revista

Fon Fon

A imagem da mulher no Estado Novo (1937/1945)

Direção Geral

Henrique Villibor Flory

Supervisão Geral de Editoração

Benedita Aparecida Camargo

Diagramação

Rodrigo Silva Rojas

Capa

Rodrigo Silva Rojas

Revisão

Rony Farto Pereira

Conselho Editorial Acadêmico***Coordenação Geral***

Suely Fadul Villibor Flory

Ana Gracinda Queluz – UNICSUL

Anamaria Fadul – USP/UMESP

Antonio Celso Ferreira – UNESP

Antonio Hohlfeldt – PUC-RS

Antonio Manoel dos Santos Silva – UNESP/ UNIMAR

Arilda Ribeiro – UNESP

Benjamim Abdala Junior – USP

Jussara Suzi A. Nasser Ferreira – UNIMAR

Letizia Zini Antunes – USP/UNESP

Levino Bertan – UNICAMP/UNOESTE

Lucia Maria Gomes Corrêa Ferri – UNESP/UNOESTE

Maria Aparecida Brando Santilli – USP/ CEE

Maria de Fátima Ribeiro – UNIMAR

Maria do Rosário Gomes Lima da Silva – UNESP

Raquel Lazzari Leite Barbosa – UNICAMP/UNESP

Romildo A. Sant’Anna – UNESP/UNIMAR

Soraya Regina Gasparetto Lunardi – UNIMAR

Sueli Cristina Marquesi – PUC-SP

Tereza Cariola Correa – USP/UNESP

Terezinha de Oliveira – UNESP/UEM

Semiramis Nahes

Revista

Fon Fon

A imagem da mulher no Estado Novo (1937/1945)

AC
ARTE & CIÊNCIA
EDITORA

2007

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Acácio José Santa Rosa (CRB - 8/157)

N 145r
Nahes, Semiramis

Revista FON-FON: a imagem da mulher no Estado Novo (1937-1945) / Semiramis Nahes - São Paulo: Arte & Ciência, 2007
p. 168, 21 cm

Bibliografia

ISBN 978-85-61165-04-8

1. Mulher – Imagem – Estado Novo (1937-1945). 2. Mulheres – Brasil – História 3. Imprensa feminina – Revista FON-FON – Abordagem do comportamento da mulher. 4. Revistas femininas – Brasil – Período do Estado Novo – Pesquisa sobre a mulher do lar. 5. História e comunicação – Estado Novo – Figuração da mulher do lar. I. Título.

CDD - 301.412
- 305.42

Índices para catálogo sistemático

1. Brasil : Mulheres : História 301.412
2. Imprensa feminina : Comunicação : Imagem da Mulher (1937/1945) 301.412
3. Revista feminina: FON-FON : 1907-1958 305.42
4. Mulher : Brasil : Condições Sociais : Estado Novo (1937-1945) 305.42

Proibida toda e qualquer reprodução desta edição por qualquer meio ou forma, seja ela eletrônica ou mecânica, fotocópia, gravação ou qualquer meio de reprodução, sem permissão expressa do editor.
Todos os direitos desta edição, em língua portuguesa, reservados à Editora Arte & Ciência

Editora Arte & Ciência

Rua Treze de Maio, 71 – Bela Vista
São Paulo – SP - CEP 01327-000
Tel.: (011) 3258-3153
www.arteciencia.com.br

Editora UNIMAR

Av. Higino Muzzy Filho, 1001
Campus Universitário - Marília - SP
Cep 17.525-902 - Fone (14) 2105-4000
www.unimar.com.br



Papel Reciclado: a Universidade de Marília preservando o meio ambiente.

Agradecimentos

À minha querida amiga Prof^a. Dr^a. Ana Maria Gottardi, minha mão direita, orientadora no mestrado e em tantos outros trabalhos acadêmicos, serei eternamente grata.

À Prof^a Dr^a Suely Fadul Villibor Flory, que me ensina, a cada dia, a importância do exercício da tolerância.

À UNIMAR, pelo apoio e viabilização desse projeto.

Dedicatória

Aos meus pais, protagonistas dessa História
que começa lá em casa.

Sumário

Apresentação	13
Introdução	17
A Era Vargas: da revolução de 1930 à ditadura	23
Imprensa Feminina: alguns conceitos	71
Fon-fon: uma revista para o lar	95
Revista Fon-fon: a retórica do Estado Novo e a doutrinação da mulher (1937/ 1945)	133
Bibliografia	161

“As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar concretamente sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente sua condição de ser humano. Educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de se ter apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais. É, pois, necessário estudar com cuidado o destino tradicional da mulher. Como a mulher faz o aprendizado de sua condição, como a sente, em que universo se acha encerrada, que evasões lhe são permitidas, eis o que procurarei escrever. Só então poderemos compreender que problemas se apresentam às mulheres que, herdeiras de um pesado passado, se esforçam por forjar um futuro novo. Quando emprego a palavra “mulher”, ou “feminino”, não me refiro evidentemente a nenhum arquétipo, a nenhuma essência imutável; após a maior parte de minhas afirmações cabe subentender: “no estado atual da educação e dos costumes”. Não se trata aqui de enunciar verdades eternas, mas descrever o fundo comum sobre o qual se desenvolve toda existência feminina singular”.

“Não se nasce mulher: torna-se mulher”.

(Simone de Beauvoir. *O Segundo Sexo*, 1949)

Apresentação

Este estudo da professora Semíramis Nahes, agora publicado como livro, consiste, com algumas modificações estruturais, na sua Dissertação de Mestrado, por mim orientada no Curso de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Marília – Unimar. Nele, a autora intenta captar a imagem feminina no contexto do Estado Novo (1937-1945), os árduos anos da ditadura Vargas, em que a força e a violência dominam tanto o cenário mundial como o nacional. Vemos já, nessa proposição do objeto de análise, avultar a sua formação de historiadora, o gosto pela reconstituição de época, com suas determinantes filosóficas, sociológicas, políticas, estéticas e culturais.

Tendo escolhido, como documento de época, os magazines femininos, lançou-se a autora a uma ampla pesquisa na Biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo; nos Arquivos do Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas e no Arquivo Nacional, ambos no Rio de Janeiro; para, finalmente encontrá-los, microfilmados, na Biblioteca Nacional, também no Rio de Janeiro. Entre periódicos como *Careta*, *Cigarra*, *A Ordem*, selecionou a *Revista Fon-fon – uma revista para o lar*, com a sutil percepção de que, desde o subtítulo, evidenciava-se o magazine como perfeito porta-voz do discurso ideológico daquele Estado

totalitário: a estratégia da retirada da mulher do espaço público, restringindo-a ao espaço privado do lar.

Pensamos que reside nessa opção por um magazine o maior interesse do estudo em questão, evidenciando a adesão da especialista aos princípios da História Nova, ou *Nouvelle Histoire* no original, fruto do pensamento de historiadores como Peter Burke, Fernand Braudel, Lucien Febvre: uma pesquisa que privilegia não os documentos voluntários e oficiais, mas a documentação massiva e involuntária; nesse sentido, “*os documentos se referem à vida cotidiana das massas anônimas, à sua vida produtiva, à sua vida comercial, ao seu consumo, às suas crenças, às suas diversas formas de vida social*” (Reis, 1994, p. 126). Assim, a pesquisa toma um veículo de comunicação midiática, que surge em 1907, sob a égide do progresso, como um ruído novo para a cultura da classe média brasileira, ainda que de pretensões literárias e elitistas, assumidamente modernista, em 1922, para demonstrar como, na sua atuação no período do Estado Novo, se torna uma cartilha político-educacional do governo ditatorial.

O texto traça um painel histórico que vai da Revolução de 30 até o final do Estado Novo, em 1945, a fim de que possamos compreender a ascensão do político gaúcho ao poder ditatorial e a ideologia que orientava o seu governo, para, em seguida, e visando a uma posterior convergência de idéias, conceituar a imprensa feminina e esboçar os caminhos históricos por ela percorridos, tanto no âmbito internacional como no Brasil. Argumenta a autora, argutamente, que os magazines femininos, embora pouco estudados em cursos relacionados às Ciências Humanas, seja como processo de produção, seja como análise das publicações propriamente ditas, são uma importante fonte de dados

tanto para sociólogos, como para antropólogos, historiadores, psicólogos, literatos.

Finalmente, juntando as coordenadas anteriores, escrutina detalhadamente a publicação *Fon-fon*, com um histórico da sua trajetória, com uma descrição detalhada de seu conteúdo e aspecto formal, concluindo com uma apreciação dos reflexos ideológicos da ditadura Vargas, no discurso da revista. Nessa apreciação crítica, a autora ressalta a influência dos conceitos de Roland Barthes como um detonador de suas análises, sugerindo como as ideologias dominantes de uma época, num jogo de mitificação e mistificação, direcionam a cosmovisão pequeno-burguesa.

O texto retoma as palavras de Barthes:

O mito não se define pelo objeto de sua mensagem, mas pela maneira como a profere: o mito tem limites formais, mas não substanciais. Logo, tudo pode ser mito? Sim, julgo que sim, pois o universo é infinitamente sugestivo. Cada objeto do mundo pode passar de uma existência fechada, muda, a um estado oral, aberto à apropriação da sociedade, pois nenhuma lei, natural ou não, pode impedir-nos de falar das coisas. (1993, p. 131)

e ressalta como o discurso governamental, lançando mão de pessoas e objetos que constituíam o imaginário feminino da época – artistas de cinema, cantores de rádio, poetas populares, produtos de beleza, de uso doméstico – tudo é apropriado pelo sistema, transformando-se em mitos: mito da raça superior, da *mens sana in corpore sano*, da beleza feminina perfeita, da *mater familiae*; mitos que se subordinam a um princípio unificador: a ideologia

nazista. Desse modo, o texto completa um círculo: demonstra, com um documento do cotidiano feminino da sociedade burguesa do Estado Novo, afirmações sobre o período feitas no seu início, evidenciando, ao mesmo tempo, que *Fon-fon* poderia ser uma revista feminina, mas seu discurso não era o das mulheres, era o discurso da classe dominante da época.

Parece-nos oportuna a publicação deste trabalho, num momento em que tanto se contesta o poder de informação da imprensa, de jornais e revistas, com contínua ameaça de criação de uma mídia oficial: é sempre bom lembrar o perigo da comunicação tendenciosa, da submissão das mídias a um pensamento único.

Ana Maria Gottardi

Introdução

Com uma focagem histórica, nosso texto busca compreender a imagem da mulher no período do Estado Novo por meio de uma revista feminina, pressupondo a inserção da mulher no contexto daquele período político. Nesse sentido, tendo como sujeito a mãe-mulher comum, ou a mulher do lar, faz-se necessária uma investigação do comportamento feminino durante a ditadura Vargas, por meio da verificação de sua postura dentro da sociedade fascista que se institucionalizou, em consequência da instauração no país, de um Estado autoritário naquele período.

É comum encontrarmos nos anos anteriores à Era Vargas (1930/1945), nas décadas de 10 e 20, trabalhos que ressaltam a mulher operária, politizada, militante, relatos sobre prostituição, mas pouca coisa se sabe sobre a mulher de elite ou a dona de casa.

Buscando a figuração da “mulher do lar”, partimos à procura do *corpus*: na tentativa de unir a História e a Comunicação, a escolha foi pelas revistas. Entre as pesquisadas, *Careta*, *A Cigarra*, *A Ordem*, a *Revista Fon-fon - uma revista para o lar*, optamos pela última, que vinha ao encontro do tema proposto para a investigação.

Como a *Fon-fon* é um magazine que circula de 1907 a 1958, podemos observar que o período intitulado historicamente como Estado Novo (1937/1945), recorte temporal que escolhemos para ser inves-

tigado, é o momento onde se enfatiza com maior insistência a mulher do lar como um dos principais colaboradores do Estado, nitidamente paternalista e machista, bastante característico daquela época. Assim, é a partir do início da Era Vargas, 1930, que a mulher sai das portas das fábricas, da militância, ou seja, do espaço público, persuadida pelo discurso ideológico do Estado que se firmava na idéia do *mens sana in corpore sano*, programas de aleitamento materno etc. Evidentemente, essa estratégia de retirada da mulher do espaço público e de retorno ao espaço privado do lar fazia parte de um projeto maior, o de um Estado autoritário, que tinha pressa em se estabelecer, unindo, sob forma de apropriação, o antigo discurso voltado para as massas e propagado pelos anarquistas e comunistas dos anos 20, ao discurso direcionado, agora, às elites industriais dirigentes do país.

A menor propaganda e publicidade por parte do Estado, via Departamento de Imprensa e Propaganda – D.I.P –, por exemplo, significaria menor indução psicológica por que:

Para tanto, o Estado munuiu-se de uma política de burocratização intensiva da intelectualidade – os funcionários escritores e os escritores funcionários, dos quais fala Miceli – com o fim de efetivar a centralização do poder simbólico, um esforço conjunto de homogeneização dos discursos do poder, particularmente ideológico. O Estado abriu ditatorialmente espaço para essa camada burocrática nos meios de comunicação, bem como tratou de criar novos canais para facilitar-lhes seu desempenho. Transmitiu-lhe poder para breicar outros discursos, assim como tratou de criar uma redoma ao poder dos seus eleitos e torná-los impermeáveis à pressão crítica dos adversários. (Lenharo, 1996, p.54)

Se o que se pretende investigar são os papéis femininos durante o Estado Novo, torna-se fundamental uma análise da posição feminina na cena histórica proposta à investigação, com o objetivo de reconstituir o discurso racional, real, ou mesmo emotivo, explorando a fala veiculada na imprensa do período, muitas vezes através da própria personagem, da própria mulher, talvez um dos principais expoentes da ditadura Vargas.

Com a ajuda de uma documentação específica sobre o tema e o período – 1937/45 – e o objeto – *Fon-fon – uma revista para o lar* – a serem investigados, buscar-se-á captar a mentalidade feminina “aparente”, permitida e presente nos discursos das “mulheres donas-de-casa”, encontrados nesse periódico e em literaturas que caracterizam a “mulher ideal” para o Estado Novo. Como suporte para esta análise, buscamos uma fundamentação teórica e histórica em estudos de autores recentes que focalizam o período em questão.

Serão utilizadas, para instrumentalizar as análises propostas, referências onde se expõem os múltiplos desejos femininos em um só corpo, ou seja, onde se expõe a julgamento, por exemplo, a prostituta - mulher das esquinas, a mulher politizada e portanto masculinizada e, enfim, a mulher ideal, a mãe-mulher, do lar, assexuada, modos como muitas vezes as mulheres aparecem retratadas no conteúdo da revista em estudo.

A *Revista Fon-fon* torna-se, agora, sem dúvida, o marco inicial para o rastreamento de nossa pesquisa, considerando-se ainda que a ausência de obras quanto ao assunto - a mulher no período Vargas - advém, em grande parte, do projeto alienante que se tinha para o país, pela escassa produção de periódicos especializados e, finalmente, devido ao péssimo estado de conservação e preservação em que normalmente os encontramos, quando os encontramos. Desse modo,

concretiza-se a oportunidade de se pesquisar um magazine direcionado às mulheres do lar, já que se trata de um veículo voltado especialmente para a dona de casa, como veremos no decorrer de um estudo minucioso e descritivo dos exemplares semanais da revista.

Reunir o material configurou-se como o primeiro passo a ser dado. Para a coleta das fontes, percorremos caminhos múltiplos: Biblioteca Mário de Andrade, São Paulo; Arquivos do Centro de Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC)-Rio de Janeiro; Arquivo Nacional, Rio de Janeiro; para encontrá-lo, finalmente, microfilmado, na Biblioteca Nacional, também no Rio de Janeiro.

O segundo passo foi a consulta do material: muitas horas de leitura dos microfilmes, que nos permitiram localizar a coleção quase completa e intacta. O critério de leitura e levantamento de dados levou em conta data e ano de publicação das matérias a serem analisadas. Optou-se, nesta etapa, pela reconstrução do sumário da revista, composto por seções, assuntos e colaboradores, acrescido de uma sucinta resenha da matéria em discussão.

Definido o *corpus*, vimo-nos então em condições de começar a responder às questões e dúvidas que, no final, comporiam este trabalho, pois nosso objetivo foi sempre a tentativa de recuperar, num estudo de jornalismo especializado, a memória histórica do período, tendo como viés a *Fon-fon*, revista feminina e nacional.

Assim, o percurso foi trilhado em quatro momentos, mais bem definidos como quatro capítulos.

Um primeiro capítulo narra o período histórico que serviu como contextualização ao trabalho, a Era Vargas (1930/1945), dividindo-se em duas partes. Uma primeira parte, da Revolução de 1930 à Ditadura de 1937; uma segunda, fixando-se no período do Estado Novo (1937/1945). Para tanto, utilizamos

referências bibliográficas concernentes à História do Brasil Contemporâneo, expressas em autores como Alcir Lenharo (1986), Robert Levine (2001) e Simon Schwartzman (1984).

O segundo capítulo discute, primeiramente, conceitos sobre a Imprensa Feminina, para, em seguida, descrever essa imprensa no Brasil. Dulcília S. Buitoni (1990) será uma ferramenta de suma importância na elaboração desse capítulo, pois quando o assunto é imprensa feminina, ainda são poucos os títulos existentes em nosso país, principalmente quando se retrata a Era Vargas. Acoplamos a essa referência dois clássicos da literatura feminina francesa: Anne-Marie Dardigna (1978) e Samra-Martine Bonvoisin et Michèle Maignien (1996). Também *A Revista no Brasil* (2000) norteará o capítulo, quando o assunto for Imprensa Feminina no Brasil.

O terceiro capítulo discute a revista *Fon-fon - uma revista para o lar*. Para isto, optou-se, de início, por se traçar o percurso histórico da revista, para em seguida descrever seu aspecto formal, respaldando-se no eixo teórico composto por Luiz Beltrão (1992) e André Seguin des Hons (1985).

Finalmente, no último capítulo, centramos a análise no conteúdo no período de 1937 a 1942, na tentativa de responder a indagações específicas do texto jornalístico: o que, quem, para quem e como se escreve. Mais ainda, procuramos, como cerne do nosso trabalho, identificar os contornos da mulher da época e vislumbrar o substrato ideológico que configura essa imagem. Nesse momento, na busca de apontarmos alguns mitos da época, fomos de grande auxílio as idéias de Roland Barthes (1993).

Em sua existência, sobretudo durante o Estado Novo, *Fon-fon* percorreu o tempo todo sobre a mulher – a mulher-criança, a mu-

lher-adolescente, a mulher-filha, a mulher-namorada, a mulher-noiva, a mulher-esposa, a mulher-mãe, a mulher-profissional da saúde, a mulher-educadora, enfim, a mulher do lar, a mulher “ideal”.

E é justamente esse perfil de mulher ideal, traçado pela época e que se tornou cartilha obrigatória a todo público feminino, legitimado pelo Estado por meio da *Fon-fon*, ou melhor, de um canal de comunicação e informação que nos chamou a atenção, a ponto de enfrentarmos o desafio de refazer esse percurso histórico, na tentativa de verificar se esses papéis femininos eram legítimos ou não, através da fala da própria mulher.

Procuramos verificar se, quando chamadas à cena para prestar seu depoimento, dar sua contribuição ou apresentar seus conselhos sobre a posição feminina socialmente correta, ou seja, a atuação ideal da mulher no contexto social, estes correspondem ou não aos seus legítimos desejos.

Buscamos, com o periódico *Fon-fon*, extrair elementos pertinentes à época, em que se mostra evidente uma “formatação” da mulher no contexto histórico dos anos 30 e 40, de modo a constatar testemunhos de uma realidade controversa, levantar os estereótipos femininos produzidos pela ideologia da época e a manipulação desses estereótipos pelas publicações femininas.

Enfim, estudamos o conjunto das seleções feitas para organizar um discurso dado, identificando as ideologias e principais mitos que o alicerçam, e verticalizando na análise da revista *Fon-fon*, na qual procuramos, lendo nas entrelinhas, recuperar uma imagem possível da mulher, compreendendo a imagem “fabricada” pela revista, como uma máscara a ser afastada para se retomar o real.

A Era Vargas: da revolução de 1930 à ditadura

Mesmo sabendo que o período analisado é o Estado Novo (1937/1945), visualizamos toda a Era Vargas, na tentativa de compreender a sucessão de fatos que compõem esse segmento temporal da História do Brasil Contemporâneo. Desse modo, para explicarmos a ascensão de Getúlio Vargas ao poder, é preciso, antes, voltar ao período da República Velha (1889/1930), para que possamos entender a questão sucessória, ou seja, a política do café-com-leite, tratado político entre os dois Estados mais poderosos do Brasil, na época.

Segundo esse tratado, por meio do Partido Republicano Mineiro (PRM) e do Partido Republicano Paulista (PRP), haveria um revezamento, espécie de rodízio das oligarquias mineira e paulista no poder, a cada eleição.

Mas, em 1926, Washington Luís, então presidente de São Paulo, ao contrário do que era esperado, indicou como seu sucessor um outro paulista, Júlio Prestes, para garantir a continuidade das práticas de proteção ao café. Ora, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, pretendente ao poder e representante do Estado de Minas, esperando ser o presidente da República, viu-

se frustrado. Daí a cisão entre o PRM e o PRP, os dois partidos que eram a base da República Velha.

Imediatamente, Antônio Carlos tomou a si o encargo de articular uma candidatura de oposição. Para isso, buscou o apoio do Rio Grande do Sul. Dessa união surgiu a Aliança Liberal, que indicou o gaúcho Getúlio Vargas como candidato à presidência da República, e João Pessoa, um paraibano, à vice-presidência.

Para lançar o nome de seus candidatos, a Aliança Liberal baseou sua campanha na necessidade de reformas políticas, como instituição do voto secreto, direito de voto para as mulheres, anistia política, criação de leis trabalhistas para regulamentar a jornada de trabalho e para a assistência ao trabalhador. Rapidamente, a AL sensibilizou a massa urbana, ganhando apoio até mesmo dos tenentes.

Entretanto, nas eleições de 1º de março de 1930, o candidato eleito foi Júlio Prestes. O inconformismo tomou conta de políticos então emergentes, como Osvaldo Aranha e Lindolfo Collor - que mais tarde seriam personagens fundamentais para a ditadura do Estado Novo, aos quais se juntariam, ainda, os tenentes Juarez Távora e Miguel Costa. Porém, um grave acontecimento veio precipitar a revolução: o assassinato de João Pessoa.

João Pessoa governava o Estado da Paraíba desde 1928 e era membro da Aliança Liberal. A sua política no Estado sofreu forte oposição de coronéis do interior, apoiados pelos paulistas, que os ajudaram com o envio de armas. Seu assassinato, embora motivado por questões pessoais, teve sérias consequências:

O seu assassinato em junho de 1930, enquanto conversava com amigos numa confeitaria, foi motivado por questões

personais. Não se tratou de um atentado político. Mas dado o clima de tensão e de frustração pela derrota, a morte de João Pessoa serviu de bandeira para os aliancistas desencadear um levante armado contra a oligarquia paulista. (Koshiba, 1996. p.276)

Assim, em 03 de outubro de 1930, toda a oposição se uniu e um movimento militar teve início no Rio Grande do Sul. No nordeste, sob a liderança de Juarez Távora, começou a “revolução” que seria conhecida, logo depois, como a Era Vargas, período da História do Brasil que vai de 1930 a 1945 e no qual o Brasil conhecerá o que talvez tenha sido a sua mais árdua ditadura militar, o Estado Novo.

Em virtude de seu isolamento, Washington Luís nada podia fazer para se defender, pois o próprio Estado de São Paulo não estava coeso em torno dele. O Partido Democrático, contrário ao Partido Republicano Paulista, fazia-lhe oposição. Desse modo, a perspectiva de resistência contra as tropas do sul, que ameaçavam subir, sob o comando do tenente-coronel Góis Monteiro, era nula. A opção, para evitar maiores consequências, foi a deposição do então presidente, que ocorreu em 24 de outubro. Washington Luís partiu para o exílio e Getúlio Vargas, chefe do movimento, assumiu a Chefia do Governo Provisório.

Organiza-se o Governo Provisório, pelo Decreto Lei nº 19.398, espécie de lei básica até a assinatura da Constituição de 1934. Redigido por Levi Carneiro, tem papel equivalente ao Decreto nº 1 da República, redigido por Rui Barbosa. Desaparece o Legislativo, não são reconhecidas as

autoridades de outros poderes. Se o mais não é dissolvido ou negado, a prática discricionária atua com as naturais deformações. O governo garante a propriedade, reconhece os compromissos externos. Getúlio é firme na condução da vida pública, renunciando o rumo que adotará. Nomeia para os estados gente de sua confiança. Cria o Ministério do Trabalho, pasta decisiva na sua carreira. O excesso de personalismo leva-os a ter pouca consideração pelo que não contribua para o aumento de sua autoridade. (Iglesias, 1986. p. 40)

O Governo Provisório, que significava o triunfo da revolução, vem marcado pelo alinhamento de três forças políticas. De um lado, as oligarquias tradicionais que perderam o controle do poder; de outro, os tenentes que defendiam a mais completa centralização do poder; no centro, os militares centralistas, que se diziam mantenedores da ordem.

Nesse quadro, na figura ambígua de chefe do Governo Provisório, desponta Getúlio Vargas, equilibrando-se sobre essas tendências sem, no entanto, definir-se por nenhuma delas. Por causa desse posicionamento, faz concessões aos tenentes, com os quais havia participado dos levantes tenentistas dos anos 20, juntamente com Luiz Carlos Prestes e Juarez Távora. Este último agiu como interventor, durante o Governo Provisório, em nada menos que doze Estados, o que lhe valeu o apelido de Vice-rei do Nordeste.

Porém, pouco a pouco, o núcleo tenentista foi sendo minado e, no fim da década de 30, seria neutralizado pelo crescente prestígio que Vargas concedeu aos militares legalistas, fortes opositores dos tenentes; com estes, Vargas fecharia acordo posterior,

quando veio a necessitar de seu apoio para legitimar o golpe do Estado Novo.

Vemos assim que o Governo Provisório não conseguiu solucionar os conflitos gerados em seu interior, pois Vargas não atendeu às reivindicações dos tenentes, nem tampouco às demandas da oligarquia tradicional, sobretudo a paulista. Os primeiros, organizando-se em clubes políticos, defendiam um esquema de poder altamente ditatorial e totalitário, adotando medidas econômicas nacionalistas, como a nacionalização dos bancos estrangeiros e das riquezas minerais. A segunda aspirava ao retorno imediato à normalidade constitucional, com a realização de eleições que supostamente a recolocariam no poder, pois, em sua ótica, no contexto da Revolução de 30, São Paulo foi o grande perdedor, já que a política dos governadores – o mais forte sustentáculo da burguesia cafeeira de São Paulo – e a política de valorização do café, que tinham mantido sua hegemonia até então, foram postas de lado, com o sucesso da revolução de 1930 e a crise de 1929.

Como se pode deduzir, numa época politicamente conturbada como essa, as lutas feministas que aparecem nos anos 20, com a ascensão do comunismo na Rússia, as reivindicações da mulher operária, do sufrágio feminino vão, no Brasil, experimentar uma pausa ou até mesmo um retrocesso, uma vez que à política tradicionalista e à ditadura do Estado Novo interessava, sobremaneira, manter a mulher presa ao lar, a cuidar da prole sem visível interferência no caos político que se anunciava. A visão da dicotomia feminina: mulher do lar / mulher prostituta, a valorização dos trabalhos do lar, do cuidado com os filhos e maridos, em detrimento do trabalho fora do lar, são uma consequência

previsível do autoritarismo e do cerceamento de liberdades que se anunciava cada vez mais iminente nos anos 30. O direito ao voto e à profissão de professora de primeiras letras – “as normalistas” – eram as únicas conquistas sociais permitidas, uma vez que preservavam a visão da mulher educadora “de crianças”; na época, as carreiras de professor de segundo e terceiro graus eram, predominantemente, exercidas por homens.

O projeto do Plano Nacional de Educação... previa a existência de um ensino dito ‘doméstico’, reservado para meninas entre 12 e 18 anos, e que equivaleria a uma forma de ensino médio feminino. Seu conteúdo era predominantemente prático e profissionalizante, e fazia parte, no plano, do capítulo destinado ao ensino da “cultura de aplicação imediata à vida prática ou ao preparo das profissões técnicas de artífices”. Era, pois, destinado principalmente a mulheres de origem social mais humilde, ainda que pudesse atrair também mulheres de origem social mais elevada, que dessa forma poderiam manter-se em regime escolar estritamente segregado.

Segundo o plano, o ensino feminino se dividiria em doméstico geral (dois ciclos), doméstico agrícola (também dois ciclos) e doméstico industrial. O primeiro ciclo prepararia as mulheres para a vida no lar, o segundo formaria as professoras para esse sistema. (Schwartzman, 1894, p.108)

Vargas reconhecia que sua administração era provisória e seria substituída por um novo governo, eleito pelo povo, assim que uma nova Constituição pudesse ser escrita. Ao mesmo tem-

po, era evidente que desejava cultivar a aprovação popular que havia obtido, mantendo-se no poder o maior tempo possível. Alzira Vargas, sua filha, auxiliar de gabinete até 1945, e confiante, afirmava:

De 1930 a 1934 o Brasil foi uma democracia exercida por um Ditador, colocado e mantido no poder pela vontade do povo. Em 1934 e até 1937, tornou-se uma democracia constitucional, exercida por um Presidente eleito pelo congresso, presumidamente a aristocracia do país. De 1937 a 1945 seria, na pior das hipóteses, uma timocracia dirigida democraticamente por um déspota esclarecido, por intermédio de uma constituição outorgada. De 1945 até meados de 1946, embora a constituição estadonovista continuasse inalterada e vigente, sua execução tomou outro rumo, que não pretendo examinar. Talvez, ainda hoje, algumas pessoas, mais por teimosia que por convicção, se perguntem porque insisto em chamar de democrático todo o governo de meu pai. Se a palavra democracia se tornou sinônimo ou símbolo de vontade popular, não vejo ninguém com mais direito ao título de democrata na História do Brasil de que Getúlio Vargas. Todos os seus atos, mesmo quando dono e senhor da “polaca”¹, aí estão para o demonstrar. (Peixoto, 1960. p.385)

1 A Constituição de 1937 ficou conhecida como “polaca” por ter semelhanças com a adotada pelos poloneses em 1926, pelo fascismo do general Pilsudski. Essa informação consta em Iglesias, 1986, p.54.

Embora de caráter risível, a afirmação acima ilustra a tática de Vargas, que consistia em apresentar-se como líder do povo, não como agente político. Sua convicção pessoal da necessidade de harmonizar o conflito de classes e os interesses do capital e do trabalho provinha de noções corporativistas já testadas na Europa e também presentes nos textos tenentistas.

O historiador e brasilianista americano Robert Levine traça claramente o perfil de Getúlio Vargas:

Vargas estabeleceu hierarquias simétricas de associações para patrões e trabalhadores, assegurando um contato institucionalizado entre os dois grupos em todos os níveis, instituindo o Estado como árbitro entre eles. O corporativismo, ao contrário da democracia liberal, rejeitava a noção de liberdade suprema do indivíduo; na atmosfera de uma crescente depressão mundial, e da aparente incapacidade do Brasil de responder às necessidades sociais, Vargas abraçou um modelo benevolente e intervencionista de Estado orgânico, considerando a sociedade uma coleção de grupos diferenciados e organizados hierarquicamente segundo o papel produtivo ou econômico que desempenhavam. (2001. p.51)

Por intermédio desse autor, percebemos que o Brasil continuava a ser governado pelas mesmas velhas elites dominantes, *homens vestidos com seus ternos de linho branco* atrelados à oligarquia rural ou às indústrias emergentes; porém, agora, aparentando um estilo diferente, mais burocrático e mais manipulador.

Assim, nesse quadro de descontentamento, conflito e disputa de poder, gerado entre ambas as partes, observa-se a crescente

pressão por parte da oligarquia paulista, que insistia em ter para São Paulo um interventor civil e paulista, que lhe desse condições de exigir a imediata reconstitucionalização do país prometida por Getúlio, quando este assumira o poder, em 1930.

Reclamava-se a constitucionalização por uma Assembléia livremente eleita. Ela tardava, é motivo de queixas e críticas. Getúlio tem nos tenentes a base do apoio, em um programa de pregação radical contra a velha ordem oligárquica. Daí o protesto dos políticos, sempre temerosos de tendências revolucionárias, para eles visíveis no clube 3 de Outubro. O presidente tem má vontade quanto à recondução à ordem normal, mas prepara um código eleitoral novo, compreendendo mulheres e maiores de 18 anos, bem como o voto secreto. Tem de convocar a eleição de Constituinte, dia 14 de maio de 1933 – prazo que pareceu excessivo. Seria ainda adiado para o fim do ano, por causa do movimento paulista. O mesmo decreto estabeleceu Comissão Especial para anteprojeto da Constituição. (Iglesias, 1986, p. 40)

Apesar das reformas, numa atitude isolada e sem demais adesões por parte da federação, em 09 de julho de 1932, eclodiu em São Paulo a Revolução Constitucionalista, que durou três meses.

Para reprimir a rebelião paulista, Vargas enfrentou sérias dificuldades no setor militar, pois inúmeros oficiais do alto escalão recusaram a missão. Percebendo que entre os tenentes o apoio também era débil, Vargas tratou de firmar alianças com os oficiais legalistas e, em 3 de outubro de 1932, em meio a uma

crise militar, instaurada devido a divergências internas no seio do exército, Getúlio consegue esmagar a revolta paulista.

Embora o movimento constitucionalista tenha chegado ao fim, o jogo varguista continuava perturbado pelos paulistas: São Paulo era o Estado que mais contestava a ditadura. Ainda, segundo Iglesias (p. 41), “o movimento resultou de ressentimentos regionais e do real desinteresse do presidente pela normalização política”.

Vista hoje como contestadora da pretensa “revolução de 30” e de caráter saudosista, a Revolução Constitucionalista de 1932 nada mais foi que a evidência do descontentamento das velhas oligarquias paulistas desalojadas do poder, sobretudo por jovens oficiais, considerados como setores emergentes da sociedade, contra o tradicionalismo, o que vem explicar o caráter ambíguo desse movimento que nada tinha de popular.

Com base no novo Código Eleitoral aprovado por Vargas após 1930, mas adiado pela Revolução Constitucionalista, era chegada a hora de realizar as eleições para a Assembléia Constituinte. Estamos em maio de 1933 e estas deveriam ser realizadas em novembro do mesmo ano.

A composição da Assembléia representou o ressurgimento das antigas oligarquias estaduais. Junto com elas surgiram os representantes classistas eleitos pelos sindicatos profissionais.

Assim, em 16 de julho de 1934, foi promulgada a terceira Constituição brasileira, a segunda da República, e nela se preservavam o federalismo, o presidencialismo e a independência dos três poderes: Executivo, Legislativo, Judiciário.

No plano do Executivo, nas disposições transitórias, fixou-se em caráter excepcional a eleição do primeiro presidente pelo voto indireto da própria Assembléia. Getúlio Vargas foi confirmado na presidência, vencendo seu opositor Borges de Medeiros. A inovação mais notável do executivo foi a obrigatoriedade da adoção de uma assessoria técnica para cada ministério. Extinguiu-se a vice-presidência. (Koshiba, 1996, p. 279)

Em nosso entendimento, esta parece ser a primeira prova do autoritarismo varguista que se imporá no Brasil, após 1937. Outras não tardarão. Com a proibição da concentração de estrangeiros numa mesma região, a política de imigração sofreu restrições que se estendiam a judeus, japoneses e outras nacionalidades consideradas indesejáveis: estabeleceu-se o limite de 2% sobre as nacionalidades já residentes no país, isso sem contar perseguições, deportações, dentre tantas outras barbaridades. A esse respeito, muito bem nos elucida Fernando Moraes, em seu livro-reportagem *Corações Sujos*, publicado em 2001, ao relatar a história da imigração japonesa e a saga da Shindô Remmei no Brasil, logo após a Segunda Guerra, em 1945.

Essa política de imigração, parte da obra nacionalizadora dirigida pelo Ministério das Relações Exteriores em nome do governo Vargas, tinha como objetivo evitar a formação de “quistos raciais”. Buscava-se dar uma orientação branca, cristã e nacionalista à imigração. De viés anti-semita, ela nos permite observar o caráter xenófobo do processo de nacionalização do país, pois ela é, ao nosso ver, muito simpática ao nazismo alemão, cuja moral estava diretamente marcada pelo cientificismo demográfico e

biológico. A própria filosofia da História entre os nazistas aponta para uma lei fundamental, que seria o motor das sociedades humanas: a desigualdade das raças e a disputa pelo espaço vital.

Mas mesmo entre os da raça superior, uma classe de “senhores”, como dirá Hitler em 1932, se destacará do conjunto dos alemães: parte dos dirigentes, dos heróis de guerra e dos soldados SS. Abaixo deles, a nova classe média, formada entre a multidão dos diferentes militantes do partido. Mais abaixo, a grande massa dos anônimos, dos “servos”. Mais abaixo ainda, os novos “escravos modernos” – os estrangeiros conquistados, os judeus. (Lenharo, 1990, p.74)

Isso tudo era dito bem antes da “solução final” que redefiniria a “sociologia” nazista, através do extermínio em massas de judeus, poloneses, russos, ciganos, homossexuais, doentes mentais e doentes incuráveis, bandidos comuns e prisioneiros políticos.

E, no Brasil, em nome do nacionalismo, propagou-se ainda a estatização de empresas estrangeiras e nacionais, quando fosse de interesse geral da nação. Sempre era! As companhias estrangeiras de seguros foram nacionalizadas. Por fim, ocorreu a nacionalização da informação, proibindo-se a utilização da imprensa por estrangeiros. Com essa atitude, o governo Vargas abre o caminho para a criação do DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda – órgão sensor e legitimador do Estado, que se incumbirá da rigorosa censura à imprensa do período. Essa mesma censura vai nortear o perfil ideológico de revistas e jornais da época. No campo feminino, via-se, como indispensável, reforçar o ideal da mulher do lar, da dona e casa esteio da família e da

nação. De acordo com a ideologia do período, *a incumbência básica da mulher residia no bom desempenho do governo doméstico e na assistência moral à família, fortalecendo seus laços* (Samara, 1986, p. 59).

A criação do DIP, que ocorrerá em dezembro de 1939, dá-nos bem uma idéia do papel que representavam os modernos instrumentos de comunicação de massa para a ditadura Vargas, principalmente quando ficavam sob a coordenação direta de Lourival Fontes, diretor desse departamento.

A centralização do poder continuará com o DASP – Departamento de Administração e de Serviço Público – criado juntamente com o DIP e que punha nas mãos do presidente o controle dos Estados, pela manipulação de todos os cargos públicos de influência.

Assim, por meio de atitudes e atividades coordenadas dos DIP e DASP, vemos, pouco a pouco, emergir no Brasil o que conhecemos como populismo corporativista, centrado na figura de Getúlio Vargas.

Precisamos, no entanto, ter o cuidado de separar os conceitos que descrevem o pensamento político, desde a época que nos propomos investigar, da prática política dominante na América Latina até hoje, ou seja, é necessário entender as acepções das palavras para entendermos os movimentos políticos na América Latina, durante o século XX.

A palavra *populismo*, por exemplo, tem sido usada para caracterizar uma variedade de estilos políticos, pois na América Latina o populismo tomou as mais variadas formas, *todas caracterizando-se por terem uma base urbana, constituírem uma coalizão*

de muitas classes, serem hierárquicas, cooptadoras, ad hoc e não revolucionárias (Levine, 2001, p.22). Se olharmos para a história do pensamento político na América Latina, fica mais fácil compreendermos a discussão de Robert Levine sobre o populismo e o corporativismo latino-americanos, já que aí o populismo, com sua diversidade, é explícito nas figuras exaltadas e carismáticas que prometiam atender às queixas populares e construir uma solidariedade social.

Como exemplo, podemos citar Juan Perón, na Argentina (1946/1955); Carlos Ibañez (1927/1931 e 1952/1953), no Chile; Jorge Eliéser Gaitan, na Colômbia, cujo assassinato em 1948 provocou uma rebelião civil violenta; Haya de la Torre, no Peru (1930), cujo destino político foi menos bem sucedido, porque não chegou ao poder, mesmo com a vontade popular; Lázaro Cárdenas (1934/1940), no México, este vitorioso, embora sua liderança política tenha sido herdada da ideologia zapatista da Revolução Mexicana e, por que não, Getúlio Vargas (1930/1945 e 1951/1954), no Brasil. Todos esses líderes representaram modelos de regimes populistas baseados num “homem forte”, que tendia a deixar de lado “os pormenores” da democracia, ignorando os interesses de classes, fossem elas quais fossem. No que diz respeito ao populismo varguista, são inúmeras as páginas da História do Brasil Contemporâneo onde vêm retratados inúmeros momentos de cooptação das massas. Revistas, jornais, fotografias, manifestações cívicas estampam imagens que reforçam o retrato ideológico da nação ideal e, sobretudo, de mulher ideal ou, ainda, do comportamento e a postura da mulher. Os melhores exemplos eram as mulheres ou as filhas do poder; tais como Evita, na Argentina, e Alzira Vargas, no Brasil: essas mulheres

são utilizadas para o contraponto da ação social, benemerita e esporádica, para conquistar o povo.

Robert Levine (2001, p. 23) afirma que “todo movimento populista é nacionalista, mas com freqüência carece de ideologia ou programa consistentes”, pois o que vemos são líderes populistas que costumam adotar como prática política um emaranhado de questões que atendam, sempre, aos interesses do momento, normalmente os seus. Fato que transforma esse estilo político em uma liderança centrada na figura única, normalmente na do dirigente do país, ou do presidente da República e, quase nunca, na política partidária ou de interesse social.

No que diz respeito aos políticos populistas latino-americanos, inclinavam-se estes a usar as organizações trabalhistas para seus próprios fins. No caso do Brasil, isto é claro, pois Getúlio não apenas se apropriou dos sindicatos livres, como também das demandas dos trabalhadores, devolvendo-as estabelecidas através dos sindicatos patronais que criou quando subiu ao poder, sobretudo a partir de 1937. Com isso, desafiava não só os sindicatos mas também as elites dominantes, que pregavam a preservação da estabilidade social com um controle rígido dos trabalhadores, propiciando aos industriais do capitalismo, emergente no Brasil, trabalhadores disciplinados e dóceis, cujos salários deveriam permanecer baixos. Esse fato, somado ao excesso de mão de obra existente no país naquele momento, proporcionaria uma alta taxa de acumulação de capital, o que Marx² já havia definido, no

2 Pode-se aprimorar o conceito marxista sobre a *mais valia* em Marx, K. *Teorias da mais valia*, volumes 1, 2 e 3. *História crítica do pensamento econômico*. São Paulo: Difel, 1983.

século XIX, como mais valia, ou seja, o excedente de produção que ofereceria ao dono da fábrica uma alta taxa de acumulação do capital.

Às mulheres a Era Vargas preparou, cuidadosamente, um projeto pedagógico, uma cartilha de retorno das mulheres ao lar, lugar de onde poderiam servir a pátria e a família ao mesmo tempo. Servindo a família, estariam, imediatamente, servindo a nação. Voltadas para os problemas domésticos, alienadas do contexto político, alheias aos problemas sociais e apenas com a função de mãe / esposa / educadora, não lhes era permitida qualquer afinidade ou semelhança com as funções masculinas ou da pátria.

Portanto, esse retorno da mulher ao espaço privado do lar representou um retrocesso significativo em relação às conquistas femininas adquiridas na década de 20.

Estado Novo: 1937/1945

Para configurar um retrato do Brasil pós 37, torna-se imprescindível conhecer as causas facilitadoras do Golpe do Estado Novo. Pensando, primeiramente, na conjuntura internacional, é preciso ressaltar alguns pontos. Após o término da Primeira Guerra Mundial (1914/1918), sobretudo no período do entre-guerras, começaram a se fortalecer na Europa tendências políticas contrárias aos ideários burgueses, oriundos da Revolução Francesa³ de 1789, que proclamavam liberdade, igualdade e

3 Para aprofundar os estudos sobre Revolução Francesa pode-se consultar Vovelle, M. *Breve História da Revolução Francesa*. São Paulo: Presença, 1986.

fraternidade. A ideologia burguesa passou a ser criticada tanto pela direita, com suas tendências fascista e nazista⁴, quanto pela esquerda marxista⁵.

A crítica que partia da direita buscava, através de um regime ultranacionalista, belicoso e ditatorial, uma saída para a crise do capitalismo sem, contudo, extingui-lo.

A crítica que partia da esquerda preconizava a superação do capitalismo, com a tomada do poder pela classe operária, fato este que transformaria a sociedade, já que isto significaria o fim da propriedade privada, dos meios de produção e, também, o fim da exploração do trabalho assalariado.

Essas duas facções políticas refletiram-se no Brasil com a formação da Ação Integralista Brasileira (A.I.B), de tendência totalitarista e nazi-fascista, e da Aliança Libertadora Nacional (A.L.N), de tendência autoritarista e marxista. Esses dois partidos políticos eram muito diferentes dos até então existentes,

4 Fascismo foi um sistema político, nacionalista, antidemocrático, antiliberal e totalitário implantado na Itália por Benito Mussolini (1883-1945), depois da Primeira Guerra Mundial.

Nazismo foi um sistema político também totalitário, implantado na Alemanha pelo Partido Nacional Socialista, de 1933 a 1945, liderado por Adolf Hitler (1889-1945), baseado especialmente no nacionalismo exacerbado e no arianismo. Bertonha, J.J. *Fascismo, nazismo e integralismo*. São Paulo: Ática, 2000, elucida didaticamente esses conceitos.

5 Marxismo é um sistema doutrinário materialista e dialético de análise da realidade, cujos princípios básicos foram formulados pelo teórico e economista alemão Karl Marx (1818-1883). Uma leitura de introdução ao marxismo encontra-se em Paulo Netto, José. *O que é Marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

pois possuíam um programa político bem definido, coisa que os outros não tinham.

Lembremo-nos de que o que existia antes como partido eram as velhas alianças oligárquicas coronelísticas, com seus conflitos regionais, e a principal característica desses novos partidos era exatamente a substituição dos antagonismos regionais pelos antagonismos de classes. Porém, mesmo que o surgimento desses partidos políticos significasse a modernização das estruturas partidárias brasileiras, ainda não havia espaço para a participação feminina nos quadros políticos do país. Na Era Vargas, as mulheres não estão nos partidos políticos, a militância feminina que marcou a década de 20 desaparece. Campanhas massificantes promovidas pelo governo, como as de amamentação, dentre outras, que indicam o retorno das mulheres ao espaço privado do lar, foram endossadas, até mesmo, pela esquerda brasileira.

Doutrinariamente, o integralismo⁶ recomendava um governo ditatorial, ultranacionalista, com base na hegemonia de um único partido, a A. I. B., obediente a um único chefe. Os fundamentos dessa doutrina encontravam-se no “Manifesto à Nação Brasileira”. Escrito em 1932 e de autoria de Plínio Salgado, principal expoente do integralismo, esse manifesto saía em defesa da Pátria, de Deus e da Família, isto é, do nacionalismo exagerado ou ‘chauvinismo’, da civilização cristã e do patriarca-

6 O integralismo foi um movimento político brasileiro de extrema-direita baseado nos moldes do fascismo, fundado por Plínio Salgado (1895-1975), em 1932, e extinto por Getúlio Vargas, em 1937. Dentre muitos trabalhos que fazem referência a esse tema, encontra-se o livro de Freitas, M.C de. *Integralismo – o fascismo caboclo*. SP: Ícone, 1998. Ele traz referências que permitem observar as semelhanças entre o fascismo italiano e o integralismo brasileiro.

lismo. De caráter acentuadamente machista, ainda que nas entrelinhas, o discurso integralista acaba por reforçar a ideologia dominante: a mulher ideal era a mulher do lar: mãe quase beatificada, esposa dócil, filha obediente.

Esse “projeto de mulher” adentraria o Estado Novo e se aperfeiçoaria por meio de uma intensa campanha do Ministério da Educação, que via na figura feminina um de seus principais aliados, quando o assunto era a Educação Nacional. O Ministro da Educação, em conferência proferida por ocasião do centenário do Colégio Pedro II, em 02 de dezembro de 1937, saía pessoalmente em favor desse projeto:

Os poderes públicos devem ter em mira que a educação, tendo por finalidade preparar o individuo para a vida moral política e econômica da nação, precisa considerar diversamente o homem e a mulher. Cumpre reconhecer que no mundo moderno um e outro são chamados à mesma quantidade de esforço pela obra comum, pois a mulher mostrou-se capaz de tarefas as mais difíceis e penosas outrora retiradas de sua participação. A educação a ser dada aos dois há, porém, de diferir na medida em que diferem os destinos que a Providência lhes deu. Assim, se o homem deve ser preparado com têmpera de teor militar para os negócios e as lutas, a educação feminina terá outra finalidade que é o preparo para a vida do lar. A família constituída pelo casamento indissolúvel é a base de nossa organização social e por isto colocada sob a proteção especial do Estado. Ora, é a mulher que funda e conserva a família, como é também por sua mãos que a família se destrói. Ao Estado, pois, compete,

na educação que lhes ministra prepará-la conscientemente para esta grave missão. (Capanema, apud Schwartzman, 1984, p.107)

Como se pode observar, Capanema reservava às mulheres um tratamento especial e que, durante o Estado Novo, se desdobraria em dois segmentos similares: de um lado, proteção à família, quando a colocava sob a proteção do Estado; de outro, deveria ser dada à mulher uma “educação adequada” ao seu papel familiar, ou seja, adequada ao Estado, evidentemente.

Com o apoio das oligarquias tradicionais, da alta hierarquia militar e do alto clero, ou seja, do conservadorismo, o integralismo se amparava no ódio aos comunistas e no anti-semitismo para exaltar a tensão emocional de seus partidários. Enfim, o “perigo vermelho” era visto por toda parte e isto era o que alimentava o espírito vigilante e o fervor partidário, sinônimo do caráter violento da Ação Integralista Brasileira.

Caráter não menos violento possuía a Igreja, que deveria oferecer ao novo regime uma ideologia que lhe desse sustentação, por meio de conteúdos morais sem os quais o Estado não conseguiria consolidar seu projeto doutrinador. Para tanto, uma ênfase maior deveria ser dada à educação religiosa das mulheres. Devia-se *pedir à Igreja, não somente inspiração, mas, também, modelos e quadros de disciplina e ordem espiritual* (Schwartzman, 1984, p.44).

Assim, na profunda amizade existente entre o Ministro da Educação, Gustavo Capanema, e o pensador católico Alceu de Amoroso Lima, pode-se traduzir essa aliança Estado/Igreja como tempos de reforma.

Os tempos de reforma ocorriam simultaneamente aos da ação, mas consistiam, basicamente, na elaboração de um grande painel de normas, regulamentos e projetos para a reformulação total do sistema educacional do país. Era aqui, mais do que em qualquer outra área, que o pacto do Ministério da Educação com a Igreja se revelava com toda sua força. (Schwartzman, 1984, p.173)

No que diz respeito às mulheres, o resultado da aliança entre Estado-Ministério da Educação/Igreja-clericalismo conservadoracionista põe em marcha um projeto falocrático-opressor, que via a figura feminina como mera coadjuvante do universo masculino. Vejam-se a educação que recebiam, a formação religiosa, os assuntos das revistas femininas que sempre valorizavam o lar, os maridos, os filhos, os figurinos, a vaidade, o cinema, dentre tantos outros temas, e que raramente traziam reportagens com fundo político-ideológico. A confirmação dessa observação é explícita em uma seção de *Fon-fon* intitulada *Saber ser mãe*:

A missão feminina na vida é importantíssima; a mulher é auxiliar do homem, além de ser sua companheira, e seu papel, na vida, é glorioso... A mulher tem a seu cargo criar e repartir a felicidade. Fazendo felizes seus filhos e seu marido...Os deveres a ella impostos, pela grandiosidade mesma da sua missão na vida, devem ser aceitos sem revolta e realizar-se com alegria. (*Fon-fon*, 21/12/1940, p.16)

A ascensão dos totalitarismos de direita, quase que no mundo todo, motivou o aparecimento de frentes antifascistas repre-

sentadas pelos partidos comunistas que tinham como objetivo aglutinar todos aqueles que, por uma razão ou outra, eram contrários ao fascismo. O Partido Comunista do Brasil, fundado em 1920, que, a partir de 1922 se transformaria no Partido Comunista Brasileiro, adotou essa tendência e formou a frente antifascista brasileira, resultando na Aliança Nacional Libertadora, cujo principal dirigente era o agora ex-tenente e membro da cúpula do PCB, Luis Carlos Prestes, o Cavaleiro da Esperança.⁷

Com um crescimento vertiginoso, despertando o receio das camadas dirigentes do país, a Aliança Nacional Libertadora representa o interesse não só da esquerda brasileira mas, nesse momento, também do próprio Getúlio Vargas, que se utiliza da ANL para fortalecer seu poder. Depois, por meio de intervenção policial, invade suas sedes, fecha-as e, não satisfeito, prende seus líderes. Esse fato impede a atuação da ANL na legalidade e, automaticamente, joga-a na clandestinidade.

Ainda que breve, a observação do historiador Thomas Skidmore ajuda a entender o agitado momento político da época:

Muito significativo o fato de que o integralismo e a Aliança Nacional Libertadora constituíam os principais movimentos políticos nacionais de aguda orientação ideológica. Os componentes da descosida Aliança Liberal, que haviam feito a Revolução de 1930, não passavam de políticos locais, unidos apenas pelo desejo comum de derrubar a estreita elite governante da República Velha. Agora tinham sido

7 Jorge Amado retrata Luíz Carlos Prestes em um de seus romances históricos: *Vida de Luiz Carlos Prestes: o cavaleiro da esperança*. SP: Martins, 1945.

eclipsados por movimentos nacionais mais ambiciosos, mais disciplinados, de bases mais amplas e mais radicais. (Skidmore apud Tota, 1987, p. 17)

Outra causa facilitadora do Golpe de 37 foi o que a História do Brasil classifica como Intentona Comunista. Esse levante armado é o resultado da forte repressão policial para com a ANL, fato este que leva o PCB, representante da esquerda radical do país, em uma manifestação de revide político, a optar pelo método insurrecional.

Em si mesmo, o levante armado de 1935, cujos personagens maiores são Luis Carlos Prestes e sua mulher, Olga Benário Prestes, foi um fiasco. Começou já fadado ao fracasso no dia 23 de novembro, em Natal, Rio Grande do Norte, antecipando-se a uma iniciativa coordenada a partir do Rio de Janeiro. Seguiram-se rebeliões no Recife e no Rio, mas foram logo dominadas pelas forças legais.

O “episódio de 1935” teve sérias conseqüências, pois abriu caminho para amplas medidas repressivas e para a escalada do autoritarismo, no Brasil. Para combater os levantes comunistas, Getúlio Vargas decretou, em novembro, o estado de sítio, que se prolongaria até o ano seguinte. Era o pretexto de que necessitava para conduzir o país à ditadura.

[...] pretexto, porque Vargas sabia de antemão dos planos insurrecionais do PCB através de elementos da política infiltrados no partido. E serviu-se do levante comunista – mal concebido, mal planejado e mal executado, sem a mínima chance de vitória – para atingir seus objetivos pessoais.

Utilizando o argumento da “ameaça comunista”, preparou, pacientemente, seu próprio caminho. (Koshiba, 1996, p.285)

Como salientado anteriormente, no curso da insurreição, o governo pedira ao Congresso a decretação do estado de sítio por sessenta dias. Porém, para Boris Fausto (1998, p. 361), *o estado de guerra, a que foi equiparado o estado de sítio, seria sucessivamente prorrogado até junho de 1937*. Como consequência, a partir de 1936, vimos a polícia invadir o Congresso, prender parlamentares que apoiavam a ANL ou que simplesmente nutriam simpatia por ela e criar órgãos e mecanismos de repressão; enfim, o que se tem aí é Getúlio Vargas construindo a passarela que o levará ao poder e pela qual irá desfilir livremente, de 1937 a 1945, sem qualquer oposição, sem qualquer opositor. Para isso, pouco a pouco, muniu-se de um aparato político, jurídico e comunicacional que, mais tarde, viria a ser o alicerce do Estado Novo. Mas, antes de chegar ao poder, em 1937, Getúlio deveria, ainda, enfrentar as eleições presidenciais que aconteceriam em 1938.

Desde o início da campanha eleitoral para a sucessão presidencial, a oligarquia paulista lançou seu candidato, Armando Sales de Oliveira. Os getulistas defendiam a candidatura de José Américo. Porém, nenhum deles sequer passava pelos planos de Vargas que, como sabido, pretendia permanecer no poder. Para isso, contava com o apoio de Exército, sobretudo com o General Dutra, seu ministro da Guerra que, em 1945, será um dos conspiradores que deporá Vargas e o substituirá no poder.

Todavia, o Congresso Nacional, percebendo as manobras golpistas de Vargas, o impediu de renovar o estado de sítio; portanto, deveria haver eleição presidencial.

Mas, para forçar a situação, ou melhor, para que o Congresso permanecesse fechado, Vargas simulou a farsa do Plano Cohen. De origem incerta, tratava-se de um plano, supostamente comunista, que visava ao assassinato de personalidades importantes, a fim de tomar o poder.

Um oficial integralista – o capitão Olímpio Mourão Filho – foi surpreendido, ou deixou-se surpreender, em setembro de 1937, datilografando no Ministério da Guerra um plano de insurreição comunista. O autor do documento seria um certo Cohen – nome marcadamente judaico –... Aparentemente, o “plano” era uma fantasia a ser publicada em um boletim da Ação Integralista Brasileira, mostrando como seria uma insurreição comunista e como reagiriam os integralistas diante dela. A insurreição provocaria massacres, saques e depredações, desrespeito aos lares, incêndios de igrejas, etc. (Fausto, 1998, p. 363)

O fato é que, de obra de ficção, o documento foi transformado em realidade. Passando das mãos dos integralistas ao exército, foi transmitido pela “Hora do Brasil” e publicado nos jornais. Os efeitos da divulgação foram imediatos. Diante da “ameaça vermelha”, o governo pediu o estado de guerra, e o Congresso concedeu. Estavam criadas as condições para o Golpe de 37. Vargas buscou e conseguiu o apoio de que necessitava. Novamente aliado com Minas Gerais e o Nordeste, como

em 1930, anunciava que a situação política do Brasil não comportava a realização de eleições, sendo ainda necessário dissolver a Câmara e o Senado.

A partir daí, a oposição se mobilizou, fixando-se na figura de Armando Salles de Oliveira que, nesse momento, já havendo percebido o quão difícil seria viabilizar sua candidatura à presidência, lançou um manifesto aos chefes militares, apelando para que impedissem a execução do golpe e pedindo a manutenção da legalidade. Esse gesto serviu apenas para apressá-lo. Sob o pretexto de que o texto estava sendo distribuído nos quartéis, Getúlio e a cúpula militar anteciparam o golpe, que havia sido marcado para a data cívica de 15 de novembro.

Assim, no dia 10 de novembro de 1937, tropas da polícia militar cercaram o Congresso, impedindo a entrada dos congressistas. No mesmo dia, Vargas anunciou uma nova etapa na vida política do país e a entrada em vigor de uma nova carta constitucional, elaborada pelo futuro ministro da Justiça, Francisco Campos. Os partidos políticos foram dissolvidos. Era o início do Estado Novo, implantado no estilo autoritário, sem grandes mobilizações e legitimado pela *Polaca* em 1937.

Uma Constituição é outorgada, instituindo o Estado Novo – nome do regime português que vem da chamada Revolução Nacional de 1926, passa pela chegada ao poder de Salazar e é de vez estabelecido pela República Unitária e Corporativa em 33. A nova carta brasileira é feita pelo ministro Francisco Campos, político mineiro de conhecido corte reacionário. À maneira de alguns textos europeus corporativistas, com Executivo e um pretenso Legislativo, anuncia

uma nova ordem, de acordo com certos princípios vigentes no mundo direitista, nunca submetidos a qualquer aprovação. Para que, se esta é vista como coisa do passado, a ser substituída por um regime que apela para a força, a mística de nação predestinada ou de raça superior, conduzida por um homem com características de dominador que deve ser acatado como chefe, condutor de um Estado ao qual tudo deve servir? (Iglesias, 1986, p. 54)

No que concerne ao movimento popular e aos comunistas, estes tinham sido abatidos e banidos sem poder reagir. Já a classe dominante aceitava o golpe considerando-o até benéfico, pois sabia que os interesses do Estado iam ao encontro dos seus.

O novo regime teria ainda que se ocupar dos integralistas, que haviam apoiado o golpe e esperavam ver seu mentor, Plínio Salgado, no ministério da Educação, um dos ministérios mais importantes da Era Vargas. Mas, para esse cargo, Getúlio já havia pensado em Gustavo Capanema, personagem fundamental na manutenção do Estado Novo. Com as esperanças cortadas e sentindo-se traído, em maio de 1938, um grupo de integralistas toma de assalto o Palácio da Guanabara, residência do presidente, na tentativa de depô-lo. Tiro pra lá, tiro pra cá, os integralistas acabaram sendo cercados pela guarda presidencial e, no choque, muitos morreram fuzilados nos jardins do palácio.

Sufocadas as oposições, estava instalada a ditadura. Consolidava-se um processo já esboçado desde o início do governo de Vargas, que visava ao autoritarismo político e à concentração de poder nas mãos do Estado. A partir daí, este procurou agir diretamente em todos os setores da vida do país: da economia

à educação, da saúde à regulamentação do trabalho, das comunicações aos esportes. Diversos órgãos foram criados em torno desses setores, a burocratização caminhou a passos largos, afastando cada vez mais a sociedade das decisões relativas a aspectos fundamentais da sua vida.

O fortalecimento do Estado era o argumento usado pelo Estado Novo, para justificar o discurso político produzido na época. Segundo ele, somente um Estado forte e centralizado seria capaz de promover a tão necessária reorganização social, condição para superar o atraso do país e promover o desenvolvimento nacional, ou seja, o que importava era fazer avançar o processo de industrialização do país sem, contudo, pôr em risco a estrutura de poder já existente, resguardando assim os interesses da burguesia e produzindo uma total concentração das massas em torno do Estado.

Porém, o Estado Novo procurava passar a idéia de que sua política estava defendendo, na verdade, os interesses da nação. Daí a necessidade de se criar um regime de colaboração nacional de que todos os setores sociais deveriam participar. Afinal, segundo a ideologia estadonovista, todos faziam parte da nação:

Ao integrar todos os brasileiros, de operários a patrões, como componentes da nação, mascaravam-se as contradições de classes e os interesses divergentes. Com esse objetivo, procurava-se incentivar o nacionalismo, o civismo e o patriotismo. A importância do indivíduo estava reconhecida enquanto integrante da nação. Em nome dos interesses nacionais se davam todas as realizações. Por trás da idéia de

nação, a repressão às desigualdades sociais, a dominação.
(Bercito, 1990, p.10)

Essas idéias inspiram-se na ideologia fascista, que dominava grande parte da Europa, na época; como ele, o Estado Novo também pregava o Estado Forte, o nacionalismo exacerbado, o indivíduo absorvido pela nação.

O golpe de 1937, conforme Lourdes Sola, *não representou a vitória de um partido organizado, nem teve apoio ativo das massas*. Careceu, por outro lado, de força e coerência ideológica. A instauração do Estado Novo foi *um golpe de elites político-dominantes contra elites político-econômicas* (1969, p. 259).

Nesse sentido, o golpe que, através de decreto, dissolveu “todos” os partidos políticos e fechou o Congresso, é bem elucidativo. De acordo com a interpretação estadonovista, todos os partidos políticos eram “artifícios combinações de caráter jurídico e formal” e tinham “objetivos meramente eleitorais”; portanto, não atendiam “aos reais sentimentos do povo brasileiro”. Entretanto, não devemos nos esquecer de que essas considerações não podem ser aplicadas à AIB e à ANL pois, como se observou anteriormente, ambas tinham superado os partidos até então existentes, meros legitimadores das velhas oligarquias tradicionais. Contra a AIB e a ANL as acusações eram outras: elas propagavam ideologias e reproduziam doutrinas contrárias às postuladas pelo novo regime

Assim, como não havia um partido com o perfil do Estado Novo, a instauração do novo regime era a solução ideal, já que ele vinha em nome da nação, para atender às suas aspirações e

necessidades, devendo estar em contato direto com o povo; melhor dizendo, deveria ser a voz do povo.

Podemos afirmar, então, que o pano de fundo da ideologia do Estado Novo, foi o mito da nação e do povo, duas entidades sem expressão que por si só não significavam nada. Na verdade, esse foi o momento em que, por meio de um esquema ditatorial brutal, se procurou suprimir os localismos e, em seu lugar, viabilizar um projeto sócio, econômico, político e ideológico legitimamente nacional. Identificando nação e povo, e ambos com o ditador, sem a distância interposta pelos partidos, o Estado Novo tinha a ilusão de que o povo governaria a si próprio e a nação se reencontraria. O ditador era então a encarnação viva do povo e da nação. Nesse instante, o chefe da nação passava a ser patrão, pai, marido fiel; o que colocava a mulher à sombra da História do Brasil Contemporâneo, sobretudo quando se trata de sua imagem ou participação como cidadã, nos anos 30 e 40.

Assim é que, nos anos 30, os regimes fascistas, o nazismo e o stalinismo⁸, não necessariamente identificados entre si, intercambiam fórmulas e experiências que pretendem congelar os focos de tensão da história, a luta operária, por exemplo, e resolver, definitivamente, a questão social, “redimindo da exploração as populações trabalhadoras”. Para esse combate, o Estado Novo se apresenta como *único sujeito histórico adequado ao país para aquele momento e, ao mesmo tempo, o corretor da sua linha e evolução histórica* (Lenharo, 1986. p. 14).

8 Sobre Stalin e o regime socialista implantado na Rússia, após a Revolução de 1917, ver: Martens, L. *Stalin – um novo olhar*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

A partir daí, institui-se um estado de emergência que permitirá ao presidente suspender imunidades parlamentares, encarcerar, exilar, invadir lares, instaurar a pena de morte no país e legalizar a censura para os meios de comunicação – jornais, rádio, cinema. Sob o signo da mentira, o Estado Novo plantou suas raízes. Ao justificar o golpe como uma necessidade que vinha ao encontro das aspirações do povo brasileiro, cinicamente se armou um quadro de terror e ameaças que se estendia a toda a sociedade. Quando do golpe de 37, a grande Organização Burocrática mostrou-se portadora de mais um novo e poderoso artefato do poder – a máquina da propaganda.

Por meio de imagens, sons, fotografias e reportagens, veiculadas nos cinemas, rádios, jornais e periódicos, publicidade e propaganda, juntas, vão, pouco a pouco, traçar o modelo ideal de nação, de sociedade civil e de mulher que se pretendia, indo, deste modo, ao encontro do nacionalismo autoritarista que ambicionava legitimar-se no Brasil daquele período. Na *Fon-fon*, esse perfil a ser seguido aparece, explicitamente, nas reportagens que constantemente estereotipavam as mulheres, jogando-as, sempre, na condição de ora sagradas ora profanas, ora anjos ora demônios, o que consideramos ser uma visão machista, institucionalizada e que acompanha o pensamento social desde a Idade Média. É o que evidencia este extrato de matéria da seção *Saber ser Mãe*:

Esse sentimento do dever a cumprir corresponde a uma lei superior e imperiosa que deve sempre afirmar-se na alma feminina e pela qual, e para a qual, a mulher deve a força e a coragem necessárias para saber rejeitar e repellar toda

influência social e externa que possa enfraquecê-la e, assim, perturbar sua consciência do dever.

Quatro palavras: só pensar nos outros...quer dizer – realizar o problema espiritual do que constitui a vida e a ventura de cada um dos seres queridos.

Quando uma mãe não cumpre esses deveres não merece o nome de mãe.

Quando uma mulher, que tem um filho, inocente e pequenino a estender-lhe os bracinhos, chamando-lhe: “Mãe”, - deixa essa criança para procurar alegria ou ventura fora do lar, ella commete o maior dos crimes, a maior das faltas e com isso apenas consegue encher sua alma de decepções bem cruéis e profundas amarguras. (*Fon-Fon*, 21/12/40, p.16)

Há muitos indicativos de que, mesmo antes do golpe, pensava-se em uma articulada e eficiente organização da propaganda. Após 37, entretanto, essa máquina se expande e se aperfeiçoa, consoante a introdução de novos elementos essenciais à sua implementação e, cada vez mais, direcionada para atuar como máquina de dominação. Concordamos com Lenharo, quando ele diz:

À introdução do cinismo e da mentira como recursos de dominação política, cingem-se num mesmo plano a censura, a delação, a tortura. Projeta-se para a sociedade, através dos meios de comunicação, uma só imagem de si mesma, imersa num mundo de ficção, a competir com o mundo de sua realidade. O peso do passado fora afastado; a sociedade

antes dividida e conflituosa, agora, encontrava o caminho da paz e do equilíbrio; o trabalhador, por sua vez, finalmente tinha a seu favor um Estado protetor e justo; a nação reencontrava-se consigo mesma e abria-se confiante para o progresso econômico. (1986, p.38)

Mais tarde, porém, quando as dificuldades aparecerem, ou seja, quando a exploração do trabalho tornar-se evidente, o desemprego decorrente da economia de guerra se tornar uma fatalidade, a desvalorização do mínimo for inevitavelmente percebida nas altas taxas de inflação, a dura realidade brasileira aparecerá como o fim do sonho da “ilha de paz e prosperidade” que teria sido o Estado Novo.

Dentro do projeto de legitimação de um Estado corporativista, ainda são criados o DASP e o DIP. O Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP – instituída em 1938, tinha como finalidade dar ao Estado um aparato burocrático e racional da administração pública, ou seja, tratava-se de modernizar a burocracia e de pôr fim ao “caráter político do recrutamento do funcionalismo, partindo do imperativo técnico da neutralidade do serviço e do servidor público” (Avelar, 1976, p.290). Com esse Departamento, generalizou-se um sistema de méritos, isto é, a contratação de pessoal passou a ser feita por meio de concursos e provas de habilitação. Podemos entender essa tática burocrática como sendo também uma forma de controle do trabalhador, ou seja, ele seria engendrado em um dos mecanismos de cooptação do aparelhamento do Estado.

Se o DASP tinha como objetivo o controle burocrático do poder, o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda

– foi criado, por sua vez, em 1939, com a finalidade do controle ideológico. Para tanto, exercia a censura total dos meios de comunicação, jornal, periódicos, rádio, cinema, teatro, literatura e demais manifestações culturais, com o que difundia na sociedade o medo do perigo comunista, sustentando um clima de insegurança que justificava o novo regime.

Além de restrições à liberdade de pensamento, atuou efetivamente na difusão de idéias e realizações do governo, por meio de programas de radiodifusão, concurso de monografias, promoção de eventos cívicos, cartilhas educacionais, ensino religioso, publicações, imprensa, cine-jornais, colocando-se, assim, os meios de comunicação de massa disponíveis a serviço do Poder Executivo, buscando-se estabelecer mecanismos de persuasão, com a finalidade de garantir a adesão total das massas ao regime. Em *Fon-fon – uma revista para o lar*, o DIP encontra um periódico aliado. Embora seja uma revista feminina, a maior parte do seu conteúdo é escrito por intelectuais de reconhecimento nacional, como Mario Poppe, Gustavo Barroso, dentre tantos outros colaboradores do projeto de uma cultura nacionalista que o Estado Novo tinha para o país.

Dessa forma, ampliava-se o controle social levado além da repressão pura e simples. Além disso, o DIP trabalhava na construção da imagem do presidente, tornando-o, sempre, uma figura favorável. Com esse fim, foi instituída a Hora do Brasil, emissão radiofônica obrigatória. Porém, a intolerância às diferenças e à diversificação da informação, base do novo regime, era completa. Qualquer oposição ideológica era rigorosamente reprimida.

Oficialmente, o DIP tinha por fim

[...] centralizar, coordenar, orientar, e superintender a propaganda nacional interna e externa e servir permanentemente como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional. (Tota, 1987. p34)

Era o que rezava o item *a*, do artigo 1º do Decreto de criação do Departamento:

[...]

- c) fazer a censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radio difusão, da literatura social e política, e da imprensa quando a esta forem cominadas as penalidades previstas pela lei;
- d) estimular a produção de filmes nacionais;
- e) classificar os filmes educativos e os nacionais, para a concessão de prêmios e favores[...];
- o) promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou propaganda turística, concertos, conferências, exposições demonstrativas das atividades do governo, bem como mostras de arte de individualidades nacionais e estrangeiras;
- p) organizar e dirigir o programa de rádio-difusão oficial do governo [...]. (Tota, 1987, p.35)

Finalmente, para percebermos com clareza as funções e as áreas de atuação do DIP, ainda esclarecemos que, segundo o Art. 3º, este será constituído de:

- a) Divisão de Divulgação;
- b) Divisão de Radiodifusão;
- c) Divisão de Cinema e Teatro;
- d) Divisão de Turismo;
- e) Divisão de Imprensa;
- f) Serviços auxiliares, que são os de comunicações, Contabilidade, Tesouraria, Material, Filmoteca, Discoteca, Biblioteca. (Tota, 1987, p.35)

Não obstante o forte controle da vida cultural no país, a produção artística do período era intensa. Rádio e cinema eram a diversão popular. No rádio, os programas de auditório, as novelas e os musicais eram os preferidos. Apesar da censura, a música popular brasileira, assim como a indústria fonográfica, tomou um grande impulso devido à popularização dos cantores de rádio. As vozes de Carmem Miranda e o Bando da Lua, Carmélia Alves, Emilinha Borba, Marlene, Dalva de Oliveira, Linda e Dircinha Batista, Dolores Duram, Isaurinha Garcia, Francisco Alves, Orlando Silva, Silvio Caldas, Vicente Celestino, dentre tantos outros, entravam nos lares brasileiros através das composições de Ary Barroso, Ataulfo Alves, Erivelto Martins, Lamartine Babo, Mario Lago, Noel Rosa, veiculadas pelas rádios Mayrink Veiga e Nacional, no Rio de Janeiro, e Record e Tupi, em São Paulo. Os corsos, os ranchos e os primeiros desfiles oficiais das escolas de samba espalhavam a animação do carnaval. Marchinhas como Taí, AEIOU, Linda Morena, Cócócócócó-ró, ainda hoje cantadas, foram feitas especialmente para alegrar os bailes carnavalescos de então. Porém, se Villa-Lobos era o compositor oficial do regime, o samba descia o morro e começava ganhar

importância nacional, a despeito da resistência da elite brasileira. Em uma enquete, promovida por *Fon-fon*, intitulada *O que é o rádio: factor de educação ou diversão?*, Mario Lago assim responde a uma das perguntas:

P. Que pensa do samba como expressão da nossa musica popular?

R. Sou de opinião de que não ha o que pensar de musica popular, isto é, musica que caracteriza um povo. Gosta-se ou não. Eu adoro o samba. O que não se póde é fazer divagações, comparações entre a “Nona Symphonia” e “O que é que a bahiana tem”, nem negar o samba como expressão de nossa musica popular sob a allegação de sua origem africana. Pergunto eu: estrangeiro com não sei quantos annos de Brasil, conservando ainda o sotaque de origem, se naturalizar-se brasileiro não póde ser funcionario publico? Póde. Por que então negar-se brasilidade ao samba, que veio do jongo africano (vá lá!), passou por mil e uma transformações e já não é mais nada do que foi? Concorde que a sua apresentação seja pobre, que não haja cuidado na seleção... Mas a culpa não é do samba, coitado. É das fábricas de discos, é dos cantores que não sabem escolher repertorio, é da censura [...]. (*Fon - fon*, 17/06/1939, p.32)

Pelo rádio também chegavam as notícias do Brasil e do mundo, através da voz de Hérom Domingos, o Repórter Esso, que ia ao ar em emissão nacional todos os dias das 19:00 às 20:00 horas.

Vê-se, em *Fon-fon*, que o cinema notabilizava os mitos de Hollywood, como Clark Gable, Montgomery Cliff, Robert Taylor, Tyrone Power, Ginger Rogers, Greta Garbo, Loretta Young, Joan Crawford, Marlene Dietrich... No Brasil, a produção de filmes nacionais crescia vertiginosamente, por meio de companhias como Atlântida e Cinédia que, em seu quadro de astros e estrelas, contava com Anselmo Duarte, Grande Otelo, Oscarito, Procópio Ferreira, Eliane Macedo, Heloísa Helena, Maria Amaro, Tônia Carrero,... A mulher vai ocupando espaços, mas não se deve esquecer que as mulheres de teatro e cinema eram, muitas vezes, marginalizadas ou mesmo consideradas prostitutas, reforçando dessa maneira, os preconceitos e tabus da mulher do lar. Mesmo que implicitamente, *Fon-Fon* garante essa observação quando em suas matérias supervaloriza a mulher dona de casa.

O teatro de revista, cujo expoente máximo foi a companhia de Carlos Machado, e suas vedetes Consuelo Leandro, Eva Todor, Mara Rúbia, Virgínia Lane, os cassinos e as festas promovidas pelo Estado Novo, demarcavam um território diferente, uma outra forma de diversão, cujo intuito era a diversão das elites milionárias do país, e na qual a censura não se fazia presente.

A diversão popular era o futebol, que levava grandes massas aos estádios, como o recém-construído Pacaembu, na São Paulo que “não podia parar”. Além desse tipo de construção, os modernos viadutos, a verticalização da construção civil, obras muitas vezes de expressão internacional, como a Pampulha, em Belo Horizonte, marcam a chegada maciça dos migrantes ao Sudeste do Brasil, cujo processo de urbanização se intensificava, transformando o Brasil em um país mais moderno, mais urbano, mais

industrial. A posição da mulher começa a mudar lentamente, mas ideologicamente persiste a dicotomia na sua visão e idealiza-se a mulher como mãe e esposa perfeita.

Enquanto durou, o Estado Novo promoveu eventos públicos que tinham por objetivo disseminar as realizações do governo e instituir um clima de comunhão coletiva. O episódio de inauguração do estádio do Pacaembu, descrito pelo articulista Martins Capistrano, reforça essa afirmação:

A tarde macia de abril estende-se, voluptuosamente, sobre o vale de Pacaembú. Uma brisa gostosa de primavera sopra de leste, acariciando, mansamente, com ternuras humanas, a paisagem paulistana. Sábado festivo, engalanado de magnificência e poesia... O entusiasmo silencioso de quem sobe o caminho florido de mocidade e alegria é um poema que a natureza recita no deslumbramento estival da sua claridade majestosa. Um poema da raça forte e feliz que alí se movimenta para glorificar a obra colossal onde palpita, vitoriosa, a grandeza de São Paulo.

Começa o desfile da juventude esportiva que veio de longe ou de perto iluminar esta festa olímpica. Passam os clubes, os colégios, as unidades militares, as associações de classe, que cultivam a educação física, formando contingentes de soldados dos esportes. Dez mil atletas vão passar aquí, elegantes, vigorosos, sob os aplausos deste mundo disciplinado e ardente que olha, do alto, a fascinação da mocidade enfeitando a tarde de Pacaembú.

Campinas, Piracicaba, Amparo, Taubaté, Cruzeiro, Rio Preto, Piedade, Pindamonhangaba e tantas outras localida-

des distantes do interior aparecem nos pavilhões dos clubes que marcham ao lado dos clubes da capital. É uma solidariedade esportiva que comove.

Por isso mesmo, é bonito o ambiente que esta festa apresenta às cem mil pessoas comodamente instaladas nas arquibancadas do estádio.

Agora, depois de falar o prefeito de S. Paulo, e quando o presidente da República declara inaugurado o maior estádio do país e do continente, há uma revoada matinal de pombos, na tarde que finda... E as aves que sobem, às centenas, para o céu azul, como se brotassem da terra, verde fecundada pela vibração cívica da mocidade em festa, levam, nas asas brancas, a saudação de São Paulo ao Brasil que o admira e exalta, ao Brasil que veio aplaudir, com entusiasmo, a glória e o monumento de Pacaembú [...]. (*Fon-fon*, 18/05/1940,)

Era uma prática do governo fazer-se presente por meio de visitas do presidente, em pessoa, a indústrias, a inaugurações, a obras caritativas, em grandes eventos de massas comemorativos das datas nacionais. Nesse caso específico, uma das datas nacionais mais importantes era o 1º de abril, aniversário de Getúlio Vargas, ou o Dia do Presidente. Outras também se faziam importantes como, por exemplo, o Dia do trabalho (1º de maio), Semana da Raça e da Pátria (setembro), a Revolução de 30 (3 de outubro), o aniversário da implantação do Estado Novo (10 de novembro).

Essas comemorações ocorriam, habitualmente, em grandes estádios ou grandes avenidas, lugares onde se pudessem arregi-

mentar as massas em um mesmo espaço e, em uníssono, a voz do Presidente chegaria ao coração da nação de uma só vez, de um só modo, o que julgamos ser uma verdadeira demonstração de cooptação das massas, o Brasil que pensa e pulsa junto com o Presidente, ou melhor, de acordo com o presidente que, não podemos nos esquecer, possuía origem caudilhista. Essas comemorações constavam de desfiles escolares, operários, militares, demonstração de educação física, canto orfeônico, bandas e, no centro das festividades, no papel principal, autoridades do governo e o próprio Getúlio, que, para esses momentos, reservava o anúncio de medidas populares, como a do salário mínimo. Às grandes massas urbanas que acorriam a esses eventos reservava-se o papel de coadjuvantes, porém indispensáveis, no papel de representantes da adesão coletiva ao regime.

Enfim, podemos notar que, por meio da fala dos próprios atores que compõem a História do período e que são também os sujeitos da História, pouco a pouco, com o sucesso do Estado Novo, estabelece-se no país a ideologia nacionalista da Era Vargas, calcada no mito: *mens sana in corpore sano*. É o que nos demonstra o documento abaixo:

[...] É o dia da Raça, o desfile da mocidade do Brasil...; dos mais longínquos recantos da cidade apressam-se grupos álacres de jovens que se destinam à grande concentração; a música marcial das canções patrióticas, os vivas de alegria que se cruzam e se confundem, as milhares de bandeiras que drapejam farfalhantes dão ao ambiente um entusiasmo febril, comunicativo, que empolga, galvaniza...; a multidão enche as ruas, desloca-se de um lugar para outro, movi-

menta-se sempre, ávida por aplaudir o grande espetáculo... Os jovens de cabeça erguida, atitude correta, passo firme, marcham garbosamente, sorridentes e belos, disciplinados e convictos, uma esplêndida visão do que será o Brasil glorioso do amanhã; e cantam com veemência e fé as velhas canções que lembram as mais caras tradições da Pátria, os feitos mais arrojados dos criadores da nacionalidade. O povo delira traduzindo no calor de suas palmas prolongadas o entusiasmo que lhe inspira esse capítulo majestoso de civismo...,anima-os com o fervor dos seus aplausos, com as lágrimas de sua comoção. (Hollanda apud Bercito, 1990, p.50)

Se o discurso político era parte integrante da manipulação ideológica do Estado Novo, os meios de comunicação também não poderiam deixar de sê-lo. O rádio, a imprensa, o cinema foram igualmente usados como instrumentos de controle e formação da opinião pública. O rádio, maior instrumento de comunicação de massa da época, foi utilizado, obstinadamente, na propaganda e difusão de idéias do regime, sobretudo após a encampação da Rádio Nacional pelo governo. A partir desse momento, ela também passava a ser um aparelho de difusão ideológica, trabalhando em defesa da “integração nacional”. Por entendermos o quão imperativa é a veracidade das fontes em trabalhos científicos, julgamos necessário, ainda, utilizar um trecho de um discurso de Lourival Fontes que, pensamos, elucida nossa afirmação:

Não podemos desestimar a obra da propaganda e de cultura realizada pelo rádio e, principalmente, a sua ação extra-escolar; basta dizer que o rádio chega até onde não chegam a escola e a imprensa, isto é: aos pontos mais longínquos do país e, até, à compreensão do analfabeto [...]. (Fontes apud Saroldi e Moreira, 1988, p.13)

Para enfatizarmos essa idéia de legitimação do poder pelos meios de comunicação, ou seja, com o exercício de uma prática política massificante, com perfis autoritaristas e paternalistas, utilizamos um discurso de Getúlio:

[...] Impõe-se necessário ampliar os trabalhos relativos a divulgação, sob os seus diversos aspectos. No interior, torna-se necessário realizar uma obra inadiável de educação cívico-política, reforçando o conhecimento do regime democrático e seu funcionamento, dando a conhecer, em toda extensão do país, qual a orientação de seus dirigentes e o alcance das medidas administrativas em curso...O governo da União procurará estender-se...de modo que sejam instalados aparelhos rádios-receptores, providos de alto-falantes, em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo,(grifo nosso, por acreditarmos que esta seja uma alusão às mulheres) nem de idade, momentos de educação política e social, informes úteis aos seus negócios e toda sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da nação...A iniciativa mais se recomenda quando consideramos o fato de não existir no Brasil imprensa de divulgação nacional...À radiotelefonia está reservado o papel

de interessar todos por tudo quanto se passa no Brasil[...].
(Vargas, 1937, p. 39)

Em compasso com os países do Eixo, a construção da Grande Nação, jovem, forte e higiênica, tinha em Getúlio seu guia maior. Daí o fato de sua imagem ser excessivamente cultivada pela máquina de propaganda do regime. Nas publicações oficiais, nos eventos de massa, nas fotografias afixadas por toda parte, enaltecia-se a figura do presidente, tal qual, na Europa, a de Hitler e Mussolini. Seu talento de líder carismático era reforçado ora apresentando-o como homem do povo, ora dotando-o de qualidades excepcionais, pois naquele momento, com um projeto político-ideológico, por que não dizer didático-pedagógico, construía-se a imagem do líder identificado com os interesses nacionais, capaz de empreender todas as reformas urgentes para o país naquele período.

Como dissemos, fosse como fosse, Vargas era apresentado como o pai dos trabalhadores, aquele que, com a legislação trabalhista e reformas sociais, defendia os interesses dos mais desfavorecidos, sem, no entanto, desagradar à burguesia industrial emergente no Brasil daquele momento; o que lhe valeu o título de “pai dos pobres”. Acrescentemos, entretanto, “mãe dos ricos”. A notoriedade desse mito do povo se constatará mesmo após sua deposição (em 1945), quando, em 1950, volta a governar o país, pelos braços do povo, ou seja, por meio de eleição presidencial direta, permanecendo no poder até 1954, quando comete suicídio, deixando estas palavras na carta-testamento: “Saio da vida para entrar na História”.

Conquanto a forte popularidade desse líder político, os efeitos da Segunda Guerra Mundial fazem-se sentir no país. O fracasso das exportações, devido ao conflito na Europa, somado à identificação de Vargas com líderes autoritários e totalitários do Antigo Continente, abrirá caminho para uma forte crise interna que levará à sua deposição. Por conseguinte, a entrada do Brasil na Guerra ao lado dos Aliados, não foi suficiente para a manutenção do Estado Novo e, conseqüentemente, a permanência de Vargas no poder.

Assim sendo, os reflexos do fim da Guerra em 1945 e, por conseguinte, o fim dos regimes nazi-fascistas na Europa estimularam o processo de abertura política no país. Nem mesmo a polícia secreta do Estado Novo, representada por Filinto Muller, especialista em práticas violentas, como torturas, deportações e assassinatos de presos políticos, foi capaz de conter as agitações pela redemocratização que ganhavam espaço naquele momento. Esse fato, ao nosso ver, evidencia o descompasso da vida política do país.

A partir daí, as contradições do regime começam a aparecer, dando início ao processo de democratização do país, promovendo a formação de agremiações e de novos partidos políticos que exprimiam os anseios sociais, até então reprimidos pelo “gosto estético-político” estadonovista. É o caso da União Nacional dos Estudantes (UNE), que surge em 1943. Logo em seguida, em 1945, ano decisivo para o Estado Novo, surge o Partido Social Democrático (PSD), mantido pela máquina do Estado, por iniciativa da burocracia, a serviço do próprio Getúlio e de seus interventores nos Estados. Ainda nesse ano funda-se o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também sob a inspiração de Vargas,

do Ministério do Trabalho e da burocracia sindical. Seu objetivo era reunir as massas trabalhadoras sob o estandarte getulista.

O único partido a fazer oposição ao regime era a União Democrática Nacional (UDN). Fundada em 1944, era composta por personagens antigetulistas: antigos liberais constitucionais como Armando Sales, proprietários de jornais, como Julio de Mesquita – *O Estado de S. Paulo*, ou Assis Chateaubriant - *Correio da Manhã*, e a burguesia agro-exportadora, prejudicada em seus lucros pelo intervencionismo do Estado na economia.

Ainda em 45, ante as constantes pressões da opinião pública, não restava outra saída a Vargas senão decretar anistia aos presos políticos, mantidos rigorosamente distantes dos olhos da sociedade durante os oito anos de permanência do Estado Novo. Vale aqui observar que, logo após a anistia, o apoio ao governo por parte do Partido Comunista Brasileiro (PCB), representado na figura de Luis Carlos Prestes, foi um dos fatos mais controversos daqueles anos. Isto se explica por características nacionalistas do PCB e, sobretudo, pela orientação vinda de Moscou, pois “aí se traçou a diretiva de que os partidos comunistas de todo o mundo deveriam apoiar os governos de seus países, integrantes da frente antifascista, fossem elas ditaduras ou democracias” (Fausto, 1998, p 386).

Porém, em alguns meses, o calendário de “transição pacífica”, desejado por Getúlio Vargas, sofreria alguns atropelos devido a uma seqüência de fatos e pelas diferenças de percepções dos grupos políticos envolvidos no processo de redemocratização do país, pois à oposição não interessava a idéia de um processo de transição para a democracia, encaminhada por um chefe de governo autoritário.

De sua parte, surpreendendo a todos, ou seja, a oposição liberal, Vargas, percebendo a perda de sustentação do regime, sobretudo na cúpula militar, passou a apoiar com maior amplitude as massas populares urbanas. Em uma iniciativa promovida pelos trabalhistas, pelos pelegos sindicais e com o apoio dos comunistas, mudou o norte da sucessão presidencial. Foi quando se expandiu a pregação do “queremismo” (“Queremos Getúlio”).

Os queremistas saíram às ruas defendendo a instalação de uma Assembléia Nacional Constituinte, com Getúlio no poder. Posteriormente deveriam ocorrer eleições diretas, nas quais Getúlio Vargas deveria concorrer. O queremismo fornecia, portanto, o respaldo de que ele precisava para continuar no poder, quer como ditador, quer como presidente eleito. Porém, temendo essa espetacular demonstração de populismo, seus opositores, a UDN e os militares, trataram de apressar sua queda. No entanto, nesse momento de mudanças gradativas, a mulher recomeça sua conquista do espaço público. Entre o final dos anos 40 e o pós-guerra, ela irá demarcar presença nas universidades e ocupar cargos no mercado de trabalho, antes destinados somente aos homens.

A queda de Vargas, em outubro de 1945, foi o resultado de um jogo político muito complexo. Forçado a renunciar, ele se retirou do poder, obrigado, ainda, a declarar publicamente que concordava com sua saída. Vale a pena observar o que a História nos mostra. O suporte dos militares que o apoiaram na Revolução de 1930, por exemplo, os generais Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra, foi um dos fortes legitimadores do golpe que levou a sua deposição. Essas e outras circunstâncias fizeram com que a transição para o regime democrático, que se instalará no país a partir de 1946, representasse não apenas uma ruptura com

o passado, mas, também, uma mudança de rumos, mantendo-se muitas continuidades; 1964 dirá.

Definidas as linhas mestras histórico-sociais do período 1937/1945, temos condições de compreender melhor a imprensa feminina, que se fez presente no Brasil do Estado Novo, contextualizando-se a revista *Fon-Fon* entre as demais revistas femininas do mesmo período.

Imprensa Feminina: *alguns conceitos*

A imprensa feminina, sobretudo a de época, embora pouco estudada nos cursos de Comunicação no Brasil, ou em qualquer outro relacionado às Ciências Humanas, seja como processo de produção, seja como análise das publicações que a constituem, é um assunto pertinente e estimulante para uma visão mais completa e profunda de um período histórico, devido às articulações sociais, econômicas, culturais e ideológicas que estão implícitas em sua estruturação.

De outro modo, ela é parte de um mercado em constante expansão, com inúmeros produtos surgindo a cada ano, muitas vezes sob formas bastante novas e instigantes.

Assim, a imprensa feminina é uma fatia de mercado e um campo de investigação que merece ser analisado, não apenas por pesquisadores de Comunicação ou História, mas, também, por sociólogos, antropólogos, psicólogos, literatos, enfim, por todos em quem essa produção multifacetada provoca interesse.

Mesmo pesquisando um magazine de época, é necessário começarmos a perceber o que essa imprensa representa no mundo atual, assim como o que ela representava no período subme-

tido à investigação. Não podemos aceitar, devido a nossa própria condição feminina, que hoje ou no passado histórico elas se resumam, ou se resumiam, a receitas culinárias e contos de amor.

No que concerne a *Fon-Fon*, ou a muitos magazines atuais, suas funções não são transparentes. Acreditamos que tais publicações não visam apenas a conselhos práticos do cotidiano ou lazer da mulher, existe sempre uma função ideológica atrás de cada magazine. Seja ela uma função ideológica que segue o posicionamento político da empresa que representa, seja ela uma função ideológica do Estado, pois *no espelho da imprensa feminina as imagens e as verdades são muitas*. (Buitoni, 1990, p. 5).

Desse modo, debruçar-se sobre essa imprensa, analisá-la, é um trabalho que julgamos útil para compreender o contexto da sociedade brasileira, e, num primeiro momento, pretendemos estabelecer seu lugar conceitual dentro do fenômeno imprensa, ou seja, o que é imprensa feminina e o que o gênero magazine representa nesse contexto.

Um segundo passo será esboçar os caminhos históricos que esse tipo de publicação percorreu, no Brasil e no mundo, pois, com o percurso histórico estrangeiro que julgamos necessário incluir para situar a evolução da imprensa feminina brasileira, mostraremos como surgiram e se desenvolveram, no país, revistas e jornais para mulheres.

Analisaremos ainda alguns pontos que pensamos ser fundamentais à reflexão sobre essa produção, que freqüentemente se debate entre *a estética da utilidade e a estética da futilidade* (Buitoni, 1990, p. 06), sobretudo no que diz respeito a um magazine inserido em um período histórico tão conturbado como foi a Era Vargas.

A bibliografia a respeito revela-se escassa, pois, embora estudos sobre o gênero feminino exista e, hoje, sejam muitos, trabalhos específicos sobre periódicos de época para mulheres são poucos.

Entendemos imprensa feminina como uma imprensa rotulada pelo sexo, ou seja, uma imprensa destinada a mulheres: seu rótulo, suas publicações, seu conteúdo, seu formato, tanto na imprensa escrita, como no rádio, na tv, na Internet, definem a mídia dirigida às mulheres, segundo Dulcília S. Buitoni, como “conceito definitivamente sexuado”, ou seja, sexo do público-alvo faz parte de sua natureza.

Assim, a mulher legitima o conceito de imprensa feminina como um veículo especializado e do público feminino, seja no papel de receptora da mensagem, seja como produtora, mesmo que, muitas vezes, nessa condição, não produza veículos destinados somente a mulheres. Mas o elemento definidor do conceito é ainda o sexo de suas consumidoras.

Isso não acontece e nem aconteceu no passado, com a imprensa em geral. Mesmo que na sua quase totalidade a maior parte de público leitor tenha sido masculino, os jornais eram destinados a um público pertencente a ambos os sexos, pois a idéia de público específico, como hoje se tem, até o século XX não existia, porque a mulher não era sequer considerada.

Não nos esqueçamos de que o público é uma conceituação deste século, e ligada quase sempre a várias camadas sociais. Enquanto a imprensa feminina teve em vista desde logo a mulher, a imprensa masculina, dirigida ao homem, só veio

a construir-se bem depois, em função da segmentação de mercado. (Buitoni, 1990, p. 8)

Mesmo assim, é comum contrapor-se imprensa em geral e imprensa feminina, valorizando-se muito mais a primeira. A imprensa em geral visaria, dessa forma, ao conjunto do público e não a um sexo determinado, e se conceituaria como o verdadeiro jornalismo, lugar onde se lida com o fato político no lugar do entretenimento, da futilidade ou, ainda, da alienação, pois, para muitos, ainda hoje, imprensa feminina resume-se a revistas de moda, culinária, poesia, moldes e figurinos, horóscopo, consultório sentimental, contos, crônicas, reportagens, fofocas, jardinagem, educação infantil, saúde, maquilagem, dentre tantos outros assuntos que abordam o rotulado “universo feminino”.

Compreendemos então que, segundo essa concepção, imprensa feminina não seria, portanto, considerada jornalismo e, ainda hoje, com o desenvolvimento da publicidade, esse veículo serviria apenas como espaço para publicação de anúncios. Isto não poderia ser considerado jornalismo feminino, pois, como já foi dito, jornalismo é necessariamente o fato, o debate, a análise, a notícia dita objetiva ou, mais modernamente, a informação; ou seja, os periódicos femininos, tratados como jornalismo de amenidades, quase nunca estão atrás do fato.

Nessa contraposição entre jornalismo em geral e jornalismo feminino, julgamos oportuno registrar algumas considerações que lemos em *Reportagem: a arte da investigação*, de Maria Cecília Guirado:

O fato jornalístico é, geralmente, aquele que irrompe do sistema social, permitindo compreender a estrutura e o funcionamento da rede de relações a que pertence. O repórter é, em nosso entender, o profissional de comunicação que mais exercita a consciência para captar fenômenos. O treinamento para compreender esses fatos e despertar nova atenção sobre eles se dá no exercício cuidadoso da profissão. Sendo assim, não caberia ao jornalista apenas o papel de transmitir informação, mas o de selecionar um “quê” informar e um “como” informar. (1993, p. 77)

Ainda mais, citando Clóvis Rossi, continua a autora:

A profissão de jornalista “é uma fascinante batalha pela conquista das mentes e corações de seus alvos: leitores, telespectadores ou ouvintes”. Com a intenção de atingir os leitores e ainda satisfazer a empresa de comunicação, o repórter é levado a seguir certas regras que acabam por limitar, de algum modo, seu processo de elaboração da reportagem. Em nome dos conceitos de clareza, objetividade, veracidade e atualidade fundam-se os alicerces da prática jornalística. (1993, p. 77)

Desse modo, com base nesses conceitos, pensamos que, se no jornalismo feminino, de alguma forma, a atualidade e o desejo de entender a sua estrutura e relações não é o objetivo primário, a luta pela conquista *das mentes e corações dos leitores*, luta inerente ao processo comunicativo, é uma constante. Assim, ainda que seus conteúdos estejam desvinculados de certa forma

do fato imediato, não estão desvinculados da atualidade, se pensarmos por exemplo num de seus objetivos radicais, que é o de propor modelos:

L'une des fonctions principales de la presse féminine est de proposer des modèles culturels et des modes de vie parce qu'elle incite ses lectrices à choisir des biens de consommations et façonne ainsi leurs besoins.⁹ (Bonvoisin; Maignien, 1996, p. 5)

E mais, consideramos ainda que, embora a imprensa feminina não tenha a preocupação da notícia, não se desliga do mundo e preocupa-se com a análise dos fatos novos, dentro de um sistema estrutural de relações que compõem o universo feminino, na ânsia de compreendê-los e fornecê-los ao público-alvo, numa perspectiva até certo ponto didática, quase sempre num sentido normatizador e indutor dos desejos femininos.

Dentro do universo de interesses que compõem a imprensa feminina, moda, beleza, culinária, decoração, sexo, corpo, dietas, salientamos o primeiro, a moda, para ilustrarmos esse jogo da comunicação. A moda impulsiona a imprensa feminina e, ao mesmo tempo, é por ela impulsionada. Tem a obrigação de ser atual, entretanto, em função das tendências de mercado, sua atualidade é pré-fabricada. Quando a imprensa feminina dá espaço a pessoas ligadas a acontecimentos atuais, geralmente astros de

9 Uma das funções principais da imprensa feminina é de propor modelos culturais e modos de vida, porque ela incita suas leitoras a escolher bens de consumo e formatar assim suas necessidades. (tradução nossa)

TV, utiliza o que Evelyne Sullerot chama de *atualidade romanesca*, que cria um clima de ficção em torno de atos e sentimentos (Sullerot, apud Buitoni, 1990, p.13), por mais reais que pareçam, pois o que movimenta a imprensa feminina é a novidade que, “bem trabalhada, é capaz de legitimar qualquer objeto. Mas atual aqui é apenas sinônimo de novo, mediador de novidade e não de momento situado no tempo” (Buitoni, 1990, p.14).

Outra discussão, ainda hoje, gira em torno do que é jornalismo especializado; como dissemos, as classificações tradicionais costumam opor a imprensa em geral – que visa ao conjunto do público sem grandes distinções de sexo, classe, atividade - à imprensa especializada. E dentro desse campo de discussão também está a imprensa feminina, indagando-se se o jornalismo feminino é considerado especializado ou não.

Roland E. Wolsley (1972), estudioso norte-americano de jornalismo, separa as revistas em dois grupos: *para consumidores ou de interesse geral e especializadas*, caso em que estariam as femininas.

Já Maurice Duverger (1976) subdivide a imprensa especializada em *imprensa de público especializado* e *imprensa de assunto especializado*. Ele afirma que imprensa feminina é assunto especializado, assim como periódicos esportivos, literários, revistas de TV, dentre outros, de modo que o conteúdo seria responsável pela sua classificação. Porém, acreditamos que o conteúdo pode ajudar na sua caracterização de “imprensa feminina”, sem enquadrá-la, no entanto, como imprensa de assunto especializado, argumentação legitimada pelo que nos explica Buitoni:

Imprensa de interesse geral, imprensa de público especializado, imprensa de assunto especializado, nenhuma definição é adequada ao tipo de mídia que ora analisamos. Interesse geral não seria, embora homens também sejam leitores de veículos femininos. Mulheres não constituem um público especializado; além disso, não dá para falar em especialização de assunto, porque a gama possível de matérias é muito grande. (1990, p.15)

Assim, como a autora, sabemos que qualquer tipo de publicação de interesse feminino atrai as mulheres. São interesses conexos que habitualmente envolvem moda, casa, coração. Portanto, algumas classificações seriam corretas, mas não esgotam o assunto.

Finalmente, como última problematização da questão, lembremos a proximidade, e até identificação, do conceito de família com o gênero feminino. Como sabemos, existem inúmeras publicações direcionadas à família que na verdade são lidas predominantemente por mulheres. Então, seriam essas publicações imprensa feminina, diriam uns. Ou revistas direcionadas para a família, diriam outros. Enfim, reafirmamos o que pensamos ser a mediação dessa discussão concernente ao lugar da imprensa feminina: vale muito mais a pena pensar suas funções que tentar classificá-la em algum patamar jornalístico.

Ainda existe uma outra questão sobre o lugar da imprensa feminina, o conceito de segmentação de mercado. Relativamente novo, vem sendo usado empiricamente pelas editoras brasileiras, oriundo de estudos mercadológicos que visam determinar a que fatia de público pertencem e que público pretendem atingir.

Nessa setorização podem entrar desde categorias de sexo, classe social, idade, mulheres solteiras, executivas, etc, numa classificação minuciosa, que revela o requinte da mídia atual. Lembremos que *Fon-fon* já revelava essa preocupação quando afirmava ser *uma revista para lar*. Por outro lado, é importante observar que a segmentação de mercado serve para definir o público desta ou daquela revista, mas não serve para distinguir a imprensa feminina de outras imprensas, pois, se assim fosse, onde se encaixaria a imprensa feminina? Evelyne Sullerot pergunta:

Que é um periódico destinado às mulheres? É aquele que já anuncia isso tudo no título, como *Elle*? E as revistas que se dedicam mais à moda, como *Vogue*? E as que trazem literatura sentimental (*Nous Deux*, *Confidences*)? (Sullerot, apud: Buitoni, 1990, p.16)

Num contraponto a essas perguntas retóricas, Sullerot acaba por classificar como femininos os periódicos que se proclamam destinados à clientela feminina e que foram concebidos objetivando um público feminino.

Assim, imprensa feminina é aquela dirigida e pensada para mulheres, caso em que se enquadra o nosso objeto de análise, *Fon-fon*. Entretanto, o ser escrita para, não implica em ser escrita por mulheres, o que é um fato comum em qualquer corpo editorial das revistas femininas. Isto, para *Fon-fon*, pesa consideravelmente, pois foi pensada e escrita, na quase totalidade, por homens, a fina flor da intelectualidade brasileira do período, oriundos do nacionalismo modernista dos anos 20. De qualquer forma, isto é um reflexo da alienação feminina da época, do seu

afastamento das áreas da cultura e do poder; a mulher era para ser dirigida e não dirigir.

Outra proposta e outro jornalismo é a imprensa feminista, que se distingue por defender uma causa, é um jornalismo engajado, que se dirige a um público em geral.

Até aqui vimos seguindo numa linha de pensamento que buscou definir em que categoria de jornalismo a imprensa feminina se encaixa. A partir deste momento, tentaremos definir o termo *revista*, na acepção da palavra.

Habitualmente, utiliza-se o termo jornal para cadernos sem capa dura, impresso em papel mais barato e revista para formatos mais elaborados, ou seja, capa dura, papel de melhor qualidade. Esse item da apresentação material não é, entretanto, a única diferença entre eles: também o conteúdo é tratado de modo distinto. No passado, a revista se relacionava mais com o conteúdo do que com o formato, pois, na prática, era difícil distingui-la dos jornais pelo aspecto visual: do ponto de vista gráfico, ambos eram muito semelhantes. Considerava-se revista publicações que, mesmo tendo feitiço de jornal, oferecesse maior variedade no seu conteúdo: ficção, poesia; no caso da imprensa feminina, conselhos práticos, modas. Enfim, para as revistas, matérias de entretenimento; para os jornais, textos de opinião, discussão de idéias, polêmicas.

A palavra inglesa *magazine*, em francês *magazine*, é de origem árabe, *al-mahzan*, “armazém”, e em português revista: designava as publicações de conteúdo diversificado. Algumas revistas mantinham a palavra armazém em seu título e realmente traziam mercadorias variadas, como é o caso do *Novellista Brasileiro ou Armazém de Novellas Escolhidas*, de 1851. Todavia, os primei-

ros periódicos, inclusive os femininos, traziam consigo o nome de jornal, embora fossem revistas. É o caso de *Jornal Científico, Econômico e Litterario ou Collecção de Varias Peças, Memorias, Relações, Viagens, Poesias, Anedotas*, que circulou em 1826, assim como o *Jornal das Senhoras*, publicado de 1825 a 1855.

A partir do século XX, com o progresso da indústria gráfica, as revistas começaram a apurar seu aspecto visual. A introdução de gravuras, de ilustrações e, sobretudo, da fotografia, permitiu a associação do lazer e do luxo à idéia de revista. Tudo isso, somado ao desenvolvimento das técnicas de impressão, possibilitou que a imprensa feminina se tornasse uma mídia cada vez mais visual e, também, elegesse a revista como seu veículo por excelência. Revista é ilustração. É cor, jogo, prazer, é linguagem mais pessoal, é variedade: a imprensa feminina usa tudo isso. O desenvolvimento industrial trouxe consigo o aprimoramento da publicidade, ferramenta primordial na vendagem de revistas femininas, já que, ali, os anunciantes de cosméticos, moda, produtos pessoais, para a família e para a casa, encontraram sua fatia de mercado no mundo capitalista, criando, assim, o hábito do consumo traduzido como ideologia.

Esse armazém sortido e agradável, que é a revista, sempre apresenta uma fruição; daí seu caráter de feminização do produto impresso. Acima de tudo, a leitura de uma revista parece mais gostosa que a de um jornal, seja pelo conteúdo ou até pela forma como é lida. Não se lêem revistas somente pela informação; muitas vezes, o ato de folheá-las já é um prazer. (Buitoni, 1990, p.18)

Associando fotografia com texto imagético, a partir do momento em que, nas revistas, as imagens deixam de ser estáticas - gravuras - e ganham movimento – fotografia – tornam-se “jornalísticas”, influenciadas pelo cinema, pelos quadrinhos, pelo progresso técnico. Entretanto, nos magazines femininos do período, como vemos em *Fon-fon*, *A Cigarra*, *Frou-Frou*, *Jornal das Moças*, dentre outros, com fotos de pessoas que possam ser particularizadas, da artista famosa a mãe de família, o recurso da fotografia busca documentar a realidade e o cotidiano. Além disso, as fotos de moda, beleza, decoração, temas relacionados à fantasia, ou ainda, aos mitos hollywoodianos, passam a ser a corporificação de um ideal a ser imitado. Imagem e texto compõem uma atrativa parceria dentro da revista, sobretudo se ela for feminina.

Um outro conceito a ser considerado em relação às revistas femininas, além da noção de jornalismo especializado, é o chamado jornalismo de serviço, expressão corrente significando toda matéria ou informação que atribua algum significado ou preste algum serviço à vida cotidiana. Alguns exemplos de jornalismo de serviço: publicações de horários de espetáculos, roteiros de viagens, dicas de gastronomia, livros, decoração, cinema, culinária, aparelhos eletrônicos, carros, endereços etc. Na maioria das revistas femininas brasileiras, usa-se o termo genérico de serviço para o conjunto de editoriais tradicionais, o tripé moda, beleza e decoração.

Ainda que muito empregada no jargão jornalístico, não é uma expressão muito clara, podendo dar margem a diferentes interpretações, não existindo, ainda, uma discussão teórica a respeito da sua natureza. Segundo Buitoni (1990), os poucos

autores que se referem a jornalismo de serviço, geralmente norte-americanos, relacionam o termo com a utilidade pessoal que tem para o leitor. Aliás, o que não é de se admirar, dado o espírito prático do norte-americano.

O conceito em questão, nasceu nos Estados Unidos, provavelmente relacionado à imprensa feminina. A definição parece estar centrada na utilidade com reflexos no cotidiano do leitor. Acena-se com a possibilidade de realização imediata, poupa-se trabalho, presta-se serviço a mais. Receitas culinárias não são jornalismo de serviço, por exemplo. É próprio da seção de cozinha fornecer receitas e cardápios de um modo didático. Logicamente há serviço genérico às leitoras, mas é parte intrínseca da natureza de tal editoria. (p.20)

Didatismo também é um outro conceito que complica as delimitações. Mostrar o passo-a-passo da feitura de um bolo tem um fundo didático, porém não é serviço. Serviço poupa trabalho ao receptor. Assim, uma matéria que compara vários tipos de geladeira, micro-ondas, ou qualquer eletro-doméstico, existente no mercado, trazendo seu parecer ou de técnicos especializados no assunto, isso sim é jornalismo de serviço, pois possui pesquisa anterior, faz testes que o consumidor comum não poderia fazer, em resumo, poupa tempo, trabalho e ainda oferece uma série de informações a quem vai escolher o produto. O que o distingue de qualquer jornalismo investigativo é o seu objetivo prático, a sua ligação direta com os afazeres do cotidiano das pessoas.

Um outro exemplo de serviço é a seção de respostas às cartas de consultas das leitoras, presente na maioria das revistas femininas. Estas também prestam serviços, pois esclarecem questões que, a princípio, são individuais e, por fim, acabam por dirimir dúvidas coletivas.

De acordo com Buitoni, “jornalismo de serviço não se define pelo assunto, mas pela maneira de veiculá-lo. De qualquer modo, está intimamente ligado à economia de consumo” (1990, p. 21).

A Imprensa Feminina: origem e percurso histórico

Para apreciarmos alguns aspectos da História da Imprensa Feminina, traçando uma trajetória internacional, que constitui a origem e o modelo de nossos periódicos e revistas destinados à mulher, utilizamos a *Revista do Brasil* (2000), André Seguin des Hons (1985) e Dulcília Buitoni (1990).

É na Inglaterra que surge o primeiro periódico feminino, o *Lady's Mercury*, 1693. Algumas características, que vão se perpetuar ao longo dos séculos, já surgem aí, como o “consultório sentimental”, seção que propicia um canal de expressão confessional para as leitoras que vivem numa época de grande opressão. Um outro campo de interesse que orienta essas publicações desde seu surgimento é a literatura; não nos esqueçamos de que a mulher é a grande leitora de poesia e dos romances românticos.

Em 1770, publica-se na Itália *Toilette*, seguida por outras que enfatizavam a vida familiar, a mulher como *materfamilias*. Na França, o primeiro periódico de que se tem notícia é o *Courrier de la Nouveauté*, de 1758, seguido logo, em 1759, pelo *Jour-*

nal des Dames et des Modes. Será nesse país que as publicações femininas crescerão com intensidade, e, como não poderia deixar de ser, também aí será que aparecerão as seções de moda, ilustradas por gravuras. Na realidade, serão as publicações francesas, com uma visão moderna, que servirão de modelo para a iniciativa brasileira.

Em 1774, aparece na Alemanha a primeira publicação, *Akademie der Grazien*. As revistas alemãs, acrescentam uma outra seção, que vem dos almanaques, e que até hoje constitui um sucesso absoluto, presente em praticamente todas as revistas do gênero: o horóscopo.

Já a tendência para a moda vai se afirmar na publicação austríaca *Die Elegante*, que circula em Viena, de 1842 a 1871.

Se compararmos com a produção européia, o primeiro jornal feminino norte-americano surge bem mais tarde, em 1828, o *Ladies Magazine*. Por outro lado, será o título dessa publicação, que se perpetuará como nome das publicações tipo revista: magazine. Além disso, será o tino comercial norte-americano e o seu característico pragmatismo, que transformarão a imprensa feminina, que até meados do século XIX era um produto de elite, num produto popular, disponível para as classes sociais menos privilegiadas.

As publicações tornam-se mais acessíveis, agora não mais vendidas apenas por assinatura, mas disponíveis para a venda nas livrarias e outros pontos comerciais. Note-se que já em 1830, o semanário *Lady's Home Journal* vendia 700 mil exemplares.

A imprensa feminista propriamente dita, de orientação política, batalhando em defesa dos direitos femininos, surge na Alemanha, na Itália, e, principalmente, na França, como decorrên-

cia natural dos princípios libertários da Revolução de 1789. São bem ilustrativos do espírito feminista os títulos de algumas publicações: *La Voix des Femmes* (1848) e *La Politique des Femmes* (1848), depois transformado em *L'Opinion des Femmes*, cujos princípios defendidos eram os mesmos da Revolução: liberdade, igualdade, fraternidade.

Aqui no Brasil, a permissão para o funcionamento da imprensa chega apenas no século XIX e já em 1827 aparece o primeiro periódico feminino, o carioca *O Espelho Diamantino*, enfocando política, literatura, arte e moda, como já demonstra o subtítulo – *Periódico de Política, Literattura, Bellas Artes, Theatro e Modas Dedicado as Senhoras Brasileiras*, cujo primeiro número criticava no seu editorial:

pretender manter as mulheres em um estado de estupidez [...] pouco acima dos animais domésticos [...] seria uma empresa tão injusta como prejudicial ao bem da humanidade. (*A Revista no Brasil*, p.157)

Esse início auspicioso vem culminar neste dado atual: as revistas femininas constituem o setor mais importante do mercado editorial brasileiro, ampliando o seu leque de interesses com um grande número de assuntos antes considerados apenas da alçada masculina, como a economia, por exemplo.

Àquelas primeiras publicações seguiram-se *Jornal de Variedades* (1835), *Relatos de Novellas* (1838) e *Espelho das Bellas* (1841), todas publicadas em Recife, Pernambuco.

A preocupação com a moda reponta em *Correio das Modas*, de 1839, com figurinos pintados à mão, e em *A Marmota*, de

1849, onde os modelos apareciam nas primeiras litografias impressas no Brasil, ambas as publicações do Rio de Janeiro.

Com artigos de uma certa ideologia feminista, surge, em 1852, o *Jornal das Senhoras*, cujo objetivo exarado em seu editorial era “cooperar com todas as forças para o melhoramento social e para a emancipação moral da mulher” (*A Revista do Brasil*, p.158).

Outras publicações que refletiram a ideologia feminista são fruto do esforço da luta de mulheres de visão, cuja iniciativa e capacidade de ação contrariavam o patriarcalismo que dominava a sociedade brasileira da época.

A professora mineira Francisca Senhorinha da Motta Diniz publica, em Campanha, Minas Gerais, *O Sexo Feminino*, em 1873. Lutava pela emancipação da mulher por meio da educação dizendo:

Em vez de pais de família mandarem ensinar suas filhas a coser, engomar, lavar, cozinhar, varrer a casa etc, etc., mandem-lhes ensinar a ler, a escrever, contar, gramática da língua nacional perfeitamente, e depois, economia e medicina doméstica, a puericultura. (Buitoni, 1990, p. 52)

Idéias revolucionárias para a época, trouxeram em sua esteira outros títulos, como *A Família*, editada em 1888, em São Paulo, por Josephina de Azevedo, irmã do poeta Álvares de Azevedo, incentivadora da participação política da mulher, ela mesma militante abolicionista e republicana. Com idéias contestadoras, defendia na sociedade tacanha da época a instituição

do divórcio, ampliando a sua área de atuação com palestras por todo o Brasil.

O progresso da Colônia, a presença da corte no Rio, intensifica a vida social dos centros maiores, de modo que as mulheres sentem necessidade de se vestir para festas, seguindo a influência francesa, o que traz mais e mais páginas de moda para as revistas femininas. Sobretudo no eixo Rio/São Paulo, as revistas também se multiplicam com nomes como: *A Camélia*, *A Violeta*, *O Lírio*, *A Crisálida*, *A Borboleta*, *O Beija-flor*, *A Esmeralda*, *A Grinalda*, *O Leque*, *O Espelho*, *Primavera*. A moda marcou o perfil editorial da maior revista feminina da época, *A Estação*, de 1880. Esta substitui a francesa *La Saison*, que, vendida aqui no mesmo período, ditava as regras do bem-vestir.

Entretanto, uma outra vertente marcava também essas revistas, a literatura. *A Estação*, por exemplo, publica em forma de folhetim o romance de Machado de Assis, *Quincas Borba*, de 1886 a 1891.

A revista mensal paulista, *A Mensageira*, (1897-1900) tem como foco principal a literatura.

Isso nos leva a um outro tipo de publicação que tinha como público-alvo preferencial as mulheres: os folhetins, cujo momento culminante foi em meados do século XIX. De seção variada de um jornal, o termo passa a designar o próprio romance que nesse espaço passa a ser publicado. Começa aqui, em 1838, com a publicação de *O Capitão Paulo*, traduzido do francês, no *Jornal do Comércio*.

José de Alencar é outro grande escritor brasileiro que usa do expediente da publicação seriada para seu romance *Cinco Minutos*: redator-chefe do Correio Mercantil, aí publica o texto,

durante o mês de dezembro de 1846. Já no ano seguinte, em janeiro, começa a publicar *O Guarani*, com grande sucesso.

A chegada do século XX marca uma mudança radical das revistas: a fotografia passa a ser utilizada pela imprensa brasileira, o que proporciona publicações repletas de ilustrações. Por outro lado, as publicações popularizam-se, por uma série de fatores, como o crescimento da pequena burguesia, a elevação do nível cultural da sociedade, o progresso e melhoria da vida urbana. Surgem títulos como *A Revista da Semana* (1901), *Kosmos* (1904), ambas no Rio de Janeiro, com excelente produção gráfica, e *Fon-Fon*, em 1907, que estudaremos no próximo capítulo.

A primeira grande revista para o público feminino, a surgir, será *Revista Feminina*, em 1914, criada por uma mulher, Virgínia de Souza Salles, de tradicional família paulista. Trazia um variado leque de opções:

Seções de culinária (sob o título “O Menu do Meu Marido”), moda saúde, beleza, ... crônicas e poemas de autores como Júlia Lopes de Almeida, Olavo Bilac e Coelho Neto. As leitoras trocavam entre si informações sobre saúde e crises sentimentais. Consulta típica: “Meu noivo é um rapaz honesto, porém não o amo; caso ou não caso?”. (*A Revista no Brasil*, p.162)

A Revista Feminina inovou, principalmente pelo seu esquema comercial, o que permitiu sua circulação por 22 anos.

A revista era propriedade da Empresa Feminina Brasileira, que fabricava e comercializava produtos destinados à mu-

lheres, desde cremes de beleza a livros de culinária, romances, etc. (Buitoni, 1990, p.44)

Entretanto, a revista caracterizava-se pelo conservadorismo, condenando a agressividade das *suffragettes* inglesas, e evitando temas polêmicos; além disso, adotava uma ótica masculina na visão do mundo feminino, trazendo muitos textos escritos por homens com pseudônimos femininos. Esse conservadorismo caracteriza outras publicações da época, como *A Cigarra*, que publicou o parecer do médico Fernando de Magalhães, segundo o qual “a natureza é contrária à emancipação ativa da mulher na vida pública, porque a destina para ser esposa e mãe”. (*A Revista no Brasil*, p.164), ou *Jornal das Moças*, título mais vendido em 1940, que julgava a mulher apta somente para ser professora, enfermeira ou funcionária pública.

Uma revista lançada no Rio de Janeiro, em 1921, *Scena Muda*, atrai os leitores com o enfoque da cultura cinematográfica e o resumo de filmes, inaugurando uma tendência que vai se tornar cada vez mais forte e mais presente nas publicações femininas. E quando falamos em cinema, falamos em cinema norte-americano, muita influência cultural do período.

Surge então uma novidade européia que terá muita importância na imprensa feminina, a fotonovela. Esse produto acentua uma tendência de sentimentalizar as publicações femininas, enfatizando a temática do amor e da paixão e estruturando-se em enredos de conflitos amorosos. Assim, lemos em Buitoni:

Primeiro, as revistas apresentavam histórias românticas em quadrinhos desenhados; depois vieram as fotos. A idéia sur-

giu na Itália, sendo logo adotada na França. No Brasil, a revista Grande Hotel, da Editora Vecchi, lançada em 1947 com o mesmo nome de uma similar italiana, também publicou primeiramente histórias de amor em quadrinhos desenhados; fotonovela só em 1951. (p.48)

Um grande lançamento foi *Capricho*, da Editora Abril, em 1952, em São Paulo, que se destacou ao publicar a fotonovela completa, em vez de em capítulos. No Rio, a Editora Bloch lança *Sétimo Céu*, em 1958, cuja novidade eram as fotonovelas nacionais.

A Editora Abril lança, em 1959, a primeira publicação de prestação de serviços, *Manequim*, uma revista de moldes, que continua até hoje. Nessa mesma linha surgem, no final dos anos 1980, *Criativa* e *Máxima*. *Cláudia* surge em 1961, uma criação dessa mesma editora, dirigida a um público específico, a mulher de classe média urbana. A publicação retoma os assuntos tradicionais destinados ao público feminino: moda, cozinha, casa, psicologia, literatura, com estilo mais moderno. Impressionava pela abundante publicidade e pela luxuosa apresentação. A revista toma uma outra dimensão a partir de 1963, com a inclusão de numa nova colaboradora, a psicóloga e jornalista gaúcha Carmem da Silva. Com uma visão feminista, discute ela a questão da alienação feminina, abordando abertamente temas como a insatisfação sexual da mulher, a dependência econômica, a frustração afetiva, a subordinação ao marido. Seus posicionamentos obtêm uma forte aceitação por parte dos leitores e contribuem para o sucesso da revista. Porém, tanto *Cláudia* como outras semelhantes que se seguem, como *Desfile*, da Editora Bloch, mais

tarde *Elle*, também da Abril, e *Marie Claire*, da Editora Globo, constituem, pelo público a que se destinam e pela amplitude de sua área de difusão, os principais veículos publicitários da imprensa escrita. São verdadeiros catálogos publicitários e suas leitoras, consumidoras em potencial. Por esse motivo, provavelmente, as revistas oscilam entre uma visão liberadora da mulher e um grande conservadorismo na estrutura das seções e no tradicionalismo dos assuntos tratados.

A revista *Nova* (1973), da Editora Abril, cópia brasileira da americana *Cosmopolitan*, enfatiza a temática do sexo e da sexualidade, redigida num estilo mais agressivo: uma de suas fórmulas é tratar os temas baseando-se em casos e experiências concretos, reais ou inventados, propondo uma imagem de mulher realizada profissionalmente, mas que conserva suas atividades femininas tradicionais (cuidado dos filhos, cuidado da casa, beleza).

Essa preocupação com o sexo reponta também em *Carícia*, de janeiro de 1975, Editora Abril, destinada a um público mais jovem e mais popular.

Dirigida à classe média alta, de grande poder aquisitivo, a revista *Vogue* traz publicidade de grandes marcas e trata de temas que interessam à mulher de sociedade, evitando as seções que contemplem os problemas comuns de uma mãe e dona-de-casa.

Na contramão dessas publicações que obedecem ao espírito consumista da sociedade atual, estão os jornais feministas, que lutam pela sobrevivência. Como estes, temos *Mulherio* (1981), inicialmente da Fundação Carlos Chagas; *Maria, Maria*, jornal do grupo *Brasil Mulher* de Salvador (1984) e *Maria*, do Movimento 8 de Março, de Curitiba.

Independente de seu conteúdo, alienantes ou engajadas, as revistas e publicações femininas constituem um setor poderoso da imprensa escrita: poderoso, no sentido econômico, como um setor em franco desenvolvimento; poderoso também como influência ideológica, formador de opiniões e comportamentos femininos, ao mesmo tempo que criador de mitos.

Fon-fon: uma revista para o lar

Inserida no contexto histórico que interessa à nossa análise, o Estado Novo-1937/1945, voltamos agora o foco para o seu conteúdo específico e para o aspecto formal que caracteriza itens que darão corpo e voz à *Revista Fon-fon – uma revista para o lar*, bem como para seu percurso durante as décadas de 30 e 40. Finalmente, tentaremos apontar os reflexos ideológicos do período estadonovista nas matérias publicadas pela revista.

Para efeito de comparação, dentre os vários magazines pesquisados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, no momento da coleta dos dados, pode-se verificar que as revistas brasileiras foram muito mais sensíveis às transformações ocorridas na História da Imprensa brasileira do século XX que os jornais diários. Transformações que entendemos serem naturais, espontâneas, já que o país passava por mudanças significantes em seus quadros econômicos, políticos e sociais, evidentemente narradas na imprensa periódica, diária, semanal ou mensal e que, pouco a pouco, iriam refletir os modos de pensar e de sentir da sociedade, vista pela história como uma das maiores fontes de sustentação do regime Vargas.

A partir do início do século XX, os cotidianos de São Paulo e Rio de Janeiro encaminham-se, lenta e progressivamente, para

o que são hoje, focando sua atenção no estilo, objetivos e posições conservadoras, somadas à hegemonia dos grandes jornais sobre o mercado. Parte dos jornais da década de 30 circula ainda hoje. Alguns seculares, como o “Estadão”, por exemplo, significando que o peso das tradições antigas imprimiram uma marca que até hoje persiste na História da Imprensa no Brasil.

Com as revistas a história é outra. As constantes transformações da cena histórica eram facilmente observáveis nos periódicos. Isso quer dizer que à medida que o país se modificava, novas revistas surgiam também modificadas, decorrentes do galopante desenvolvimento industrial que o país experimentou, nos primeiros 30 anos do século passado. Seguin des Hons situa tais modificações, que se estendem por todo o século XX, em três períodos:

On pourrait distinguer trois périodes, si l'on emploie le mot période en se situant au-delà de la simple chronologie. Ce sont en fait trois système de presse-magazine, trois structures distinctes de revues qui on existé. Toutefois chaque système n'a pas supprimé le précédent. On rencontre encore aujourd'hui des revues qui appartiennent à un système passé, des éléments «anciens» qui subsistent au sein du «moderne». (1985, p.26) ¹⁰

10 Poder-se-ia distinguir três períodos, se usa a palavra período situando-se além da simples cronologia. São na verdade três sistemas de imprensa-magazine, três estruturas distintas de revistas que existiram. Entretanto, cada sistema não suprimiu o precedente. Encontram-se ainda hoje revistas que pertencem a um sistema passado, elementos «antigos» que subsistem no seio do «moderno». (tradução nossa)

Esses períodos identificam três gerações de revistas.

A primeira, que corresponderia ao período do entreguerras, se caracterizou pela identificação com os modelos políticos da época, citados no primeiro capítulo, e com as tradicionais revistas de generalidades e entretenimento existentes, entre as quais se situam *Fon-fon* (1907/1958), *O Malho* (1902/1954), *Jornal das Moças* (1914/1961), *A Cigarra* (1914/1956) e muitas outras; todas identificadas com o elitismo literário, comum a esses dois tipos de revistas e herança do século XIX. É o que se observa em *Evanidade...*, seção de *Fon-fon* que trazia, como título, *A Neve da Saudade – Dans le Jardin de Ma Jeunesse il Neigera Toutes les Nuits...*

Nevará, sim... Uma neve que é um sudário branco e subtil, a cair dentro da minha mocidade. Há de cair, sempre e sempre, porque ella é a neve da saudade de uns “olhos cor de bronze”... Quando as noites são assim, povoadas de mysterios – a lua transparente e redonda, as estrelas de alabastro, piscando no alto, as sombras fugitivas e diaphanas – é ella, a creatura de sorriso triste e dolorido, que me enche a imaginação atormentada... Nasce, então, na minha alma, esta immensa saudade branca e fria, que é toda neve como as suas mãos feitas de sêda e perfume [...]. De todo o nosso bello sonho, é só o que nos fica de positivo e real: esta saudade, que é uma neve tranquilla, a cair, sempre e sempre, *Dans le jardin de ma jeunesse*[...]. (*Fon-fon*, 27/08/1924)

A segunda geração de revistas brasileiras surge entre 1945 e o fim dos anos 60. Essa geração seria constituída por um sistema bem definido e amparado pela trilogia foto-magazine de atualidades – *Manchete*, *Cruzeiro* -, revista de cultura – *Seleções do Reader's Digest*, *Coletanea*, - e *presse du coeur* – *Grande Hotel*, *Jornal das Moças*. A modernidade gráfica, anunciada no pós-guerra, aparece neste *Teste de Bom Senso*:

Suponhamos que você venha a saber que seu marido a engana, mas tudo não passa de uma aventura banal, como há tantas na vida dos homens. Que faria você?

1. Uma violenta cena de ciúmes?
2. Fingiria ignorar tudo e esmerar-se-ia no cuidado pessoal para atraí-lo?
3. Deixaria a casa imediatamente?

Resposta

– A primeira resposta revela um temperamento incontrolado e com isso se arrisca a perder o marido, que, após uma dessas pequenas infidelidades, volta mais carinhoso e com um certo remorso.

– A segunda resposta é a mais acertada. Com isso atrairia novamente seu marido e tudo se solucionaria inteligentemente.

– A terceira é a mais insensata. Qual mulher inteligente que deixa o marido só porque sabe de uma infidelidade? O temperamento poligâmico do homem é uma verdade;

portanto, é inútil combatê-lo. Trata-se de um fato biológico que para ele não tem importância. (*Jornal das Moças*, 17/04/1952)

Finalmente, a terceira geração aparece no final dos anos 60 e constitui, como a segunda, uma trilogia que reúne “news magazine” – *Realidade*, *Veja* – imprensa feminina – *Cláudia*, *Nova* – e imprensa masculina – *Status*, *Play Boy*. Para exemplificar, escolheu-se um extrato de matéria não assinada de *Realidade*, cujo título era: *O tropicalismo é nosso, viu?*

Três anos atrás, quando Roberto Carlos fez o Brasil desejar que tudo mais fosse para o inferno, ninguém o levou muito a sério. Mas era evidente que um ciclo cultural se estava fechando.[...] As exposições Opinião, no rio, e Propostas 66, em São Paulo, vieram simplesmente confirmar a impressão deixada pela Bienal de 1965[...] Isto foi válido até que, em 1967, o Teatro Oficina levou à cena *O rei da vela*, de Oswald de Andrade[...] Terra em Transe, embora feito em 1966, ainda hoje divide a crítica e o público. [...] Quando do lançamento do disco *Tropicália*, em agosto de 1968[...]. (*Realidade*, dezembro, 1968, p.174).

De acordo com as concepções acima, observamos que as três gerações de imprensa magazine assemelham-se e correspondem às configurações ideológicas distintas que compuseram o Brasil, durante o século XX. Desse modo, podemos afirmar que revistas são, normalmente, o reflexo ideológico de sua época. Para melhor compreender essa afirmação, basta folhear uma revista

de época. Logo se percebe sua dimensão obsoleta, ultrapassada, nostálgica, muito mais evidente que em jornais diários, onde, contrariamente às revistas, trabalham com o fato imediato em detrimento da reportagem.

Efetivamente, a estrutura de mercado da imprensa magazine, no Brasil, somada à rapidez das constantes transformações econômicas que se operam no país, proporciona uma permanente renovação desse segmento. Parece ser muito mais fácil criar um novo título, lançar uma nova revista, que recompor ou remodelar uma antiga. Capa, paginação, aspecto visual e gráfico, critérios de escolha dos temas, publicidade, conferem um conjunto de características que se articulam em volta de uma “entidade” maior intitulada Cultura Brasileira.

Fon-fon, magazine semanal de vida longa dentro do contexto da História da Imprensa Feminina brasileira, nasce no Rio de Janeiro, em abril de 1907, especificamente na Rua da Assembleia, 62, hoje Rua República do Peru, 63. Nessa rua, Mário Pederneiras, Gonzaga Duque e Lima Campos fundaram a revista, cujo título proclama, como marca de progresso, um ruído novo para a cidade, o das buzinas dos automóveis da capital que se industrializava vertiginosamente.

A sucursal de São Paulo ficava a cargo de Wether Ferinello e localizava-se na rua São Bento, 220. Em Paris, o responsável pela sua distribuição era o Comptoir International de Publicité. Sob a responsabilidade de Garçon & C. Lavindrey, esse balcão de distribuição se localizava na 9, Rue Tronchet. Em Londres, sua distribuição era em Ludgale Hill. Esse intercâmbio nacional e internacional justifica-se devido ao fato de grande parte da “inte-

ligência” brasileira dessa época estar fixada na região Sudeste do país e no eixo cultural Londres-Paris.

Periódico semanal, comercializado a 1000 Réis, no Brasil, *Fon-fon*, desde o início até seu fim, em agosto de 1958, era considerado uma espécie de usufruto da imprensa brasileira, já que, passando de grupo a grupo, jamais interrompendo sua periodicidade, “ele se vem transmitindo, regularmente, de geração à geração, - e sempre conduzindo com o mesmo devotamento sincero e o mesmo enternecido desvêlo”. Era o que afirmava, nesse número da revista, o intelectual Bastos Portela, em uma de suas crônicas de 1942, intitulada “Mario Poppe”, em que este rendia uma homenagem póstuma ao amigo que viera a falecer.

Depois da geração Pederneiras, o semanário passou à direção de *um outro grupo brilhante*, ou seja, *a constelação literária* composta por Olegário Mariano, Felipe Oliveira, Álvaro Moreyra, Eduardo Guimaraens, Hermes Fontes e Ronald de Carvalho. Nesse momento, década de 10, já se pode observar a presença do espírito modernista não apenas em *Fon-fon*, mas, também, em revistas do período, como *O Malho* (1908), *Careta* (1908), *Jornal das Moças* (1914), *A Cigarra* (1916), dentre muitas outras.

Assumidamente modernista em 1922, *Fon-fon*, foi entregue ao “espírito dinâmico, progressista e ativo”, de Sérgio Silva, que seguiu com ela, como proprietário e diretor, até seu encerramento. Do grupo de Sérgio Silva, faziam parte Gustavo Barroso, cuja função era a de diretor-literário, Martins Capistrano, redator-secretário, o poeta Hermes Fontes, Elcías Lopes, Mario Poppe e Bastos Portela, notando-se que muitos destes, escrevendo por meio de pseudônimos, permitiam, desse modo, dobrar o número de seções da revista e, portanto, reforçar seu caráter nacionalista,

legitimado na década seguinte. É o caso de Gustavo Barroso, o João do Norte de *Páginas da História*, ou Bastos Portela, o Yves de *Deixe-me Ler Sua Mão*. Com essa equipe, *Fon-fon* definiu a linha ideológica que a compôs durante toda a Era Vargas, sendo que a maior parte desses intelectuais, alguns deles oriundos do Modernismo, nela permaneceram até sua última edição.

Sobre a exaltação da cultura nacional, lembrando os ritos indígenas, vejamos o conteúdo do discurso de João do Norte em *Mysterios Antigos*:

Todos os historiadores antigos e todos os historiadores da antiguidade constantemente se referem aos mysterios das velhas religiões, nos quaes os philosophos, os soberanos, os homens de certa categoria eram iniciados e sobre os quaes guardavam o maior segredo.

Vejamos rapidamente que mysterios eram esses.

Em primeiro lugar, os mysterios egypcios, cujas cerimonias rituaes procediam principalmente do famoso “Livro dos Mortos”, que se dizia ter sido escripto por Tot, o escriba dos deuses...

Em segundo lugar, os mysterios gregos, que se realizavam em Eleusis, em que se reproduzia a aventura de Demeter Koré ou Ceres indo aos infernos em busca de sua filha Persefona ou Proserpina...

Havia ainda na Grecia os mysterios de Dionysio ou BÁCCHO, cujo ceremonial, mais grosseiro, comportava verdadeiras orgias: os dos Cabiras, também orgíacos, com a adoração do symbolo da fecundidade...

Em terceiro lugar, os mysterios persas da religião solar de Mithra, que mergulhava no dualismo oriental de Zoroastro...

Os mysterios de Mithra foram os ultimos mysterios do paganismo moribundo...

Entre os indios tupys, no Brasil, tambem havia mysterios iniciaticos celebrados no culto até hoje ainda nada estudado do Gurupari, sendo digno de nota o facto das mulheres não poderem conhecel-os, o que tambem se dava nos da Persia, da Grecia e do Egypto. (*Fon - Fon*, 30/10/1937, p.26).

Para ilustrar a coluna *Deixe-me Ler Suas Mãos*, de Yves, vejamos uma de suas respostas a uma leitora:

NIHIL (Casada) – Infelizmente as suas provas não offerecem margem a estudo: estão imperfeitas. Mas, vale a pena insistir no decalque, ou então será melhor mandar ler sua mão.

Essa sua capacidade de acção e esse espirito resolutivo, franco, agitado, - prompto para a luta, - têm uma significação preciosa para V.Ex., que é physicamente frágil.

De resto, bem sabe que é teimosa e decidida. Tudo isso diz cousas preciosas que estão ligadas ao futuro.

O resto [...]. (*Fon - fon*, 29/06/1940, p. 3)

Fon-fon intitulava-se como uma revista literária e ilustrada. Possuidora de uma característica acentuadamente elitista, comum aos grandes magazines de informação da época, essa característica reside em sua natureza seletiva e temática, pois,

mesmo sendo endereçada a um público variável e exclusivamente feminino, ou seja, burguesia e classe média, ela ainda estava impregnada pelo elitismo cultural que marca a imprensa do século XIX. Na compreensão de SODRÉ, o noticiário, nessa época, *era redigido de forma difícil, empolada. O jornalismo feito ainda por literatos é confundido com literatura, e no pior sentido* (1999, p.283). Observa-se em seu conteúdo o uso excessivo de uma linguagem “pesquisada”, “cientificista”. Porém, a abusiva preocupação com as *belles-lettres*, o conformismo moralizador, o interesse pelos acontecimentos mundanos, garantem seu estilo e o de muitas outras revistas do período denominado entreguerras. Transformadas em tendência, revistas como a *Fon-fon* passam a ditar um novo modelo de comportamento. Lazer, recreação, entretenimento, moda, humor, ênfase na família, *presse du coeur*, estão, agora, profundamente ligados ao cotidiano de uma sociedade burguesa, segura de seus valores ainda recentes, e consequência da revolução industrial em curso no país.

Jornalismo de variedades, como se pode ver em seus sumários não assíduos, *Fon-fon* ora presta serviço, em seções como: *Culinária de Bom Gosto*, *Conselhos às Mães*, *Página do Lar*; ora é literária, como também se pode observar em seções como: *Chronica Semanal*, *Contos Ilustrados*, *Escretores e Livros*; ora é opinativa, quando, por meio de fotos, publicidade e super-adjetivação, emite *a sua* opinião, que é a mesma do Estado, sobre acontecimentos, quaisquer que sejam. Isso faz desse periódico uma publicação tendenciosa, que dirige a opinião do leitor por meio de um discurso persuasivo e inflamado, característica diversa do jornalismo atual, de influência americana, com *lead* e linguagem objetiva.

O jornalismo, em qualquer das suas manifestações, busca satisfazer a três necessidades do espírito humano, integrado na vida social, a saber: 1. informar-se do novo, do imprevisto, do original e através dele ou por causa dele, recordar-se do passado, do já sabido, do quase perdido nos arcanos da memória; 2. receber uma mensagem de advertência ou orientação, isto é alertar-se para o futuro, para a ação; 3. entreter-se, descansar das preocupações, no humour, na ficção, na poesia, nas belas letras, na arte. Daí a extensão do campo jornalístico a todos os quadrantes da atividade humana, a todos os seres, às coisas e à natureza, a todos os domínios da inteligência e da sensibilidade. Os fatos em que se baseia a obra jornalística, aqueles que, por suas características ou pelo seu conteúdo, despertam o interesse humano ou atenção das massas, não são exclusividade de um determinado setor, de uma única pessoa, de um agrupamento, de uma classe ou de um país; para transformar estes fatos em notícias, em mensagens ou em entretenimento, há que o jornalista obtê-los onde quer que se registrem, porque o jornalismo deve ser a mais completa síntese de tudo quanto interessa e reclama o organismo social. (Beltrão, 1992, p. 74)

No que diz respeito a *Fon-fon*, imprensa e Estado, juntos, compreenderam as funções do jornalismo, seja ele diário, seja periódico, apropriaram-se de sua definição, devolvendo, à sociedade, a informação que satisfizesse os seus interesses políticos ou particulares, ao contrário do que afirma Beltrão, de que a imprensa deve refletir o interesse público. Assim, a *Fon-fon* cola-

bora em um trabalho conjunto que objetiva construir a mentalidade da sociedade brasileira dos anos 30 e 40, mentalidade esta que relegou à mulher o papel de coadjuvante na cena histórica do período em discussão.

Pode-se ver, constantemente, em suas matérias, um leve esnobismo em relação aos ambientes populares ou provincianos e às camadas populares; a pauta da revista, que se transformava em preocupação social, passava a ser os “bons modos”, a etiqueta, a *politesse* francesa, referências às discussões mundanas da época, como os últimos acontecimentos de Hollywood, as intrigas tramadas nas esferas políticas, enfim, o magazine veiculava tudo o que era preciso saber para poder fazer parte da “boa sociedade”. Muito parecido com o que vemos hoje, em revistas como *Caras*, *Cláudia* e *Vogue*.

Porém, não se pode esquecer que a sociedade que se construía, no Brasil da Era Vargas, era embalada pelo paternalismo, pelo machismo, calcada no autoritarismo e em muitos outros “ismos”, que ditavam valores ideológicos, reforçados em magazines como a *Fon-fon*, endossando, assim, o projeto totalizante, dominador e aglutinador das massas, que fez parte da nossa história até bem recentemente. Em consonância com Beltrão:

Ora, se o jornalismo abrange o que ocorreu e o que poderá ocorrer, o que se pensou e o que se poderá pensar, nem sempre constitui um relato puro e simples, mas se reveste, igualmente, do aspecto de uma exposição interpretada. A mera informação, sem juízo que a valorize, e a interprete, faria do jornalismo uma algaravia sem ordem nem conserto e deixaria ao leitor a pesada carga de buscar os “porquês”

e os “para quês” do que acontece. Quantos leitores estão capacitados para este trabalho valorizador? (1992, p.79)

Nesse período, *Fon-fon* se transformou em uma cartilha político-educacional obrigatória, que deveria ser seguida incondicionalmente, oferecendo ao público feminino uma cultura de entretenimento, portanto, alienante, pouco questionadora, por meio de publicações como: receitas culinárias, bordados, propaganda, conselhos sobre qual a melhor postura feminina diante do homem (que conviesse a ele, logicamente), além de folhetins, americanos ou ingleses, focando suas lentes, sobremaneira, nas imagens. Moda, moldes e fotografia mencionavam, explicitamente, todas as regras do saber-viver, do bom gosto, enfim, regras estas que todas as jovens de boa família deveriam conhecer, para realizar um bom casamento e ter um bom comportamento social.

De acordo com o que se afirmou acima, pode-se observar que, à medida que o progresso industrial avançava, trazia para a sociedade hábitos modernos a serem seguidos e que podiam, facilmente, ser “ensinados” pela imprensa. O advento do capitalismo, no Brasil, possibilitou, sem dúvida, o surgimento da imprensa-empresa em substituição da imprensa artesanal, que se fazia no país até os primeiros trinta anos do século passado. Porém, ser moderno na forma não significava ser moderno no conteúdo.

É o que se vê em *Fon-fon*. Mesmo utilizando recursos como a fotografia, a informação por meio da imagem no lugar da ilustração, que a caracterizou nas décadas de 10 e 20; mesmo com os avanços em seu projeto gráfico, o uso generalizado das cores, a partir desta década de 30, que lhe possibilitou uma maior

visibilidade e aumento de tiragem e público, *Fon-fon* continuava e continuou, até seus últimos dias, sendo um magazine de ecletismo cultural; embora todos esses avanços técnicos, seu conteúdo era ainda tradicional, aristocrático, dando pouco espaço à atualidade e ao acontecimento, fossem eles nacionais ou internacionais. Reflexo da vida literária, cultural e intelectual do país, com contos, reportagens, folhetins, notícias da semana ligadas à elite, a preocupação desse periódico era oferecer ao leitor o que estava na “moda” e ao gosto do dia. É aqui o lugar onde podem ser observadas as aspirações dessa nova classe social, de origem industrial, que se instalava no Brasil desse período. Aburguesamento traduzido como inveja do que vem de “fora”, inveja social, inveja intelectual, inveja típica de sociedades possuidoras de um capitalismo periférico ou terceiro-mundista. Essa cultura estrangeira, muito mais desejada que contestada, confere à sociedade brasileira da época um caráter acrítico, oficialista e institucionalizado, impresso na História por meio dos veículos de comunicação disponíveis a se prestarem a esse papel. Seguin des Hons sustenta o que se afirmou:

L’instauration de la dictature de l’Estado Novo em 1937, et
lê controle systématique établi à l’égard de la presse, accen-
tua ce caractere officialiste des revues. Certaines disparurent
à la fin des annés 50, em raison de leur déphasage progressif
avec lês nouvelles réalités sociales et idéologique... D’autres
grandes revues... passèrent progressivement à um rang se-
condaire (1985, p.28)¹¹

11 A instauração da ditadura do Estado Novo, em 1937, e o controle sistemático estabelecido em relação à imprensa, acentua o caráter oficialista das revistas. Algumas

A citação acima é suficientemente clara e nos permite entender o que aconteceu com o Brasil após o golpe do Estado Novo. Utilizando-se de todos os meios de comunicação disponíveis à época, e tendo-os como principais aliados, o governo colocou em campo um projeto político sustentado por uma intensa propaganda ideológica, exacerbadamente nacionalista e alienante, que o mergulhou num processo de aculturação, talvez o mais longo e violento que o país já conheceu, pois essa realidade começará a mudar somente no final do segundo período da Era Vargas, quando Getúlio, numa demonstração de força junto aos seus opositores da UDN, vendo que não podia mais sustentar seu projeto nacional desenvolvimentista, tampouco conter os avanços econômico-liberais em marcha e os movimentos sociais, num ato de reconhecimento de sua derrota, suicida-se com um tiro no coração, em agosto de 1954. Coincidentemente, não muito mais tarde, *Fon-fon*, deixa uma legião de órfãs e viúvas, quando interrompe sua circulação, em 1958.

O percurso da *Fon-fon* nos anos 30 e 40

Se considerarmos as transformações sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 30, como decorrência do processo de industrialização que transformava o país, mais perto chegaremos de compreender as modificações culturais vividas pela sociedade desse período. Passando por esse processo iniciado na década anterior, o Brasil, todavia, desde o século XIX, vivia momentos de integração

desaparecem no fim dos anos 50, em razão de sua defasagem progressiva com as novas realidades sociais e ideológicas... Outras grandes revistas... passaram progressivamente a um ranque secundário. (tradução nossa)

às transformações do mundo ocidental. Profundamente influenciado pela cultura européia, para o universo intelectual brasileiro, “fazer-se francês” significava aceitar as idéias da Revolução Francesa, aceitar os ideais burgueses que esta proclamava.

Assim sendo, pode-se justificar o excesso de “francesismo”, ou seja, excesso de expressões francesas predominantes na revista. O próprio nome, *Fon-fon*, além de fazer referência ao desenvolvimento urbano, às ruas cheias de carros que “klaxonavam” por todos os lados, anunciando o desenvolvimento industrial, também fazia alusão ao universo feminino; afinal *Fon-Fon: a revista feita para o lar*, escolhera, como título que a designasse, uma palavra muito próxima a *froufrou*, que na língua francesa pode significar tanto o “*bruit léger produit par le frôlement ou le froissement d’une étoffe soyeuse, de plumes*”¹², como também os ornamentos das vestimentas femininas, os *frou-frous*, ou *fru-frus*, tão recomendados pela moda ditada na *Fon-fon*.

Mesmo que, desde sua origem, *Fon-fon* tenha sido uma revista de cultura, com preocupações literárias, destinada às mulheres de classe média e burguesa, a partir da Era Vargas, e mais acentuadamente no período do Estado Novo, passa a fazer, em suas matérias, uma campanha massiva de reforço do papel de mãe, de boa esposa, de dona de casa, enfim, o anjo do lar que não tem sexualidade e, portanto, devia repudiar sua condição de ser sexual, já que este era um papel destinado às mulheres excessivamente independentes ou às prostitutas que percorriam

12 Ruído leve, produzido pelo roçar ou amassar de um tecido sedoso, de plumas. (tradução nossa)

as cidades nos anos 20, vistas como o “perigo venéreo” e alvo predileto da sociedade higienista dessa década. Esta mentalidade adentrará os anos 30, promovendo a domesticação da sexualidade feminina, como se percebe em seções do tipo *Página do Lar*, *O Que Você Deve Saber*, *Conselho às Mães* ou *A Arte de Ser Bela*, onde, comumente, encontravam-se matérias com este nível de conteúdo: conselhos, bordados, asseio, postura ideal, enfim, valores republicanos dessa sociedade higienista, detentora de um discurso médico-religioso-educacional, que foi completamente recuperado pela Era Vargas, sobretudo nos anos mais “duros”, 1937/45, quando Saúde, Educação, Igreja e Meios de Comunicação tornaram-se os principais órgãos de controle social do Estado.

Em *Página do Lar*, Silvia Watteau oferece alguns “conselhos” em *Moda e Belleza Femininas*, os quais julgamos pertinentes para ilustrar o que se afirmou acima:

Não achamos aconselháveis certos tratamentos de beleza para as jovens de pouca idade porque, para ellas, o essencial é a cultura physica que lhes garantirá saúde e desenvolvimento adequado. As pinturas e os crêmes não têm nenhum valor quando se tem 15 anos. No maquillage dever-se-á pensar alguns annos depois. E, de facto, não ha coisa mais absurda que se ver uma mocinha, quase uma adolescente, carregada de cosmeticos e com o rosto pintado como uma mascara, as unhas sangrando verniz, os labios rubicundamente atrevidos, etc. (*Fon - fôn*, 10/03/1938, p.52)

Ou, ainda na mesma matéria, em *Normas Sociaes*, Silvia Watteau continua:

Sempre que se dê o braço, cabe ao cavalheiro offerecer o direito e não o esquerdo, embora em certas capitaes européas seja de estylo este ultimo. (*Fon - fon*, 10/03/1938, p.52)

Em *A Arte de Ser Bela*, é a atriz Lucille Ball quem oferece as dicas de asseio e beleza feminina. Diz a matéria intitulada *Unhas Bonitas*:

Lucille Ball, que é a manicura de suas proprias mãos, ensina que a aplicação do esmalte é o mais importante no tratamento das unhas. Diariamente, a querida « estrêla » examina sua unhas. Se alguma está com o esmalte estalado, ela repara o dano aplicando um pouco de esmalte, para reavivar o já existente. Lucille assevera que o verniz é muito fácil de aplicar se se segue a direção da unha (como demonstra a fotografia), dando somente quatro pinceladas ao longo da unha e uma pincelada na base. Aplique sempre ,aconselha ainda Lucille, uma base transparente, antes e depois do esmalte, para que lhe dure mais a pintura. Deixe que seque bem, remova, com um algodão molhado em liquido limpador, o esmalte supérfluo... e estará a mulher elegante pronta para sair, com suas unhas imaculadas . (*Fon-fon*, 28/02/1942, p. 46)

Fon-fon, assim como o rádio, conviveu com o controle e dominação da Era Vargas, formando o grupo dos intelectuais, conscientes

e consentidos, que garantiu, com seus veículos, a via de sobrevivência do regime, dando visibilidade e legitimidade ao discurso ideológico paradoxal que se pregava no período. Esse discurso se estendia ao gênero feminino, quando determinava que as mulheres deviam ser ao mesmo tempo dirigidas e dirigentes, profissionais e mães espirituais, disciplinadas e disciplinadoras. A exemplo do Estado, que pretendia zelar pela nação, a mulher devia zelar pela Família. Fiorin reforça essa tese de formações ideológicas e formações discursivas do Estado, quando argumenta:

Há, numa formação social, tantas formações discursivas quantas forem as formações ideológicas. Não devemos esquecer-nos de que assim como a ideologia dominante é da classe dominante, o discurso dominante é o da classe dominante. As visões de mundo não se desvinculam da linguagem, porque a ideologia vista como algo imanente à realidade é indissociável da linguagem. As idéias e, por conseguinte, os discursos são expressão da vida real. A realidade exprime-se pelos discursos. (1990, p. 33).

Entre os anos 30 e 40, o que se vê nas matérias de *Fon-fon*, são mulheres excluídas do processo de criação cultural. Mulheres sujeitas à autoridade e autoria masculina. Não é comum vê-las escrever em magazines direcionados a um público-alvo, ou melhor, a uma classe social, que representa os anseios da burguesia desse período. Quando aparecem escritos de mulheres, o conteúdo é tão masculino que desconfiamos de que essas mulheres sejam personagens inventadas pelos escritores-articulistas desses periódicos. É o que demonstra a matéria *O Radio e a*

Família Brasileira, sob a direção de Diva Paulo. Ivete Ribeiro, responde a uma enquete sobre as funções do rádio da seguinte forma:

P. – Como tornar o radio interessante para as moças?

R. – Ensinando ás meninas de hoje que devem preferir um bom programma de musica fina, literatura e noticias uteis, a certos programmas de sambas idiotas, ás vezes offerecidos aos ouvintes em horas das chamadas Infantis, onde só se cantam cousas sobre barracões, orgias e amores canalhas. De outra forma, não sei [...]. (*Fon - fon*, 21/02/1940, p.22)

Mulheres em evidência, normalmente, eram aquelas que faziam parte da sociedade burguesa. Nesse momento, apareciam prestando serviços aos setores sociais pobres e carentes, ou na prática da filantropia. Escolares - meninas e normalistas - em desfiles pátrios, deviam ter consciência de que seriam formadas para a nação, o que significava, também, serem formadas para o lar, pois, nesse momento, já não se sabe mais se o Estado é a continuação do lar ou o lar é a continuação do Estado. Em matéria sobre a inauguração do Estádio do Pacaembú, o articulista Martins Capistrano assim se refere às mulheres:

São Paulo está, inteirinho, nestas ruas inquietas que circundam o estádio; nestes sorrisos femininos que iluminam e perfumam a melancolia dos homens; no rumor destas palmas que saúdam os esportistas em marcha para o recinto do campo; na graça rutilante destas garotas de calção ou de uniforme escolar que desfilam também pela pista mo-

vimentada como uma afirmação da energia e do valor da mulher bandeirante. (*Fon-fon*, 18/05/1940, p.18)

Percebemos uma contradição no texto de Capistrano, pois, ao mesmo tempo em que incita a mulher a mostrar seu valor e energia, trazendo mesmo para enfatizá-los a imagem corajosa e destemida dos antepassados bandeirantes, atribui-lhe um modesto papel de coadjuvante, “iluminar e perfumar a melancolia dos homens”, salientando “a graça rutilante destas garotas de calção”, reafirmando a beleza feminina como uma “graça” concedida aos homens.

De acordo com esse raciocínio, como seria possível às mulheres se constituírem como seres sociais? Ainda mais, tecerem uma identidade feminina, se um de seus maiores veículos de representação, juntamente com o rádio, as tratava, quando tratava, como seres humanos possuidores de uma identidade servil? O que se vê em *Fon-fon*, ou em muitas revistas dessa época, é a construção masculina da identidade da mulher; consequência, talvez, da fraca percepção de sua condição social, sexual e individual.

Não é à toa que, até recentemente, falar das trabalhadoras urbanas no Brasil [ou do gênero feminino] significava retratar um mundo de opressão e exploração demasiada, em que elas apareciam como figuras vitimizadas e sem nenhuma possibilidade de resistência. Sem rosto, sem corpo, a operária [a mulher] foi transformada numa figura passiva, sem expressão política nem contorno pessoal. (Rago, 2001, p.579)

Nestas bases, observa-se que as elites intelectuais e políticas das primeiras décadas do século XX procuraram redefinir o

lugar das mulheres na sociedade. Num momento em que a crescente modernização das cidades abria novas perspectivas econômicas para a sociedade, formava-se um novo modelo de esfera pública, pautada em modelos de comportamentos europeus, especialmente inglês e francês. Porém, diferentemente do que se passava no velho Continente, aqui a mentalidade matuta do Brasil Colonial permaneceu. Mesmo com o vertiginoso crescimento da imprensa-empresa e a conseqüente multiplicidade de jornais e periódicos que circulavam no país – imprensa feminina, imprensa infantil – seu papel ainda era o de produzir e divulgar uma cultura genuinamente brasileira, nos moldes da obra *Casa Grande e Senzala*, impregnada pelo verde-amarelismo modernista, e que não ameaçasse os pátrios poderes públicos. Finalmente, que não abrisse as portas das percepções sociais que pudessem vir a questionar o modo de fazer esse Brasil moderno, decorrente da Revolução de 30 e sofisticado a partir de 37.

Nesse contexto, *Fon-fon* viveu a etapa mais luminosa de sua longa vida de magazine. Em algumas matérias ou em fotografias, pode-se observar que, entre as jovens que provinham das camadas médias e altas, muitas se tornavam professoras, enfermeiras, pianistas, escritoras, diretoras de instituições culturais. Aos poucos, as mulheres iam ocupando espaços de trabalho permitidos. É o que anunciava *Fon-fon*, em 26/09/42. Num número dedicado exclusivamente às enfermeiras, Martins Capistrano começava a matéria cujo título já anunciava seu conteúdo: *Ana Néri: a sublime enfermeira*. Além de exaltar sua importância em tempos de guerra, estimulava era profissão, ideal à mulheres que queriam ser úteis ao país, “lembrando à todas que Ana Néri foi a primeira enfermeira na Guerra do Paraguai.”

Matérias como esta reforçam o que se falou anteriormente sobre a construção do espaço público moderno, definido como esfera essencialmente masculina e do qual, segundo Margareth Rago, “as mulheres participavam apenas como coadjuvantes, na condição de auxiliares, assistentes, enfermeiras, secretárias, ou seja, exercendo as funções consideradas menos importantes nos campos produtivos que lhes eram abertos” (2001, p.603).

Se atualmente as mulheres ocupam o espaço público com legitimidade, é porque, por meio de práticas sociais diversas, muitas delas contraditórias, acabaram por produzir um sentido. As mulheres hoje se constituem não somente pelas suas práticas cotidianas imediatas, mas também pelas histórias que atravessaram desde o Brasil Colônia, passando pelo Império, pela República e por todo o Século XX.

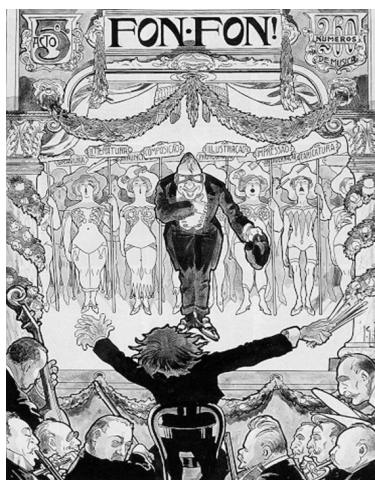
A partir de 1942, *Fon-fon* muda seu foco. Com a entrada, até certo ponto forçada, do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, no lugar de matérias que antes enfatizavam os papéis femininos ideais, ou reportagens cujos conteúdos de cunho nazi-fascistas eram traduzidos como escancaradas manifestações de apoio aos países do Eixo, agora, o que se observa, é que o olhar masculino sobre a revista, pretensamente camuflado nos anos anteriores, nesse momento ganha visibilidade. No lugar de textos onde se enaltecia a mãe-esposa-rainha do lar, entra em pauta o brasileiro guerreiro – forte em músculos e espírito guardião – da Nação que vai à guerra e voltará vitoriosa. A revista adquire um novo formato. Focada no conteúdo, como *Seleções do Reader's Digest*, segunda geração de revistas que narrarão a sociedade brasileira a partir dos anos 50, *Fon-fon* redefinirá

seus contornos de acordo com as demandas da sociedade brasileira dos anos dourados.

Fon-fon: conteúdo e aspecto formal

Fon-fon, periódico semanal, começa a circular em 1907 e assim vai até 1958, ininterruptamente. Feliz na escolha de seu nome, já que este anunciava o desenvolvimento do país, proporcionado pela industrialização que trazia fábricas de carros e roupas, buzinas e fru-frus, possuía as medidas formais das revistas da época: 27 x 19 cm.

As capas, no início, eram em cores; *ton sur ton* ou combinação de cores. A partir de 1914, a maior parte delas passa ser responsabilidade de Di Cavalcanti. Inspiradas na ilustração e nas gravuras características da *Belle Époque*, elas sofrem alterações, no curso de sua existência.



Fon-fon 1912



Fon-fon 1927

Nos anos 30, com a entrada da fotografia na imprensa, *Fon-fon* ganha ritmo e movimento e passa a acompanhar as tendências do cinema. No lugar da ilustração artesanal e em cores pastéis, as capas ganham fotografias com astros e estrelas de Hollywood, no seu majestoso estilo *cinemascope*. Como a fotografia ainda era em preto e branco, algumas delas ganhavam retoques coloridos feitos a mão. Preto e branco também era seu o conteúdo.



Fon-fon 1930



Fon-fon 1940

Quanto à diagramação, os tipos são variados, já que, com a diversificação das matérias, não havia uma padronização.

Obedecendo ao rebuscamento rococó do século XVIII, signo de virtuosidade na sociedade brasileira do século XIX e primeiras décadas do século XX, grande parte dos textos de *Fon-fon* aparecia emoldurada, quando se tratava das matérias de destaque.



Fon-fon 20/08/1927

Fon-fon 10/01/1942

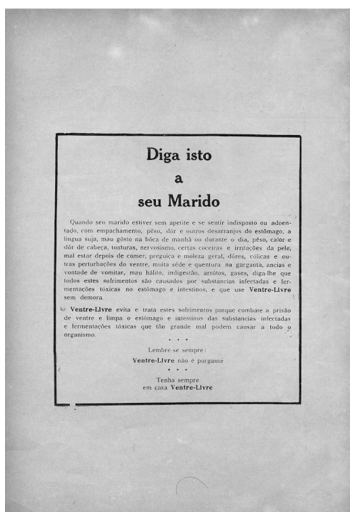
O sumário é inconstante, ora aparece, ora não, além de não obedecer a uma ordem de distribuição das matérias e não possuir lugar fixo dentro da revista. Melhor dizendo, não obedece à periodicidade do magazine. Voltaremos a essa questão, no momento em que analisarmos seu conteúdo detalhadamente.



Fon-fon 10/01/1942

Fon-fon 10/01/1942

Ao contrário do sumário, a publicidade, mistura de texto e imagem, muitas vezes apresentando apenas texto, é muito destacada e muito presente. Numa revista onde havia entre 40 e 50 páginas, a quantidade de propaganda, constantemente, correspondia ao dobro do número de páginas. Desse modo, pode-se pensar que, como hoje, a publicidade, muito mais do que as assinaturas, é o que sustentava então as revistas, interferindo, de certo modo, no seu conteúdo.



Fon-fon 10/01/1942



Fon-fon 10/01/1942

Não se tem informação sobre a tiragem da revista. De 1907 a 1942, ela custava 1\$000 réis, preço de venda avulsa. Depois dessa data, pensa-se que ela passou a custar 1Cr\$, ou seja, 1 cruzeiro, pois, a partir de 1942, o Réis, moeda vigente no país, é substituído pelo Cruzeiro, que permanece até 1986.

Sua impressão, redação e oficina localizava-se no mesmo endereço de distribuição: Rua da Assembléia, 62. Rio de Janeiro.

PREÇO DAS ASSIGNATURAS: No Rio e nos Estados Anno . . . 4\$5000 Semestre. . 2\$5000 Venda avulsa em todo o Brasil 1\$000 As assignaturas terminam e começam em qualquer mês	FON-FON REVISTA SEMANAL ILLUSTRADA Director: SERGIO SILVA Redactor-chefe: GUSTAVO BARROSO Director, Redacção e Officinas: 62, RUA REPUBLICA DO PERU, 62 (Antiga Assembléa) Teleph. da Gerência: C. 4134-End. Teleg.: "FON-FON" Caixa Postal 97 RIO DE JANEIRO	Toda a correspondência deve ser dirigida á EMPRESA FON-FON E SELECITA S. A. Representante em S. Paulo Carvalho Barbosa & Caixa Postal 1493 Repr. na Europa: Da vignon, Gourdet & Cia., 19, Rue Tronchet, Paris — 19, 21, 23, Ludgate Hill, Londres.
--	---	--

Fon-fon tinha a paginação oscilante. As páginas ora eram numeradas, ora não, o que dificulta a pesquisa. No entanto, o número de páginas era regular, girando, desde 1907 até 1958, em torno de 50 páginas, quantidade que se mantém no período do Estado Novo.

Em *Fon-fon* não havia espaço definido para as seções, mas o que se via eram assuntos soltos. Assim, não havia uma ordem de distribuição dos textos, de sorte uma crônica poderia vir no meio da revista e um conto no final, o que não caracteriza uma seção específica, ou seja, literária. Provavelmente os assuntos seriam distribuídos segundo sua ordem de importância. O que havia, enfim, era um “sumário/seção” que muda, a partir de 1939. A seguir, veremos como ele era de 1907 a 1939, e como ficou até 1958. Desse modo, pode-se ilustrar o período que investigamos:

<i>Fon-Fon</i> – 1907/1938	<i>Fon-Fon</i> – 1939/1958
O conto Brasileiro	Triboulet – romance historico- de Michel Zévaco – em serie
Deixe-me Ler Sua Mão	Chronica Semanal
Saibam Todos	Conto ilustrado

Escritores e Livros	Páginas: de sociedade, de interiores modernos, infantis e de noivas
Conto Ilustrado	Seções: <i>Fon-fon</i> feminino, seção de modas com um suplemento anexo de moldes, riscos e bordados
De Hollywood	De Hollywood: Cinema
A Arte de Ser Bela	PR1- fon-fon: Radio
Cinema	Deixe-me Ler Sua Mão: Chiromancia
Modas (Figurinos)	A Arte de ser Bela: Conselhos de Beleza
Bordados	Páginas do Lar: Conselhos Domesticos
Culinaria de Bom Gosto	Conselhos às Mães: Pagina Medico Infantil
Conselhos às mães	Notas de Arte: Critica de Arte
Notas de Arte	Culinaria de Bom Gosto
Pantheon de Artistas	Seara Alegre: Humorismo/Palavras Cruzadas
Pagina do Lar	
Galeria Poetica	
Seara Alegre	
Coisas e Fatos Curiosos	
O Que Se Deve Saber	
Pagina da Historia	
Mulheres Celebres	
PR1-fon-fon	
Chronica Semanal	

A análise do aspecto formal da revista permite concluir que a orientação jornalística da *Fon-fon* era precária e amadora. Esse fato demonstra a maneira singular de fazer imprensa magazine,

no Brasil, nas primeiras décadas do século XX. As falhas de programação e estruturação da revista, por parte do grupo que a editava, evidenciam-se nas falhas de impressão, diagramação, paginação, enfim, confusão própria de uma época em que as pessoas estavam apenas aprendendo a fazer jornalismo, já que o que se tinha antes era literatura impressa e ilustrada, seja sob a forma de imprensa diária, seja semanal, caso em que encontra *Fon-fon*.

Pode-se afirmar que, desde o surgimento até o final, *Fon-fon* é um magazine que valoriza o conteúdo literário. Seu estilo, às vezes literário, às vezes informativo/noticioso, confirma seu caráter híbrido e seu interesse estético-literário, herdado do Modernismo. É esse hibridismo que a coloca em uma fronteira entre jornalismo e literatura e personaliza seu estilo.

A intenção literária já se anuncia no número inaugural, que se inicia com um soneto de Emílio de Menezes, segundo lemos em *História da Imprensa no Brasil*, de Nelson Werneck Sodré, que ainda nos informa da extração literária do grupo fundador da revista:

Se o primeiro grupo simbolista do Rio reunira-se, entre 1890 e 1892, na Folha Popular, ... o último, integrado principalmente por Lima Campos, Gonzaga Duque, Mário Pederneiras, Álvaro Moreyra e Hermes Fontes, foi responsável pelo aparecimento, em 1907, da revista Fon-Fon. Pederneiras, Duque e Lima Campos dirigiram-na, até 1914; Álvaro, daí por diante. (1999, p.301-302)

Assim, podemos, talvez, considerar *Fon-fon* como uma revista de elitismo cultural, com grande preocupação com a litera-

tura e as artes, dando grande ênfase ao estilo de sua linguagem, um lugar particular e de destaque no âmbito da imprensa feminina brasileira.

Fon-fon, uma revista para o lar, não fala apenas do universo feminino ou do lar, como sugere seu nome. Tampouco se ocupa apenas da notícia. A presença de outros temas como política, história, cinema, sociedade, educação, higiene, crônicas, contos e folhetins, dentre tantos outros, confere-lhe seu caráter eclético. Para ilustrar o ecletismo dos assuntos que constituíam sua parte, escolhemos algumas seções como exemplo:

· **Política** – obediência ao real, ao estabelecido, ou seja, ao regime Vargas.

A matéria *São Paulo e as Forças Armadas* exalta o nacionalismo como dever:

Nosso imperialismo accentuou o presidente Vargas, consiste na penetração de nosso interior, em valorizar nossas abandonadas e enormes fontes de pureza.

Tudo, portanto, que se fizer em prol do progresso e desenvolvimento do Brasil é obra do mais acendrado patriotismo.

Não é outro, de resto, o pensamento do interventor Ademar de Barros, elle mesmo official da reserva do nosso Exército. (*Fon-fon*, 26/06/1940, p.05)

Carta ao Magisterio Brasileiro reforça essa exaltação, por meio da educação:

Professores do Brasil: Chegou a hora de reunir e solidarizar todas as forças vivas das reservas nacionais. Chegou o momento da mobilização conciente dos valores vigorosos do patriotismo brasileiro... Só o magistério nacional, perfeitamente integrado no espírito do Estado Novo, poderá consubstanciar as esperanças do Presidente da República em alterar os métodos retrogradados de educação, todos eles eivados de doutrinas estranhas e corruptoras da nossa nacionalidade e forrar a defesa da raça com a prática positiva de hábitos viris. (*Fon-fon*, 12/12/1942, p.07)

· **Comportamento** – Pregava a postura ideal na mulher, tanto no espaço público quanto no espaço privado.

No conto *A Esposa* – de Howard Smith, isso é claro:

A porta tremeu quando a jovem empurrou violentamente, como se protestasse contra esse tratamento a que não estava habituada. Que ocorria? Que se passara entre Felipe e sua esposa? Ah, sim! Ele lhe havia dito que era uma vergonha que ela não soubesse cozinhar, arrumar a casa[...] etc. (*Fon-fon*, 04/01/1941, p.65)

Na seção *Página do Lar*, vejamos o conselho de Silvia Watteau *Para as Mães*:

As reacções emocionaes de uma criança ante a vida, especialmente a inveja, a colera, a dor e o medo, não devem ser exploradas pelos adultos como motivos de divertimento ou

de conveniência. Essas reacções tendem a fazer-se habituaes e, confundidas na personalidade mesma da criança, não podem ser extirpadas nunca. Os Pais e os demais adultos da casa devem ajudar a criança a adquirir um sentimento de confiança na vida em geral, e a desenvolver um sentido de segurança. Prudentes em excesso, as crianças timidas são habitualmente aquellas que se encontram em relação inferior aos seus proximos. (*Fon-fon*, 10/03/1938, p.52)

· **Sociedade** – Normalmente esta seção, com fotos, trazia cenas de acontecimentos mundanos vividos no cotidiano pela elite dominante do país.



Fon-Fon – 10/01/1942

· **Lazer e Cultura** – Matérias que traziam notas sobre cinema, celebridades, poesia, arte, literatura, artes plásticas...

A seção *Cinema Brasileiro* traz notícia sobre o lançamento de um filme nacional:

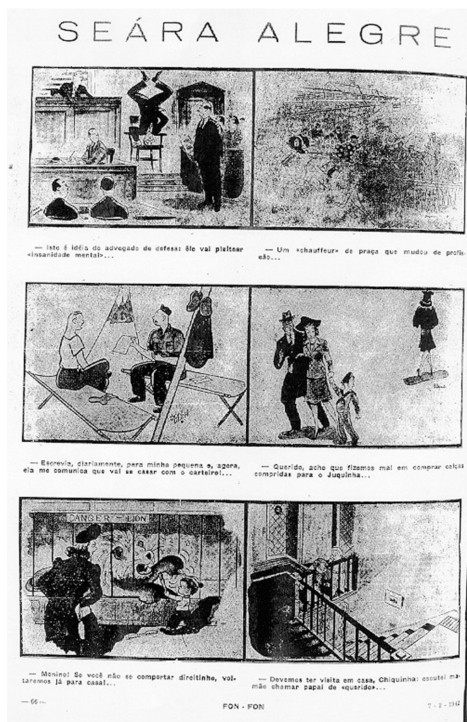
Nunca dentro de uma mesma moldura luminosa, se encontraram uma morena tão irresistível e uma tão sedutora loira, como ‘O Samba e a Vida’, o novo filme brasileiro da Cinédia que todas as curiosidades estão esperando com impaciência. Se uma é um beijo do luar a outra é um grito dos tropicos: e se o oiro reluzente que cobre a cabeça de Maria Amaro fascina, a negra noite dos cabellos de Heloisa Helena seduz. (*Fon-fon*, 23/10/1937, não pag.)

Em *Mulheres Celebres*, a matéria é dedicada a Sarah Bernhardt:

Chamava-se na verdade Rosina Bernard. Tomou o nome de Sarah Bernhardt no teatro. Era parisiense. Nasceu em 1844 sob o reinado burguez de Luiz Fillipe. Em 1862, com 18 anos, estreou na Comedia Franceza. Grande exito. Depois, trabalhou no Gymnasio, na Porta de São Martinho e no Odeon... Sarah Bernhardt visitou o Rio de Janeiro e recebeu uma ovação extraordinaria dos cariocas. Os estudantes puxaram pelas ruas o seu carro. Durante os ultimos tempos de sua vida, a grande artista do palco sempre se referia com emoção e agrado ao seu triumpho na capital do Brasil. Aqui ela representou o “Aiglon”, deslumbrando a platéia. Sarah

Bernhardt morreu velha e coberta de glória conquistada pelo seu assombroso talento. (*Fon-fon*, 25/12/1937, p.4)

· **Humor** – A seção de Humor existe em *Fon-fon* desde o começo. Em alguns números ela não aparece, mas, a partir de 1939, ela é presença constante. São piadas ingênuas e, quase sempre, ilustradas.



Fon-Fon – 07/02/1942

Em resumo, percebemos que o conteúdo de *Fon-fon* abre duas vertentes; de um lado, as matérias; notícias, informação, resenhas, crítica de livros prestação de serviço, publicidade, hu-

mor, política, garantem à revista o caráter jornalístico; de outro lado, as ilustrações, os folhetins, as crônicas, os contos, a preocupação com a linguagem, dão-lhe um caráter literário, o que a situa como uma revista de cultura.

Revista Fon-fon: a retórica do Estado Novo e a doutrinação da mulher (1937/ 1945)

Lançando um olhar crítico sobre o discurso de *Fon-fon*, buscamos apontar os reflexos ideológicos do período estadonovista nas matérias nela publicadas. Essa proposta justifica-se pelo entendimento de que os magazines são um elemento de mídia significativo, no panorama histórico e cultural de uma sociedade. O livro *Mitologias*, de Roland Barthes, foi o detonador desse enfoque crítico, que procura mostrar como as ideologias predominantes da época, num trabalho de mitificação e mistificação, dirigem a cosmovisão pequeno-burguesa. Apropriamo-nos das considerações de Barthes sobre o mito, para iniciar nossas reflexões:

O mito não se define pelo objeto de sua mensagem, mas pela maneira como a profere: o mito tem limites formais, mas não substanciais. Logo, tudo pode ser mito? Sim, julgo que sim, pois o universo é infinitamente sugestivo. Cada objeto do mundo pode passar de uma existência fechada, muda, a um estado oral, aberto à apropriação da sociedade, pois nenhuma lei, natural ou não, pode impedir-nos de falar

das coisas. Uma árvore é uma árvore, dita por Minou Drouet, já não é exatamente uma árvore, é uma árvore decorada, adaptada a um certo consumo, investida de complacências literárias, de revoltas, de imagens, em suma, de um uso social que se acrescenta à pura matéria. (1993, p.131)

Da leitura dos textos da *Fon-fon*, percebemos que esse uso aleatório de seres e objetos que fazem parte de nosso mundo, com o objetivo de transformá-los em vetores de idéias e preceitos, é um fazer que obedece a um princípio unificador: a ideologia nazi-fascista. Isso só confirma o domínio e a ingerência do regime ditatorial de Vargas sobre os meios de comunicação, e a sua clara adesão ao nazismo, antes que fosse coagido a enfileirar-se com os Aliados.

A seção *Scriptores e Livros*, como não poderia deixar de ser, propicia uma visão entusiasta de mitos nazistas, como o arianismo, o mito da raça superior, já anunciada no título de um dos livros de poesia resenhados por Mario Poppe, *Rythmo Ariano*, e na ascendência germânica do poeta, W. Buschmann. As palavras do poeta ao resenhador são iluminadoras:

Rythmo Ariano não é anti-semitismo [sic]; é apenas a reivindicação consciente da arte indo-européia, grego-latina ou germanica, por oposição a todos os africanismos subconscientes, inclusive e principalmente o rythmo cassange que assola e deprime o Brasil moderno. (*Fon-fon*, 22/10/1938, p.10)

Ao reafirmar o arianismo, o poeta revela o preconceito contra a raça e a cultura negras, que ele mesmo reconhece como uma das influências radicais da sociedade brasileira. De outra maneira, peca ele pela ingenuidade na sua justificativa preconceituosa para isolar as origens puras da raça humana, contra os elementos poluidores que vêm de outros continentes, principalmente o africano. Esse preconceito encontra-se na raiz de um outro mito repisado intensamente, até mesmo na publicidade da revista, o das virtudes superiores da cor branca, como símbolo da limpeza total, nos sentidos físico e espiritual.

Sem falar na qualidade discutível dos versos, até risível, do ponto de vista crítico, há maneira primária como o poeta W. Buschmann defende o “mito da raça superior”, com referências nada sutis a detalhes da raça germânica, como nestes versos de *Estrella cadente*:

Timida aparição, levanta um pouco a fronte,
Verte nesta penumbra uma esmola de luz
Para que me illumine o sombrio horizonte
A saudade sem par dos teus olhos azues.
(*Fon-fon*, 22/10/1938, p.10)

Ou neste outro poema, *A uma banhista loura*, em que as características raciais se completam:

Ao sol da praia vi-te, arteira fada,
Com os cabellos esplendidos fulgindo,
- peccado loiro ou symbolo bemvindo;
Do sol de amor de uma alma enamorada...
(*Fon-fon*, 22/10/1938, p.10)

em que, talvez à revelia, o processo de mitificação denuncia-se na expressão : *symbolo bemvindo*.

Mas, voltando à resenha, salienta ela que os versos do autor representavam a reabilitação da *inteligência brasileira*, em consonância com o *Brasil moderno* que se pretende. Essa idéia de modernidade, de renovação, de exaltação da *razão*, aporta no mito do progresso científico, no elogio das transformações radicais que renegam o passado, que norteiam o futurismo, dando suporte filosófico ao fascismo italiano.

A preocupação com a pureza racial, o nacionalismo exacerbado, é ressaltada na seção *PR1-fon-fon*, numa matéria de Alziro Zarur, *A imprensa constructiva e uma carta do Ministro Gustavo Capanema* (*Fon-fon*, 04/05/1940, p.20), em expressões como a “alma impolluta dos brasileiros legítimos e defensores da nacionalidade”. A preocupação com o aprimoramento da raça evidencia-se na carta do Ministro com sua preocupação com a família, a diversão *sadia*, a formação moral e cultural, tudo tendo em vista o *Brasil Novo*, ou seja, o Brasil da Era Vargas. Cria-se dessa forma um novo mito, o da *Família Brasileira*, os brasileiros puros, arianos, em oposição aos *brasileiros desfibrados*, expressão que sugere o preconceito contra a miscigenação.

A matéria que comenta a inauguração do estádio do Pacaembu, “o grande meeting cívico-esportivo, inaugural da maior e mais imponente praça de esportes da América do Sul” (*Fon-fon*, 18/05/1940, p.18), ressalta uma preocupação do governo ligada a uma das pedras-de-toque do regime nazi-fascista, o mito *mens sana in corpore sano*, do culto ao corpo, à competitividade esportiva, que, no fundo, reforça o domínio da lei da sobrevivência do mais forte, que orienta a preocupação com o aprimoramento da

raça. Notem-se, na matéria, as expressões do texto como “raça forte e feliz, festa olímpica, Bandeiras que flabelam, o rytmo dos hinos, representantes da mocidade e da raça, vibração cívica”, que criam, em conjunto, um clima eufórico de glorificação da raça, cuja perfeição é sugerida pela ligação com a raça grega, símbolo da perfeição física e modelo estético do período: “As torres olímpicas são sentinelas de granito que guardam, hieráticas, a majestade do campo de jogos”. Esse nacionalismo exacerbado traz como consequência natural a xenofobia e o espírito guerreiro, de defesa da Pátria, sem contar que a violência é outro dos vetores da época. Assim, nessa esteira, vem a glorificação do Exército, como na matéria, sem assinatura, *São Paulo e as Forças Armadas*, que se refere aos gloriosos Exército e Marinha Nacionais; e continua: “o dever do Brasil é dedicar todas as atenções à sua defesa, a missão das populações civis é uma função paramilitar, isto é, de preparação intensiva na adaptação ao espírito severo da caserna”; finalmente, concluindo:

Tudo, portanto, que se fizer em prol do progresso e desenvolvimento das forças armadas do Brasil é obra do mais acendrado patriotismo. (*Fon-fon*, 29/06/1940, p.5)

Considerando-se que tudo isso vem numa revista feminina, e a mulher é a grande influência na família, mesmo na época machista que focalizamos, são idéias de patriotismo, de defesa da nacionalidade, de repúdio ao diferente e ao estrangeiro, que o regime autoritário deseja incutir no povo brasileiro, ironicamente numa clara imitação de exemplos que vêm de fora, do arianismo e do nazi-fascismo europeu.

Tais mitos da época, aprimoramento da raça, nacionalismo exagerado, força do Estado, eclodem com toda clareza e prepotência na matéria *Carta ao Magisterio Brasileiro*, assinada por um professor, Deodato de Moraes, que faz alusão à área educacional, em um texto de incitamento ao dever cívico daqueles responsáveis pela formação da juventude, para que se engajem “na grande campanha da brasilidade. Integrando os educadores nas forças vivas das reservas nacionais, apela para mais um sacrifício pela preparação da juventude e educação do povo”. Na realidade, o texto é uma declaração de princípios do Estado Novo, estabelecendo seu teor autoritário e centralizador:

Assim, a Justiça, a Economia, a Finança, como a Cultura e a Educação, são serviços centralizados, que antepõem o interesse público ao interesse privado: o Estado é a Justiça, como a Economia é a Finança, a Cultura é a própria Educação. O Cidadão deixa de existir como parcela isolada com direitos privados, uma vez que êstes direitos colidam com os interesses do Estado. (*Fon-fon*, 12/12/1942, p.4)

A liberdade individual é questionada e inferiorizada em relação a uma pretensa coletividade, sob cuja denominação repon-ta o interesse do Estado:

O Estado não reconhece os direitos dos indivíduos contra a coletividade. Os indivíduos não têm direitos, têm deveres! Os direitos pertencem à coletividade! O Estado, sobrepon-do-se á luta de interesses, garante os direitos da coletividade

e faz cumprir os deveres para com ela. O Estado não quer, não reconhece luta de classes. (p.4, grifo nosso)

A tendência populista do governo Vargas, o seu pretensão papel de realizador das aspirações populares, fica claro neste trecho, da mesma matéria, que mostra até que ponto o Estado ousava, na sua impunidade:

A figura excelsa do Presidente Getúlio Vargas traçou, na constituição de 1937, os rumos seguros para a grandeza, integridade e segurança da nossa Pátria.

Fundou o Estado Nacionalista Autoritário com o apoio das Forças Armadas e cedendo aos desejos da opinião nacional. (p.4, grifo nosso)

Finalmente, o artigo termina com os “dez mandamentos” dos Legionários da Brasilidade, uma profissão da fé estadonovista, entre cujos ditames lemos:

- 2- Cultuar a raça em seu dinamismo eugênico;
- 4- Nacionalizar os métodos e sistemas educativos, colocando a escola brasileira dentro das realidades brasileiras,
- 9- Combater, por todos os meios, as ideologias exóticas, os agentes indissociáveis da nossa desagregação e do nosso desvalor e os envenenadores do nosso espírito defensivo e ânimo heróico pela integridade nacional;
- 10- Demonstrar, positivamente, e desenvolver, por todos os modos, no ânimo popular, o culto á família, o respeito ás autoridades constituídas, o espírito de disciplina consciente e a camaradagem franca e leal. (p.7)

Desse modo, percebemos a *Fon-fon* como um veículo de divulgação e doutrinação ideológica, caráter que é reforçado por imagens de dinamismo heróico e guerreiro, fotos de paradas militares, numa exibição de força semelhante aos grandes eventos do nazi-fascismo.



Fon-Fon - 16/09/1939

Além dessa doutrinação explícita, encontramos mensagens mais discretas e sutis, como em artigos de crítica de arte, como esse *Pantheon de Artistas* (*Fon-fon*, 23/10/1937, p.28), de Reis Camacho, em que o articulista faz uma aproximação entre Alemanha e Itália, por meio dos pintores Wilhelm de Herle e Giotto, apresentando o primeiro como um discípulo menos dotado do gênio italiano, mas com obra “que socialmente quase se equivalem porque, fundador da Escola de Colônia, o mestre alemão symbo-

liza o início do renascimento das artes plásticas tudescas como o florentino o das artes plasticas italianas” . Assim, ao mesmo tempo em que afirma o valor social da arte, a sua importância como fato cultural, termina aludindo à missão dos países no campo artístico; “separados no passado, Wilhelm e Giotto vivem reunidos no futuro como grandes *typos* da arte inicial da Renascença” , afirmação que, pelo contexto histórico-político, leva-nos à visão de uma Alemanha e Itália ideologicamente reunidas no nazi-fascismo.

Percebemos, portanto, essa revista como um exemplo de mídia impressa, funcionando como elemento divulgador de uma ideologia. Não é o único, porém; em seus artigos, aponta para um outro tipo de mídia que representa, para a época, a importância que hoje tem a televisão, a ponto de os detentores da sua manipulação constituírem-se em formadores de opinião: é essa mídia o rádio, que na época goza de intensa popularidade e atinge todas as camadas sociais e os mais recônditos lugares.

Na realidade, na época, o rádio rivalizava com o cinema; temos novamente o articulista Alziro Zarur a salientar sua importância, em *PRI-fon-fon*, afirmando: “dizer o rádio, muito mais que o cinema, é o suggestionador por excellencia das massas”. E continua sua peroração trazendo, com o exemplo, nada mais nada menos que Mussolini:

Mussolini compreendeu essa utilidade incontrastável: por meio do rádio elle está organizando notavel plano para defesa da sua terra e do seu povo, em caso de guerra inesperada. De facto: que outro transmissor de instrucções ou brados de alarme poderá substituir o radio? Como transmitir o aviso urgente de um bombardeio? Como evitar as consequencias

de uma tempestade ou de um massacre iminente? Como ensinar ao povo as regras de civismo e hygiene? Quem poderá unir, de norte a sul de éste a oeste, os Estados de um país imenso como o Brasil? Principalmente o rádio. Foi o que Mussolini sentiu, para a maior glória da gloriosa Itália. O melhor factor de unidade nacional é o radio. É o mais poderoso educador das massas é o radio. (*Fon-fon*, 20/11/1937, p.28)

Fica claro nesse texto, de onde vêm nossos exemplos na área da política, e os grandes mitos da época: Mussolini, o fascismo, a Itália fascista. São esses os parâmetros a serem seguidos pelo Brasil para alcançar o mesmo *status* de país glorioso

O uso do rádio como instrumento de propaganda fica evidente no texto que se segue: ao tecer comentários sobre Ilka Labarthe, identifica-a, na mesma matéria, como *colaboradora prestimosa de Lourival Fontes no Departamento de Propaganda, influenciando no progresso crescente da Hora do Brasil*. Vemos aqui a presença feminina atuando nos instrumentos de propaganda ideológica do governo.

A consciência da importância do rádio como meio de comunicação e divulgação de idéias leva a revista *Fon-fon* a associar-se a ele, numa antevisão das modernas potências midiáticas, que acumulam todas as mídias: as impressas, como jornais, revistas e livros; o rádio; a televisão; e, às vezes, até mesmo o cinema. Na matéria *O Rádio e a Família Brasileira*, assim a articulista Diva Paulo comenta a atuação da *Fon-fon* e os seus laços de intercâmbio e patrocínio com o rádio:

Fon-fon, a revista das iniciativas elevadas e victoriosas, que elegeu os principes da poesia brasileira – Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Olegário Mariano; a revista de elite que fundou uma secção radiophonica para collaborar na obra de engrandecimento do nosso rádio realizando um concurso entre os ouvintes, para seleccionar os melhores valores do “broadcasting”, nos diversos sectores, Fon-fon que acabou de encerrar tão brilhantemente a “enquête” intitulada “Que é o rádio: fator de educação ou diversão?”, inspirou-me a iniciativa desta “enquête” feminina. (*Fon-fon*, 21/02/1940, p.22)

Por outro ângulo, essa enquete revela faces diversas do modo de enfrentar a questão. De um lado, a escritora Iveta Ribeiro, representante da *intellectualidade feminina*, que responde à enquete, deixa claro, numa de suas respostas, uma tendência à encampação dessa mídia pelo governo, sugerindo uma protecção que cheira a censura: “obter dos Poderes Públicos uma lei de protecção especial as estações emissoras, lutar para alcançar uma emancipação economica pela protecção do rádio official, livrando-se, da escravização do anuncio”. Contrapondo-se a ela, a voz esclarecida do bacharel em Direito, jornalista e compositor Mario Lago, em resposta à mesma enquete, admitindo a possibilidade da função educacional do rádio, considera também o aspecto da diversão, defende o samba como expressão da música popular brasileira e, finalmente, deixa claro o seu repúdio a qualquer tipo de estatização, defendendo o modelo americano que na época era o melhor exemplo de liberdade e democracia:

P: Qual a orientação que deve ter o “broadcasting”: comercial, como nos Estados Unidos, ou oficial, como na Itália?

R: Nem se discute: comercial! O resto é morte do rádio, na certa [...]. (*Fon-fon*, 17/06/1939, p.32)

É curioso observarmos como se discutia, na época, a questão da programação radiofônica; muito parecido como hoje, quando se discute a programação televisiva: a boa ou a má influência por ela exercida na família. É o que mostra a “*Enquête*” *Feminina da jovem idealista que se inicia promissoriamente no jornalismo e nas letras patrias*, Diva Paulo, em *PR1 fon-fon*:

O sector feminino, especialmente, é coisa quasi inteiramente abandonada. A pobre família brasileira que ouça, se quiser, o que se faz geralmente para homens, e homens sabe Deus de que barro. (*Fon-fon*, 17/02/1940, p. 20)

É a preocupação da revista *Fon-fon* com seu público, a consciência de sua importância como veículo de comunicação, como formadora de opinião, que a leva a idealizar e publicar essa enquête para questionar a programação daquela outra mídia, o rádio:

Visando agitar esse “novo mundo” que é a imensa platéia feminina deste Brasil vastíssimo, *Fon-fon* apresentará em seu próximo número uma, bôa surpresa às sua distintas leitoras: uma “enquête” feminina, dedicada às radio-ouvintes de todo paíz. (*Fon-fon*, 17/02/1940, p.20)

Com o objetivo de “divulgar o pensamento da mulher brasileira culta, sobre os problemas da radio-difusão nacional, e desenvolver no público feminino a capacidade de analyse e seleção da matéria irradiada”. Vemos assim, nesse momento, a revista assumindo seu papel como imprensa feminina, com publicações dirigidas a um público específico.

Considerando a questão do rádio por um outro prisma, veremos que ele é um poderoso criador de mitos da época: os cantores e cantoras da época, as vozes celebradas que criavam legiões de fãs, que chegavam a verdadeiras disputas na defesa da superioridade de seus ídolos. As grandes cantoras tornam-se, então, mitos a serem reverenciados, aplaudidos, imitados, imagens que extrapolam a própria individualidade, atingindo índices de perfeição, perfeição que caracteriza um dos objetivos da época.

Mas, retornando à revista *Fon-fon*, qual a imagem da mulher que se depreende do seu texto e de suas imagens? Na realidade, percebemos duas proposições que aparentemente se confrontam, mas que, a uma segunda análise, podem se harmonizar de uma forma engenhosa.

Desenha-se, de um lado, obedecendo a uma sociedade e uma cultura de cunho machista, o mito da *mater familiae*, como se observa na seção *Saber ser Mãe*, para quem:

A missão feminina na vida é importantíssima; a mulher é auxiliar do homem, além de ser sua companheira, e seu papel, na vida, é glorioso, como vemos no artigo, *Saber ser mãe*. (*Fon-fon*, 21/12/1940, p.16)

Seu papel secundário fica claro: *auxiliar, companheira*, do protagonista, *o homem*. Entretanto, esse plano secundário deve ser visto como um privilégio, é um papel *glorioso*. A pedra de toque de seu comportamento é o sentimento de renúncia:

Tudo na vida são deveres. E quem mais deve pensar nessa verdade é a mulher. Para ella a vida é uma cadeia de deveres continuados e mais vale que suporte suas obrigações conformada e alegremente do que as considerar pesadas ou excessivas e exercê-las de má vontade ou, mesmo, desprezalas. (*Fon-fon*, 21/12/1940, p.16)

Essa renúncia chega a englobar a própria individualidade: *pensar nos outros, viver para os outros*, esquecendo-se de si mesma.

É interessante observar-se a retórica do texto, ou melhor, a retórica dessa doutrinação ideológica da mulher para a renúncia, que enfatiza a “glória” da missão feminina, que, pela imprecisão e abstração do termo, deve ser a felicidade eterna: a mulher perde a vida mas ascende aos céus. Esse mito da “rainha do lar” surge em outros contextos, como na seção *Página do Lar*, onde lemos:

Quem procurar julgar uma mulher pela sua casa não se enganará nunca, porque a mulher, sem o querer, transmite sua própria alma á casa em que vive, seja esta pequena ou grande, rica ou pobre. (*Fon-fon*, 19/03/1938, p.52)

Nessa simbiose, chega-se às raízes da coisificação. Como sua vida são os deveres, as regras de comportamento são uma conse-

qüência, e essa mesma seção prima pelos conselhos-ordem que sugerem o permitido, do tipo:

É altamente distinto uma senhorita, em algumas tardes domingueiras reunir em casa, para um chá, as pessoas de suas relações. Esse momento pode ser aproveitado para uma grata tertulia, de que poderão participar alguns rapazes, improvisando-se, se se deseja, um pequeno baile intimo. Para essas reuniões basta levar um vestidinho de tarde, pois comparecer em trajes de grande luxo constituiria uma nota discordante. (p.52)

Em consonância com esse papel secundário da mulher numa sociedade machista, ela é pintada como um ser geneticamente inferior, especialmente no aspecto racional; ela é “fraca” da cabeça. Em mais de uma seção percebemos esse retrato feminino. No conto, já citado, *A Esposa*, a personagem, além do fato de ser marcada pelo seu papel secundário, de companheira do homem, representa a ignorância, a ingenuidade, a inocência feminina, tornando-se objeto de riso do marido. O conto relata assim uma briga de recém-casados:

Ele lhe havia dito que era uma vergonha que ela não soubesse cozinhar, arrumar a casa... etc. Felipe não lhe dera tempo de reagir, porque, impulsivamente, se dirigia para a porta e, fechando-a com estrépito, saiu de casa...Sempre chorando, Majorie foi recolhendo todas as cousas e depois, com uma decisão repentina foi até a elegante secretária sobre a qual, nessa manha, já havia colocado flores, e escreveu

rapidamente um bilhetezinho para Felipe, que talvez regressasse... “Felipe: nosso casamento foi um grande erro. Vou para a casa de meus pais e não voltarei nunca mais, porque te odeio. Recolherei o resto de minhas coisas quando não estiveres em casa. “Majorie”. Tomou um táxi, ao chegar à estação, pensou que esquecera o Mickey Mouse de veludo que tanta sorte lhe trazia e, novamente, tomou o taxi para voltar a casa... Afinal, eram apenas cinco horas e Felipe não chegaria ainda em casa. Mais uma vez ela se atirou na cama, chorando desconsoladamente, quando, de repente, sentiu que o elevador parava na porta de seu apartamento. Quem seria? Oh, Deus! Ele não deveria encontrá-la em casa! Rapidamente, ... ela meteu-se debaixo da cama... justamente quando a chave girava na fechadura e Felipe entrava chamando-a... De repente Majorie viu que os pés do marido se detinham diante da linda secretária, e que ele lia a carta... Felipe começou a cantar, enquanto se dirigia para a cozinha: – Que sorte! Que sorte! Minha mulher foi embora!... Sempre cantando, Felipe se aproximou do telefone e, discando um número falou com uma pessoa, que ela supoz ser uma mulher, convidando-a para jantar com ele ... Viu que, antes de sair, Felipe se detinha, de novo, diante da secretária, para escrever alguma coisa... Rápida, a moça saiu debaixo da cama e correu a ler o que o jovem esposo lhe havia escrito, certa que se tratava do rompimento definitivo... No papel, Felipe escrevera: “Meu amor, vi-te embaixo da cama, e por isso fiz toda essa comédia... Perdoas-me? Adoro-te e vou comprar alguma coisa para o jantar. Até já – Felipe”. (*Fonfon*, 04/01/1941, p.65)

Essa visão aprofunda-se na matéria altamente preconceituosa de Bastos Portela, *A logica das Mulheres*, cujo título é irônico, pois o que o texto diz é que as mulheres não tem lógica! E diz o autor que não discute *com as saias*, numa metonímia perversamente coisificante; ou admite que o sexo do *rouge* pode ter cabeça, pois *Maria Antonietta foi guilhotinada*, num sarcasmo de gosto discutível. Cria no texto a imagem do feminino como sinônimo de sentimental, emocional, irracional; da mulher bela e encantadora, porém burra; da mulher-objeto, distração para os homens, ou seja, “repouso do guerreiro”:

Eu fazia essas considerações, ainda ha poucos dias, quando uma jovem tentou contradizer-me:

– Quem não presta são os homens!... – disse-me ella, definitiva e áspera.

Declarei que não costumava discutir assumptos accacianos.

– Principalmente com saias... – frisei.

Por que? – offendeu-se a dama.

– Não perco tempo com ellas.

E ajuntei:

– Mesmo porque, só com as mulheres, vale a pena perder tempo... Mas, agindo... E sem falar...

Não sei si ella apprehendeu o sentido da malicia.

Si me não entendeu, pelo menos fingiu que sim. Porque sorriu amarello por baixo do “baton”. (*Fon-fon*, 18/09/1937, não pag.)

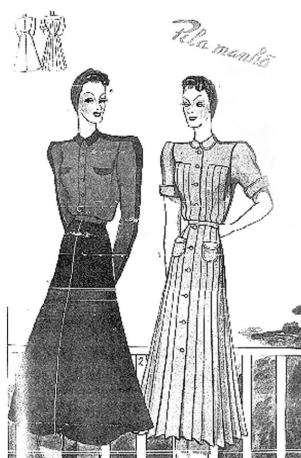
Na matéria que trata da inauguração do Estádio do *Pacamibu*, essa concepção da mulher está clara também. Leia-se: *Sor-*

risos femininos que iluminam e perfumam a melancolia dos homens (Fon-fon, 18/05/1940, p.18), frase em que percebemos a visão da mulher como sexo frágil, encantador, sem profundidade sequer para sentir melancolia, apenas objeto para consolar e distrair os homens.

E desta outra obrigação ou dever, de ser o lenitivo dos homens, surge o outro mito que, aparentemente, libera as mulheres, o mito da beleza feminina. Aparentemente, porque também aqui vem a obrigação e as “regras”, surgindo seções como: *A Arte de ser Bela*, que ensina truques de beleza, como os da atriz Lucille Ball, que oferece dicas à mulher que *anseia ter mãos bonitas e com unhas que realcem* (Fon-fon, 28/02/1942, p.46), ou os de Miss Leeds, especialista de Hollywood, que ensina como fazer, corretamente, *o desenho das sobrancelhas* (Fon-fon, 22/04/1939, p.10) e, ainda, a seção de *Modas e Moldes*, com os modelos próprios para a manhã, a tarde e a noite:



Fon-Fon - 24/06/1939



Fon-Fon - 24/06/1939



Fon-Fon - 24/06/1939



Fon-Fon - 24/06/1939

Veremos que os mitos femininos de beleza, desde o passado, tiveram origem nas artes, como a escultura, com o padrão de beleza grego; na pintura, com as mulheres opulentas de Rubens; na dança e no teatro, no final do século XIX, com Isadora Duncan e Sarah Bernhardt, que surgem na *Fon-fon*, na seção *Mulheres Célebres* (25/12/1937, p.04) e finalmente, no século XX, no cinema, principalmente o cinema de Hollywood.

A revista, no período que investigamos, traz fotos de belas atrizes como Ginger Rogers, Anne Gwynne, chegando ao ponto de criar a mulher ideal formada pelo que as diversas atrizes hollywoodianas possuem de mais belo. Assim, a matéria *Que têm ellas... que eu não tenho?* (*Fon-fon*, 15/10/1938, p. 24-25) traz *Os Cabellos de Dorothy Lamour*, *A Bôcca de Joan (Crawford)*, *A Esbeltez de Carole Lombard*, *Os Olhos de Loretta Young*, *As Fórmãs de Mae West*, *Os Pés de Greta Garbo*. As atrizes hollywoodianas, novos padrões de beleza, criam o conceito de *sex-appeal*, uma

qualidade complexa que envolve charme, graça, poder de atração do sexo oposto, um mito de beleza muito mais dinâmico, em contraste com padrões estáticos do passado. A consciência de uma mudança de valores reponta no comentário sobre Greta Garbo, em que se fala de um novo *cânone de beleza*, justamente porque o comentário glorifica os pés grandes da atriz, quando, tradicionalmente, admiravam-se os pés diminutos das mulheres. Possivelmente, com o mito hollywoodiano, surja o padrão de beleza moderno.

O papel do cinema, e aí entenda-se Hollywood, explicita-se numa outra matéria, *Voltará o espartilho?* Diz o texto: “*On revient toujours*” *E é por isso que Hollywood está pensando, ou chegou a pensar, na volta dos espartilhos.* (Fon-fon, 22/06/1940, p.32). Ainda que a idéia tenha partido de Paris, a difusão ficaria a cargo de Hollywood. O fato em si não é relevante, importante é perceber-se o papel assumido pelo cinema hollywoodiano como ditador dos cânones de beleza feminina, de criador de modas e mitos do universo da mulher, fato que já aponta para um fenômeno que só tenderá a aumentar com o passar do tempo, formando-se a classe que hoje se conhece como “vítimas da moda”, as mulheres que seguem os ditames da moda de forma obsessiva. Ainda que mudando os centros e os meios irradiadores de influência, passando-se para a televisão e para as grandes modelos de fama mundial, este é um fenômeno que chega com grande força até os dias atuais.

Na época, a centralização de Hollywood é tamanha, que o mito representativo da graça, do gingado, da beleza efusiva da mulher brasileira, é uma figura estereotipada, criada na meca do cinema, Carmem Miranda. Que, diga-se de passagem, nem mesmo é brasileira, mas portuguesa, o que já revela

a incapacidade americana para conhecer ou reconhecer qualquer cultura abaixo do Equador.

Ainda falando de cinema, uma outra seção, *Cinema Brasileiro*, comentando o filme *O Samba e a Vida*, da Cinédia, dá voz a alguns outros mitos brasileiros: a alegria do nosso povo, *bem tropical*, bem como o mito do Rio de Janeiro como a *Cidade Maravilhosa*, *cidade que a palavra maravilhosa, é pallida para classificar* (*Fon-fon*, 23/10/1937, não pág.). Tudo segundo aquela linha de grandiosidade que rege um certo complexo de inferioridade brasileiro, que se compensa na crença de que tudo aqui é maior, melhor, mais belo (o maior rio do mundo, a maior floresta do mundo etc.).

Um outro mito que a matéria sugere, já aqui um fenômeno mundial, é o mito da modernidade, *um espetáculo tão bonito e tão moderno*, a busca incessante pelo novo, pelo atual, ou seja, estar em consonância com a atualidade. Um aspecto dessa modernidade, que ressalta da leitura da revista, é a importância que a publicidade já apresenta na mídia da época.

Na realidade, essa leitura nos possibilita fazer algumas considerações sobre a publicidade em dois veículos de comunicação: as publicidades das revistas, logicamente, e as considerações feitas em alguns artigos sobre a influência dos patrocinadores dos programas radiofônicos.

Assim, no caso dessa última mídia, a seção *PR1 fon-fon* atribui aos patrocinadores o baixo nível de qualidade da programação:

Reflexo expressivo de um commercio muito pobre, o rádio brasileiro adoptou o criterio de « agradar á maioria ». Na opinião dos cavalheirescos e conspícuos annunciantes,

«quem compra é mesmo o Zé Povinho, muito amigo das quinquilharias nada além de dois mil réis»...E, dentro deste respeitável ponto de vista, que vá às favas a cultura, que se damne o bom gosto que vá para o diabo a educação...

Dahi o processo geralmente seguido, cuja marca é a banalidade esmagadora da maioria dos programmas. Dahi essa atmosfera de estagnação, que caracteriza o «broadcasting». Dahi a quasi nenhuma vontade de criar, de fazer algo novo, em proveito dos ouvintes. (*Fon-fon*, 17/02/1940, p.20)

Era sobre a referida questão que argumentavam Mario Lago e Iveta Ribeiro, ainda que o primeiro concordasse que a qualidade da programação deixava a desejar e defendesse o rádio independente, ao contrário de Iveta, que vê na estatização a solução para o caso, libertando essa mídia *da escravização do annuncio*.

Na realidade, a discussão sobre a qualidade da programação de um meio de comunicação de massa é atualíssima, mudando-se para a mídia de maior penetração no momento, a televisão.

Quanto à publicidade da revista *Fon-fon*, ao contrário do que hoje acontece, percebemos que se apóia mais no texto que na imagem, o que é perfeitamente compreensível, dados os recursos técnicos incipientes. Veja-se, como exemplo, a publicidade do remédio *Gastorina*, (29/04/1940, não pag.), que traz um longo texto em que são elencados sete benefícios trazidos pelo produto, sem qualquer imagem ilustrativa. Ou, de outro lado, a publicidade do creme dental *Eucalol* (03/08/1940, não pag.), que oferece ao público, numa mensagem breve, caricatura de página inteira de Carmem Miranda.

Você desconfia que tem ulcera no estomago?

Os radiologistas afirmam que 80% dos portadores d'uma úlcera antiga com cólicas são portadores de ulcera no estomago ou duodeno. Hoje em dia, os médicos alemães e americanos condenam a operação sem primeiro tentar uma cura clínica, submettendo o paciente a um rigoroso regime dietético, conjuntamente com o emprego de sais neutralizantes como o Bismuto, a Greda, a Magnesia perlydrol, etc.

Está tendo larga applicação e novo produto denominado GASTORINA que encerra estes elementos associados à Belladona, de ação sedativa instantânea. São os seguintes os effects deste producto sobre o organismo:

- a) Alivia imediatamente as dores do estomago e intestinos;
- b) Facilita a digestão, evitando as tonturas e sonolências;

c) Neutraliza o excesso de acidez do estomago;

d) Absorve os gases produzidos no estomago pelos fermentações intestinaes;

e) Protege as superficies ulceradas do estomago ou duodeno com uma delgada camada centroto isoladora;

f) Cicatriza as mucosas ulceradas ou desintegradas, fazendo ao mesmo tempo uma desinfecção;

g) Não produz prisão de ventre.

Portanto:

Se V. S. sofre do estomago use GASTORINA — para evitar a formação de ulcerez e se V. S. sofre de ulcera use também a GASTORINA para cicatriza-la.

LAB. PITRA PISANI — Caixa Postal 2458 — São Paulo

Radio-caricaturas



Fon-Fon - 29/06/1940

Fon-fon - 03/08/1940

Em verdade, a importância do texto permite que este possa carregar um sentido mais complexo, e, muitas vezes, sob a mensagem de superfície, percebemos uma propaganda subliminar da ideologia da época.

Assim, num grande número de textos de publicidade, a ênfase na qualidade da *pureza*, que entra em consonância com a preocupação de pureza racial da ideologia da época: o batom *Michel*, tão puro que pode se ingerido, *pode-se até comer* (Fon-fon, 19/03/1938, p.52); o sabonete *Reuter*, *o que existe no gênero de mais puro* (Fon-fon, 29/06/1940, não pag.); o composto para bolos *A Patroa é puríssimo* (Fon-fon, 12/12/1942, p.04). Já o produto mata-moscas *Flit* (Fon-fon, 29/06/1940, p.05) é representado alegoricamente pela imagem de um soldado cuja arma é o jato do inseticida, na sua defesa da limpeza, da pureza, da eugenia, enfim; essa alegoria demonstra o valor atribuído, na época,

às Forças Armadas, a sua importância na defesa da integridade da raça e da nação brasileira.

O mito *mens sana in corpore sano* reponta, na publicidade de *Fandorine*, remédio para os males femininos, a que o texto se refere como *sua melhor AMIGA*, assim mesmo, no feminino, numa concordância que foge ao caráter masculino da palavra remédio. O mito evidencia-se no texto: *A saúde desequilibrada é, na mulher, a origem de muitas infelicidades. O lar desunido... a velhice prematura... a neurasthenia freqüente...* (Fon-fon, 23/12/1937, p. 04).



Michel

- pode-se até comer!

◆ Naturalmente, não se come baton. Mas, todas desejam um baton inofensivo. MICHEL já provou muitas vezes a sua pureza. Sua superioridade está na uniformidade com que se espalha, na agradável sensação que dá aos lábios, nas suas cores claras e nas substâncias empregadas nesse baton, que se pode até comer!

SETE CORES FASCINANTES
Blonde-Brunette-Cherry-Vivid
Capucine - Raspberry e Scarlet
Tamanho: De Luxo-Grande-Popular

OFFERTA ESPECIAL
dos distribuidores:

LUIZ HERMANN FILHO & CIA. LTDA.
SEÇÃO DE ATACADO
CAIXA POSTAL 147 - RIO
Pela 1500 para pedir um baton Michel, expetiente para toda a mulher.

NOME _____
ENDEREÇO _____
* (Risque linha e a seu tipo de baton)



FALSA ECONOMIA!

Irritações da pele, assaduras, impingens são os resultados da falta de hygiene das creanças ou do emprego, no banho das mesmas, de sabonetes de qualidade inferior.

O incomparavel SABONETE DE REUTER ha cincoenta annos provado e approvado em todo o mundo é o que existe no genero de mais puro e de mais apropriado para a pelle fina e delicada das creanças.

O SABONETE DE REUTER é o unico em que as mães podem confiar absolutamente. As suas qualidades de pureza e perfume, deve-se juntar a sua grande durabilidade, maior que a de qualquer outro do genero.

Principe a usar, hoje mesmo, o SABONETE DE REUTER e nunca se arrependerá.

SABONETE de REUTER

Fon-Fon - 09/03/1938

Fon-Fon - 29/04/1940

Não é preciso  fazer força!

Usando este
composto

*-é facilissimo
bater bolos!*

A Sra. ficará surpresa ao verificar como é fácil bater bolos usando o Composto «A Patrôa». Isso porque o Composto «A Patrôa» já vem batido duas vezes! É por ser facilissimo e rápido de trabalhar, torna a massa sempre uniforme e os bolos ficam leves e fofos. O maravilhoso Composto «A Patrôa» alisa os «maneiros» de massas pecadas, encorpadas, empastadas e cheias de bolhas. Experimente!

BOLOS MAIS

CRESCIDOS!

Os bolos tornam-se mais fofos e mais

MAIS

FOFOS!

MAIS LEVES!

A Sra. Sra. Vagner e Mary

Alfaro.

COMPOSTO

A Patrôa
É UM PRODUTO SWIFT



**Porque as
moscas morrem
na certa com
FLIT**



Flit é facio certa para as insetos porque consiste numa combinação de poderosos elementos matricios que não podem ser superados. Flit passou por provas as mais rigorosas, sendo conhecido o seu poder de exterminar. Por essa razão V.S. deve sempre exigir Flit e recusar todos os sucedâneos. O jato de Flit não mancha e é inofensivo para as pessoas. Verifique se o soldadinho aparece na lata.

Se a lata não trouxer o soldadinho, não é FLIT

Fon-Fon - 02/12/1942

Fon-fon - 29/06/1940

Em resumo, pensando, em conjunto, na influência da publicidade, dos artigos e das imagens e fotos, voltamos a Barthes, quando diz:

Na realidade, aquilo que permite ao leitor consumir o mito inocentemente é o fato de ele não ver no mito um sistema semiológico, mas sim um sistema indutivo: onde existe apenas uma equivalência, ele vê uma espécie de processo causal: o significante e o significado mantêm, para ele, relações naturais. Pode exprimir-se esta confusão de um outro modo: todo o sistema semiológico é um sistema de valores; ora, o consumidor do mito considera a significação como um sistema de fatos: o mito é lido como um sistema fatural, quando é apenas um sistema semiológico (1993, p.152).

Esse trecho esclarece bem o processo usado pelo poder autoritário para difundir sua ideologia, os mitos são apresentados como fatos e não como elementos de significação. Assim, por exemplo, o mito da raça superior: a Alemanha domina os outros povos, porque o povo alemão é puro e superior, e não se examina o outro lado da questão, as circunstâncias sócio-político-culturais que levam a essa dominação durante uma época, independente da herança hereditária do povo, que nem é tão pura quanto querem fazer crer.

Do mesmo modo, o mito *mens sana in corpore sano*: ainda que a saúde física contribua para um espírito tranquilo, um corpo perfeito, trabalhado, que atinge performances que vão além do normal, não garante um espírito superior, uma percepção e razão privilegiadas, uma razão privilegiada, como fica claro na observação da nossa época atual.

Apresenta-se, desse modo, uma relação de causa e efeito falaz e enganosa, mas que o poder da propaganda, calcada nos efeitos semiológicos pré-fabricados por uma má-consciência, acaba por tornar fatos e verdades aceitas, suposições sem qualquer fundamento lógico ou histórico.

Em suma, considerando a revista *Fon-fon* representante brasileira do surto de magazines femininos que, desde o seu surgimento, só tende a aumentar, passando a constituir hoje um segmento dos mais importantes no âmbito dos veículos da mídia impressa, concluímos que, tendo como público-alvo o segmento feminino, as mulheres foram chamadas ao diálogo tendo como veículo um magazine escrito e dirigido por homens, intelectuais a serviço do Estado Novo. Seus escritos deveriam, dessa forma, fazer parte do universo masculino mesmo nos momentos em que relatam o mundo feminino e suas particularidades, um mundo

composto de desejos, frustrações, lutas, enfim, modos de ver e de viver a vida e tudo o que ela encerra. Havia um projeto nacionalista em curso e mesmo que conservador e autoritário, a nação como um todo deveria colaborar para seu sucesso, inclusive as mulheres por meio de seu testemunho.

Desse modo, seria uma revista feminina, mas seu discurso não era o das mulheres, era o discurso da classe dominante da época. Assim, apesar de podermos dizer que durante todo o tempo de sua existência, mas, sobretudo, no período do Estado Novo, *Fon-fon* discursava para as mulheres - etiqueta, moda, comportamento, conselhos, culinária, educação sentimental, literatura, arte e até mesmo política, eram assuntos comuns em seus números -, o que se pode observar, nos conteúdos das matérias analisadas, foi que estas vinham imbuídas de uma forte conotação ideológica. Juntamente com o Estado, e aí lia-se, também, Educação e Saúde, e com a Igreja, esse veículo de comunicação proclamava dentro e fora do Brasil os ditames da ditadura Vargas, contribuindo, dessa maneira, para a consolidação do autoritarismo que assolou o país nos anos 30 e 40 em sua primeira fase, e nos anos 60 e 70, num segundo momento.

No período até 1942, a ideologia predominante nas matérias é o nazi-fascismo, com os mitos da época: a raça superior; a busca da perfeição; a pureza, identificada na cor branca; o *mens sana in corpore sano*; o nacionalismo exacerbado; o autoritarismo; o populismo. Essa ideologia manifesta-se, como apontamos, num discurso machista de doutrinação da mulher, chamada a representar seu papel no contexto do Brasil Novo: mãe de família, formadora de novas gerações e apoio dos verdadeiros protagonistas da História, os homens.

De 1942 até seu final, a ditadura Vargas muda o discurso: obrigada a enfileirar-se com os Aliados, sua preocupação maior passa a ser fazer a apologia dos Estados Unidos e do *american way of life*, já que estes tornaram-se nossos maiores credores.

Notícias e fotografias, que traçavam o mapa da Guerra na Europa, folhetins, contos e crônicas assinados por escritores americanos, tomaram o lugar do “francesismo” exagerado que ocupava a revista até então. Quanto às mulheres, estas passam a ocupar o papel de coadjuvantes dos heróis que, nesse momento, marcam forte presença nessa revista feminina, sejam eles americanos ou brasileiros que foram ao campo de batalha. A presença da mulher será marcada, principalmente, pelos mitos femininos de Hollywood, que levavam conforto aos combatentes, ora nos filmes, ora em presença, no *front*.

Colaborar com a consolidação da atroz ditadura que assolou o país nos anos 30 e 40 pode ter sido a maneira que *Fon-fon* encontrou para sobreviver durante a Era Vargas, sobremaneira durante o Estado Novo. Ou, talvez, ela fosse simpática a esse regime político. Todavia, não se pode deixar de dizer que, quaisquer que sejam suas intenções, a revista, a maior parte do tempo, existiu como substrato ideológico daquele Estado autoritarista.

Bibliografia

AMADO, J. *Vida de Luiz Carlos Prestes: o cavaleiro da esperança*. São Paulo: Martins, 1945.

ARENDT, H. *Entre o passado e o futuro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

_____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

A REVISTA NO BRASIL. São Paulo: Abril, 2000.

ARIÈS, P. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

_____. *O tempo da história*. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

ARIÈS, P., BÉJIN, A. (Orgs). *Sexualidades ocidentais*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BAHIA, J. *Jornal, História e técnica: as técnicas do jornalismo*. 4 ed. rev. São Paulo: Ática, 1990.

BARTHES, R. *Mitologias*. 9 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

BASSANEZI, C. Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964). *Cadernos Pagu*. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, nº 1, p.111-149, 1993.

- BELTRÃO, L. *Iniciação à filosofia do jornalismo*. São Paulo: Edusp/Com.Arte, 1992.
- BERCITO, S.D.R. *Nos tempos de Getúlio: da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual, 1990.
- _____. *O Brasil na década de 40*. SP: Ática, 1999.
- BERTONHA, J.J. *Fascismo, nazismo e integralismo*. São Paulo: Ática, 2000.
- BONVOISIN, S. M.; MAIGNIEN, M. *La presse féminine*. 2ème.ed. Paris: PUF, 1996.
- BOUGNOUX, D. *Introduction aux sciences de la communication*. Paris: La Découverte, 1998.
- BOURDON, J. *Introduction aux médias*. 2ème éd. Paris: Montchrestien, 2000.
- BRAGA, J.L., FAUSTO NETO, A.; PORTO, S.D. (Orgs). *A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.
- BITTONI, D.S. *Imprensa feminina no Brasil*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- BURKE, P. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales – 1929-1989*. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- CAPELATO, M.H. *O movimento de 1932 e a causa paulista*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- CARELLI, M. *Cultures croisées: histoire des échanges culturels entre la France et le Brésil de la decouverte aux temps modernes*. Paris: Nathan, 1993.
- CASTELO BRANCO, R.; MARTENSEN, R.L.; REIS, F. *História da propaganda no Brasil*. São Paulo: T.A.Queiroz, 1990.
- CHARON, J.M. *La presse magazine*. Paris: La Découverte, 1999.

- CHAUÍ, M.; CARVALHO FRANCO, M.S. *Ideologia e mobilização popular*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CHAUÍ, M. *Cultura e Democracia: o discurso competente e outras falas*. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- COIMBRA, O. *O texto da reportagem impressa: um curso sobre sua estrutura*. São Paulo: Ática, 1993.
- COLETIVO NTC.; MARCONDES FILHO, C. (Coord). *Pensar-pulsar: cultura comunicacional, tecnologias, velocidade*. São Paulo: NTC, 1996.
- DARDIGNA, A-M. *La presse "féminine": fonction idéologique*. Paris: François Maspero, 1978.
- DERVILLE, G. *Le pouvoir des médias: mythes et réalités*. Grenoble: PUG, 1997.
- DUVERGER, M. *Ciência política: teoria e método*. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- ECO, U. *Como se faz uma tese*. São Paulo: Perspectiva, 1989.
- ESTEVES, M.A. *Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.
- FIORIN, J.L. *Linguagem e ideologia*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1990.
- FOUCAULT, M. *História da sexualidade, 3: o cuidado de si*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *Microfísica do poder*. 14 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.
- _____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. 19 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

FREEDBERG, D. *Le pouvoir des images*. Paris: Gerard Monfort, 1998.

FREITAS, M.C de. *Integralismo – o fascismo caboclo*. São Paulo: Ícone, 1998.

GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUIRADO, M.C. *REPORTAGEM: a arte da investigação*. São Paulo, 1993.118p. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

HERMÈS. *Communication et Politique*. Paris: CNRS, v.17-18, 1995. 425p.

HOLLANDA, L. “Um povo desfila”, Educação física, set. 1941. IN: BERCITO, S.D.R. *Nos tempos de Getúlio: da Revolução de 30 ao fim do Estado Novo*. São Paulo: Atual, 1990.

IGLESIAS, F. *Constituintes e constituições*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

JEUDY, H-P. *A ironia da comunicação*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

KOSHIBA, L. *História do Brasil*. 7 ed. rev e atual. São Paulo: Atual, 1996.

LE GOFF, J. *A História nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

LENHARO, A. *Sacralização da política*. São Paulo: Pioneira, 1996.

_____. *Nazismo: o triunfo da vontade*. 2 ed. São Paulo: Ática, 1990.

LEVINE, R. *Pai dos pobres ? o Brasil e a era Vargas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

- LOPES, G. (Org). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- MAINGUENEAU, D. *Análise de texto em comunicação*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MARCONDES, C. *Quem manipula quem? Poder e massas na indústria da cultura*. 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.
- MARSHALL, L. *O jornalismo na era da publicidade*. São Paulo: Summus, 2003.
- MARTENS, L. *Stalin – um novo olhar*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.
- MARTIN-BARBERO, J. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- MATTELART, A.; MATTELART, M. *Histoire des théories de la communication*. Paris: La Découverte, 1995.
- MARX, K. *Teorias da mais valia-volumes 1, 2 e 3. História crítica de pensamento econômico*. São Paulo: Difel, 1983.
- MELO, J.M.de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. 2 ed. rev. Petrópolis: Vozes, 1994.
- MEYER, M. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MOISÉS, M. *A criação literária*. Prosa II. 16 ed. rev. e atual. São Paulo: Cultrix, 2000.
- MORAIS, F. *Corações sujos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MUNIZ SODRÉ.; FERRARI, M.H.; *O texto nos meios de comunicação: técnica de redação*. Rio de Janeiro: Alves, 1987.
- NETTO, J.P. *O que é marxismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- NEVEU, E. *Une société de communication?* Paris: Montchrestien, 1997.

- _____. *Sociologie du journalisme*. Paris: La Découverte, 2001.
- PECAUT, D.; SORJ, B. *Métamorphoses de la représentation politique au Brésil et en Europe*. Paris: CNRS, 1991.
- PEDLER, E. *Sociologie da la communication*. Paris: Nathan, 2000.
- PEIXOTO, A.V do A. *Getúlio Vargas, meu pai*. Rio Grande do Sul: Globo, 1960.
- PERROT, M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- PIZA, D. *Jornalismo cultural*. São Paulo: Contexto, 2003.
- PRADO, M.L. *O populismo na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- PRIORE, M del. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2004.
- QUEIROZ, R. *Caminho de pedras*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.
- _____. *As três Marias*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.
- RABAÇA, C.A., BARBOSA, G. *Dicionário de comunicação*. São Paulo: Ática, 1995.
- RAGO, L.M. *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. Trabalho feminino e sexualidade. In: *História das mulheres no Brasil*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- REBOUL, O. *Introdução à retórica*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- REIS, José Carlos. *Tempo, história e evasão*. Campinas: Papirus, 1994.

REVISTA FON-FON. Empresa Fon-fon e Selecta. Rio de Janeiro: 1937/1942.

REVISTA REALIDADE, São Paulo: Abril, 1968.

SÁ, J. de. *A crônica*. São Paulo: Ática, 1997.

SAMARA, E. de M. *A família brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

SAROLDI, L.C.; MOREIRA, S.V. *Rádio Nacional, o Brasil em Sintonia*. 2 ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes/FUNARTE, 1988.

SCALZO, M. *Jornalismo de revista*. São Paulo: Contexto, 2003.

SCHWARTZMAN, S. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra ; São Paulo: Edusp, 1984.

SEGUIN des HONS, A. *Le Brésil: presse et histoire – 1930-1985*. Paris: Harmattan, 1985.

SKIDMORE, T. *Brasil – de Getúlio a Castelo 1930-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SODRÉ, N.W. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. atual. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOLA, L. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, C.G. *Brasil em perspectiva*. São Paulo: Difel, 2001.

STEARNS, N.P. *História das Relações de Gênero*. São Paulo: Contexto, 2007.

SULLEROT, E. *La presse féminine*. Paris: Colin, 1963.

TOTA, A.P. *O Estado Novo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TRAVANCAS, I. *O livro no jornal: suplementos literários dos jornais franceses e brasileiros nos anos 90*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

TRONCA, I. *Revolução de 1930: a dominação oculta*. 7 ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.

- TUCCI CARNEIRO, M.L. *O anti-semitismo na Era Vargas: fantasmas de uma geração (1930-1945)*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- VAINFAS, R. *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- VEYNE, P.M. *Como se escreve a história*. 2 ed. Brasília: Edunb, 1992.
- VILAS BOAS, S. *O estilo magazine: o texto em revista*. São Paulo: Summus, 1996.
- VOVELLE, M. *Breve História da Revolução Francesa*. São Paulo: Presença, 1986
- WOLSELEY, R. E. *Undertanding magazines*. Iowa: AMES, 1972.
- WOLTON, D. *Penser la communication*. Paris: Flammarion, 1997.
- _____. *Pensar a comunicação*. Brasília/DF: UNB, 2004.



Papel Reciclado: a Universidade de Marília preservando o meio ambiente.